Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Sergio Rodrigues Ribeiro

Tão próximos e tão distantes: indivíduo e pessoa nas relações dentro de um edifício residencial

Rio de Janeiro
2012

Sergio Rodrigues Ribeiro

Tão próximos e tão distantes: indivíduo e pessoa nas relações dentro de um edifício residencial

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Profª. Dra. Cláudia Barcellos Rezende

Rio de Janeiro

2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

R484t Ribeiro, Sergio Rodrigues.
Tão próximos e tão distantes: indivíduo e pessoa nas relações dentro de um edifício residencial / Sérgio Rodrigues Ribeiro. – 2012.
99 f.

Orientador: Claudia Barcellos Rezende.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
. Bibliografia.

1. Antropologia urbana - Teses. 2. Relações humanas - Teses. I. Rezende, Claudia Barcellos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 572

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Sergio Rodrigues Ribeiro

Tão próximos e tão distantes: indivíduo e pessoa nas relações dentro de um edifício residencial

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de setembro de 2012.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Cláudia Barcellos Rezende (Orientadora)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Profª. Dra. Maria Cláudia Coelho

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Profª. Dra. Rachel Aisengart Menezes

Instituto de Estudos em Saúde Coletiva - UFRJ

Rio de Janeiro

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Sergio e Rosemary.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela oportunidade.

Gostaria de agradecer aos funcionários da Secretaria do Programa, Sônia e Daniel, por toda a assistência e consideração.

Gostaria de agradecer a minha orientadora, Profª Cláudia Barcellos Rezende, pela dedicação e preocupação com o constante aperfeiçoamento e pela insistente busca da qualidade do trabalho.

Gostaria de agradecer a minha família, por todo suporte e amor.

Gostaria de agradecer à Capes, pela bolsa concedida, que muito auxiliou no investimento nos estudos.

RESUMO

RIBEIRO, Sergio Rodrigues. *Tão próximos e tão distantes:* indivíduo e pessoa nas relações dentro de um edifício residencial. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Essa dissertação é um estudo de antropologia urbana sobre as relações entre moradores e entre moradores e empregados em dois edifícios residenciais nos bairros do Maracanã e Grajaú. O objetivo foi demonstrar os sentidos subjacentes ao uso das noções de indivíduo e de pessoa, de individualismo e de hierarquia, em cada um desses contextos de relacionamento. Foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas com homens e mulheres de camadas médias urbanas. Os sentidos sugeridos pelos moradores apontaram para a existência de uma tensão entre as noções de público e privado, cordialidade e impessoalidade nos modos de classificar a si mesmo e aos outros nas interações sob diferentes circunstâncias dentro do edifício. Os depoimentos dos entrevistados concederam maior destaque às relações que mantinham com suas empregadas domésticas do que com as empregadas de outros condôminos. Nesse caso concedeu-se destaque para a operação de classificações em que pravaleciam a hierarquização e a subordinação, da parte dos moradores, e expedientes de agenciamento, por parte dos empregados.

Palavras-chave: Antropologia urbana. Indivíduo x pessoa. Relações sociais. Edifícios residenciais.

ABSTRACT

This dissertation is a study in urban anthropology about the relations between residents and between residents and employees in two residential buildings in the areas of Maracanã and Grajaú. The objective was to demonstrate the meanings underlying the use of the notions of the individual and of the person, of individualism and of hierarchy, in each one of these relationship contexts. There were applied seven semi-structured interviews with men and women from urban middle classes. The meanings suggested by the residents pointed to the existence of a tension between the notions of public and private, cordialness and impersonality in the ways of classifying oneself and others in the different interactions under diverse circumstances inside the building. The statements of the interviewees granted prominence to the relations established between them and your own employees instead of the employees from other residents. In this case they granted prominence to the operation of ways of classifying in which prevailed hierarchy and subordination, from the part of the residents, and means of agency, from the part of the emplyees.

Palavras-chave: Urban anthropology. Individual x person. Social relations. Residential buildings.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	9
1	**MARCOS TEÓRICOS**.....	16
1.1	**Individualismo nas Sociedades Ocidentais Modernas – Simmel**.....	16
1.2	**Individualismo no Brasil**.....	21
1.3	**Algumas Considerações Finais**.....	38
2	**OS MORADORES ENTRE SI**.....	39
2.1	**Interações Cotidianas**.....	41
2.2	**Os Encontros nas Áreas Comuns**.....	46
2.3	**Reuniões de Condomínio**.....	49
2.4	**A Falta de Intimidade**.....	52
2.5	**Festas no Prédio**.....	57
2.6	**Modos de se Relacionar com a Regra e a Ordem**.....	64
2.7	**Algumas Considerações Finais**.....	67
3	**OS MORADORES E OS EMPREGADOS**.....	68
3.1	**A Convivência com as Empregadas**.....	68
3.2	**A Convivência com os Porteiros**.....	80
3.3	**Algumas Considerações Finais**.....	90
4	**CONCLUSÃO**.....	92
	REFERÊNCIAS.....	97

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objetivo analisar as concepções de pessoa e de moralidade a partir das visões sobre as interações no espaço interno de um edifício residencial apresentada por um conjunto de moradores, todos pertencentes a "camadas médias" e residentes na zona norte do Rio de Janeiro. A principal questão colocada se refere à percepção da existência de um padrão individualizado de comportamento associado a uma valorização da relacionalidade que afeta como os moradores classificam uns aos outros. Outra questão analisada, sobretudo quando a discussão envolvia o relacionamento com os empregados do prédio, foi a hierarquização nos modos de classificar as pessoas, no caso, os porteiros e as empregadas domésticas.

O trabalho se insere no campo dos estudos sobre Antropologia Urbana, mais particularmente sobre estudos que tem como objeto edifícios residenciais. A produção brasileira sobre as diversas situações de sociabilidade nas grandes cidades é bastante vasta e recobre uma variedade de contextos, mas não há muitos estudos especificamente sobre este tema.

Um estudo clássico sobre a vida em um prédio residencial no Rio de Janeiro é "A Utopia Urbana: um Estudo de Antropologia Social" de Gilberto Velho. A preocupação apresentada pela obra é a de entender as motivações associadas ao processo de migração de pessoas de diferentes bairros do Rio e até de outras cidades para o bairro de Copacabana, fenômeno decorrente do grande crescimento do mesmo e que marcou um dado momento da história urbana do estado. O autor tinha como interesse estudar e procurar compreender as denominadas "camadas médias", especialmente no que dizia respeito a sua forma de pensar, a sua visão de mundo, valores, etc. Os dois eixos teóricos que orientaram o trabalho foram a estratificação social e a ideologia. E é isso que ele procura mostrar no capítulo em que analisa as representações expressas pelos moradores. Faz isso isolando o que denomina "unidades mínimas ideológicas" (VELHO, 1975), ou seja, palavras, expressões ou frases que constituíram suas unidades básicas de análise. Partindo delas, de sua combinação e sistematização, procurou reconstituir um "sistema de classificação de base espacial" (VELHO, 1975) e a ideologia do universo social estudado. Ele demonstra, assim, de que maneira, ideologia, estratificação social e espaço se relacionaram, de modo que, para a maioria dos entrevistados, morar em Copacabana significava uma forma de ascensão social e de aquisição de prestígio no sistema de estratificação da sociedade brasileira. Existiria,

portanto, uma distribuição espacial de prestígio e uma percepção hierarquizada dos bairros da cidade. É assim que o autor argumenta que procura identificar um “mapa social” (VELHO, 1975), ou seja, um registro espacial e geográfico que não é abstrato ou meramente técnico, mas que é informado socialmente e é elaborado simbolicamente nos termos da estratificação da própria sociedade em questão.

Embora este estudo seja uma referência fundamental para pesquisas sobre a vida em prédios residenciais, minha análise se afasta da preocupação de Velho com a elaboração de “mapas sociais” como forma de vivenciar a estratificação social. Meu foco esteve voltado para a interação entre os próprios residentes, e não entre os moradores e outras pessoas fora do prédio. Apesar da preocupação com a hierarquia social aparecer nas relações entre moradores e empregados, privilegiei as concepções de pessoa e moralidade expressas pelos entrevistados.

Outro trabalho que se aproxima do objeto em questão é o de Moura (2003). A autora vem realizando trabalho de campo em condomínios horizontais fechados no estado de Goiânia. Ela estudou dois condomínios, o Aldeia do Vale e o Monte Verde. O primeiro compreende uma área de mais de quatro milhões de metros quadrados, cercada por onze quilômetros de muros eletrificados. Possui duas portarias com câmeras, cancelas, computadores com nomes e fotografias de pessoas autorizadas a entrar e pelo menos dois seguranças armados. O segundo tem proporções menores, mas os muros e os esquemas de seguranças são quase idênticos. Em relação aos moradores, a particularidade do Aldeia do Vale é que empreendedores, proprietários e diretores de empresas envolvidos com a implantação e venda do empreendimento são também residentes no local. Já o Monte Verde é composto de uma pequena classe média, cuja maioria possui educação universitária e é dona do próprio negócio. Muitos são casais jovens com filhos com menos de dez anos de idade.

A autora encontrou dificuldades de acesso ao primeiro condomínio; dificuldades essas que foram quase que superadas quando tornou-se “visitante permanente”. Já no trato com moradores ela encontrou obstáculos que estavam relacionados com o fato de ser ou não residente do local. Já no segundo condomínio a situação era diferente. A autora residia no local e, em virtude do interesse demonstrado pelas atividades cotidianas do condomínio, ela tem sido considerada uma pessoa privilegiada para ocupar cargos na associação dos moradores. Um aspecto importante a ser registrado que tem a ver com as conclusões da autora acerca da dinâmica de pertencimento e acesso nos dois condomínios, é o que se refere ao fato de, embora possuir muros e barreiras intransponíveis no âmbito físico, no espaço interno dos condomínios, por outro lado, não há uma demarcação clara com relação aos limites de

privacidade entre as casas, pois estas não possuem muros e o acesso aos fundos das casas assim como a suas fachadas é praticamente irrestrito. Ela conta, por exemplo, que está aprendendo a lidar com o fato de uma criança de uma casa vizinha entrar em seu terreno e abrir uma das janelas de sua casa. Para ela, portanto, uma das questões que surge no estudo dessas estruturas habitacionais é a que diz respeito ao estranhamento e ao aprendizado e negociação constantes entre o estar dentro e o estar fora no contexto particular desses espaços.

Entre os trabalhos que analisam as interações cotidianas em espaços públicos e os códigos que as regem, cito alguns que contribuíram para minha percepção de que há concepções de pessoa bem como valores morais que pautam o modo como as pessoas se relacionam, questão teórica desta dissertação. Destaco o de Janice Caiafa, particularmente um artigo seu publicado no livro "Aventura das Cidades" (2007), que trata das diversas formas de comunicação e de sociabilidade que surgem em viagens de ônibus no município do Rio de Janeiro. Igualmente interessante, é a tese de Patricia Bouzon, que trata da sociabilidade em três salões de beleza localizados em diferentes regiões da cidade, freqüentados por indivíduos de diferentes classes sociais, e das relações entre clientes e funcionários. Estes estudos exemplificam um aspecto fundamental tratado pela antropologia urbana – a heterogeneidade de grupos sociais e códigos que é posta em contato em diversas situações de interação e sociabilidade.

Finalmente, outro trabalho que deve ser mencionado é o de Luiz Fernando Rojo (1998), que também se insere no campo dos estudos urbanos. O trabalho aborda uma questão importante na tradição carioca dos estudos urbanos, a que concerne ao "mapeamento social" da cidade em termos de seus bairros que foi primeiramente suscitada no trabalho de Velho (1975). Segundo ele, há uma tradição nesses estudos de trabalhar com uma oposição entre Zona Sul e Zona Norte. Essa oposição corresponderia a uma classificação simbólica que atribuiria à Zona Sul a prevalência de estilos de vida e visões de mundo mais afeitas a uma perspectiva individualizada, enquanto a Zona Norte estaria associada à valorização de uma perspectiva holista, em que prevaleceria a idéia de comunidade e os laços de parentesco, compadrio e vizinhança.

Rojo (1998) realiza uma pesquisa com adolescentes e seus pais com o objetivo de entender, dentre outras coisas, como esses indivíduos classificam e mapeiam os diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro. Ele solicitou a seus entrevistados que classificassem diferentes bairros da cidade e, após este procedimento, pediu que situassem o bairro da Tijuca em meio a este mapeamento. O que Rojo identificou é que a oposição Zona Sul-Zona Norte apresentada pelos trabalhos precedentes possivelmente responderia mais a uma perspectiva

dos próprios moradores da Zona Sul, do que a uma visão geral compartilhada por moradores de outros bairros. Ele constatou que os entrevistados não organizavam os bairros por ele sugeridos em dois grupos opostos, mas elaboravam diversas classificações que articulavam desde três até oito grupos. Ocorreu mesmo a circunstância de uma das entrevistadas não conseguir estabelecer uma classificação.

Rojo (1998) chega à conclusão de que há diversas maneiras possíveis de desenhar simbolicamente a cidade por meio de seus bairros. Além disso, conclui também que estas maneiras apontam mais para um desejo de morar num lugar “tranquilo, seguro, bonito” do que com o de ascender a um estrato superior da sociedade. Para ele, a visão dualista da cidade, em termos de uma oposição entre Zona Sul-Zona Norte, está mais ligada a determinadas regiões da cidade, como a própria Zona Sul, do que a moradores de outros bairros.

A metodologia adotada nesta dissertação é de cunho qualitativo, tendo em vista que se buscou apreender os sentidos ou significados com que os pesquisados procuravam ordenar a realidade que vivenciavam. Foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas. Foram entrevistados três homens e quatro mulheres. Dos homens, dois eram casados e um viúvo. Entre os casados, apenas um deles tinha um filho adulto. Um dos homens tinha quarenta e dois anos de idade, outro tinha setenta e dois anos e o último oitenta e cinco anos. O primeiro era administrador de empresas e micro-empresário, o segundo aposentado e o terceiro advogado. Três das mulheres eram divorciadas, sendo que uma delas tinha um companheiro atual. A outra é casada. Duas das mulheres eram aposentadas e duas trabalhavam; uma como advogada e outra como psicóloga e psicanalista. Três tinham filhos já adultos e netos e uma não possuía filhos. Uma delas tinha cinqüenta e cinco anos, outra sessenta e cinco, outra trinta e sete e a última tinha cinqüenta e dois anos. Todos os entrevistados eram proprietários de seus imóveis.

Os prédios pesquisados ficam nos bairros do Grajaú e do Maracanã. O prédio do Grajaú possui seis apartamentos por andar, cinco andares e um total de trinta apartamentos. Possui também um playground espaçoso e dois andares de garagem. O prédio do Maracanã tem dois apartamentos por andar, cinco andares, dois blocos e um total de vinte apartamentos. Também tem playground e dois andares de garagem.

O Grajaú não foi uma escolha aleatória. Moro no bairro há mais de trinta anos. Antes de me mudar pra lá, morava em Vila Isabel. Nos dois locais sempre residi em edifício. Primeiro em Vila Isabel, o prédio não era foco da minha atenção, fundamentalmente por causa da idade e porque o mesmo ficava ao lado da casa de minha avó, em que passei grande

parte da minha infância e que era, de fato, minha referência. Já no Grajaú a situação foi completamente diferente. O prédio se tornou um foco de atenção privilegiado por diversas razões, mas principalmente porque foi o local onde cresci e onde estabeleci inúmeras relações, de amor e ódio. O edifício era ocupado em sua maioria por casais jovens de camadas médias, com filhos. Era um prédio relativamente novo, composto de dois blocos e dois playgrounds e colado na Reserva Florestal do Grajaú. Esse aspecto associado às características do próprio bairro, com ruas amplas, pouco movimentadas, muito arborizado e com muitas casas, tornavam o local extremamente atípico no contexto de um centro urbano como o Rio de Janeiro.

É impossível resumir aqui a gama de experiências e relações que vivenciei ao longo de toda minha vida lá e também no bairro. Muitas das situações particulares e interações que vivenciei no ambiente do prédio funcionaram como ingredientes que fomentaram as questões que informaram meu trabalho e o desejo de estudar o que ora apresento. Por exemplo, vi um mesmo morador ocupar a função de síndico do prédio por mais de vinte anos e administrá-lo de modo tendencioso e pessoal, favorecendo um pequeno número de pessoas ligadas a ele e perseguindo e assediando moral e fisicamente outros moradores que não se submetiam as suas "ordens". Vivenciei também a situação de ser hostilizado por outro morador dentro do elevador do prédio. Isso aconteceu num dia pela manhã quando estava de saída para a faculdade. Entrei no elevador e lá estavam um morador relativamente novo e sua esposa. Como era muito cedo e estavam todos calados entrei no elevador e não os cumprimentei, acreditando que não queriam ser incomodados e permanecer reservados. O morador, no entanto, me deu um "bom-dia" com um tom agressivo e com a visível intenção de me ensinar "boas maneiras". Essas e inúmeras outras situações vivenciadas se relacionam com o modo como as interações cotidianas conformam nossa realidade social, além de apontarem também para a importância da dimensão moral sempre presente e para o modo como somos constituídos enquanto pessoas nessa dinâmica; temas esses que constituem a preocupação desse trabalho.

Outro aspecto interessante que vivenciei lá foi a divisão em grupos que aconteceu entre os jovens e que está diretamente relacionada com quem eram na época os respectivos síndico e sub-síndico. Como disse a mesma pessoa praticamente administrou o prédio por muito tempo e às vezes se revezava nessa função com um mesmo morador que também quase sempre foi sub-síndico do prédio. Esses dois moradores tinham três filhos cada um e os laços de amizade e convivência que cada um de seus filhos tinha no prédio eram predominantemente com jovens relacionados às outras pessoas que compunham o grupo do

síndico e do sub-síndico. Dessa maneira, a amizade comigo e com alguns outros jovens do prédio não era “bem vista” por seus pais.

Com estas experiências como minha bagagem, escolhi um prédio no Grajau, no qual meu irmão tem um apartamento, embora não resida lá no momento. Fui apresentado ao síndico e a duas outras moradoras através de minha mãe. Através de uma das moradores, conheci uma outra entrevistada. Por meio de minha orientadora, conheci moradores de um prédio no Maracanã e lá entrevistei três moradores. O primeiro contato que fiz no prédio de meu irmão foi com Mário por intermédio, como disse, de minha mãe. Da mesma maneira após um primeiro telefonema dela me era passado o telefone da pessoa e então eu entrava em contato para marcar um dia para fazer a entrevista. Esse processo se repetiu para quase todos os moradores. Sempre que terminava uma entrevista eu perguntava se a pessoa entrevistada teria alguém para indicar ou se poderia contactar alguém de seu conhecimento. Da mesma maneira me era passado o telefone e eu ligava para a pessoa. Uma entrevistada que me viabilizou o acesso a dois outros moradores do prédio foi Lúcia. Através dela consegui entrevistar Beth e consegui o telefone de uma outra moradora que acabei não entrevistando. Mário ficou de entrar em contato com dois outros moradores, mas nunca retornou e tive dificuldade de cobrá-lo. Por essa razão, nunca consegui o contato desses dois outros moradores. No prédio do Maracanã fui apresentado a dois outros moradores pelo contato conseguido por minha orientadora. Os entrevistados foram escolhidos fundamentalmente em função do acesso.

É preciso falar um pouco sobre a visão idealizada do trabalho de campo que eu tinha ao iniciar. Antes de começar, eu imaginava que conseguiria penetrar no cotidiano dos prédios de modo a apresentar uma visão de “dentro” (MAGNANI, 2002). Imaginava que minha imersão no contexto e no dia a dia do edifício seria completa e que conseguiria conviver com pelo menos algumas das pessoas que lá residiam de modo a poder experimentar o que implicava habitar aquele local com aquelas pessoas. No entanto, o primeiro fato com o qual me deparei é que eu tive que me dar conta de que eu era para aquelas pessoas um estranho, apesar de meu irmão ter um apartamento no prédio e de minha mãe conhecer algumas delas. O mesmo valia para o outro prédio, onde fui por indicação de minha orientadora. Não poderia freqüentar o prédio quando quisesse. Estaria limitado também pelas próprias redes de relações que essas pessoas mantinham ou não e, dessa maneira, teria acesso apenas a um certo número de moradores e não a todos como acreditava que seria o mais apropriado.

Além disso, havia também o problema da minha timidez. Ao imaginar o trabalho de campo nunca tinha parado para pensar que minhas próprias características pessoais poderiam

dificultar ou mesmo inviabilizar o trabalho. Já tinha pensado sobre a posição social do pesquisador e sobre como sua visão de mundo poderia influenciar a pesquisa, mas não tinha pensado em algo muito mais simples e, para mim, muito mais difícil, que era superar minhas próprias limitações pessoais. Portanto ao imaginar o trabalho de campo ideal ou a mítica etnografia, pensei que conseguiria estabelecer entre mim e meus pesquisados, assim como entre mim e meu campo, uma relação quase simbiótica. Desconsiderei, assim, minha enorme dificuldade de me aproximar das pessoas.

Além disso, algumas vezes me sentia mal porque entendia que estava ali com "segundas intenções", procurando extrair das pessoas algo que só dizia respeito a meus interesses, todos muito abstratos. Isso aconteceu quando, por exemplo, entrevistei um senhor que tinha um filho deficiente. Fui extremamente bem recebido, até mesmo considerado um "amigo" pelo senhor, mas me deparei com uma situação de relativa solidão que envolvia os cuidados de uma pessoa deficiente e eu estava ali e nada podia fazer para retribuir o modo como fui tratado e o benefício que recebia de ter aquelas pessoas colaborando para a realização de um trabalho acadêmico que só iria favorecer, se fosse bem feito, a mim. Enfim, me senti e me encontrei numa situação extremamente desconfortável, pelo menos para minhas inclinações morais. O que justifica o número reduzido de entrevistas.

Esse desconforto foi uma tônica na busca de pessoas para serem entrevistadas e nos primeiros contatos necessários para viabilizar sua realização. Apesar da dificuldade em realizar um maior número de entrevistas, percebi que cada depoimento revelava uma riqueza de visões em torno da concepção de pessoa, dos códigos acionados nas interações com os vizinhos e empregados do prédio. Em função desta limitação, resolvi privilegiar a análise aprofundada de cada relato, e não tanto a visão de conjunto, mostrando como cada entrevistado lida com éticas e códigos morais e concepções de pessoa. Mas apresentarei na conclusão os contornos gerais das ideias e valores do grupo de entrevistados.

O trabalho, portanto, é composto de um primeiro capítulo teórico sobre um tema que é importante no estudo das sociedades urbanas ocidentais e que norteou de certa maneira as análises aqui apresentadas. Trata-se das formas que o individualismo assume em diferentes sociedades, em especial na brasileira. O segundo capítulo trata das relações que os moradores estabelecem entre si no espaço interno do edifício e que se relaciona com suas residências. O terceiro capítulo é sobre as relações que os moradores estabelecem com pessoas que trabalham em suas casas ou com empregados, porteiros e faxineiros, do próprio edifício. Finalmente, na conclusão, procuro organizar as idéias esboçadas na parte analítica.

1 MARCOS TEÓRICOS

Neste capítulo discutirei como autores clássicos apresentaram suas visões sobre as dimensões subjetivas do individualismo nas sociedades ocidentais modernas e no Brasil. Em particular, trata-se de percorrer o trajeto intelectual desde a reflexão seminal de Simmel acerca da conformação da subjetividade e do individualismo no contexto da modernidade urbana até os modos como tais fenômenos foram interpretados por autores brasileiros. A contribuição de Simmel é importante por salientar os aspectos subjetivos do individualismo que, conforme uma perspectiva antropológica, permitiram enfatizar os contornos semânticos que o individualismo adquiriu e adquire no contexto brasileiro.

1.1 Individualismo nas sociedades ocidentais modernas – Simmel

Em seu trabalho “A Metrópole e a Vida Mental”, Simmel (1950) argumenta que a metrópole é a expressão por excelência dos processos sociais que marcam a experiência da modernidade. A metrópole é um espaço social *sui generis*, marcado pela diversidade e variedade de experiências sociais promovidas pela aglomeração de indivíduos e pelo processo de diferenciação promovido pela economia do dinheiro (SIMMEL, 1950).

A grande cidade é também o espaço que oferece a possibilidade de visualizar da maneira mais explícita a relação que se estabelece entre os conteúdos individuais e super-individuais da vida; seja ela de equilíbrio, oposição, etc. Em outras palavras, é o lugar socialmente construído em que, dada a sua complexidade e características particulares, se manifesta de modo mais marcante a distinção entre uma vida individualmente orientada e uma vida coletiva. Em outras palavras, ela permite observar melhor de que maneira se relacionam e articulam as noções de indivíduo e sociedade (SIMMEL, 1950).

A vida na cidade grande é marcada por uma variação estonteante de estímulos, pela mudança incessante e de difícil apreensão dos acontecimentos. Estes se sucedem numa velocidade desconcertante que não permite registrar plenamente pelos sentidos o que se sucedeu. Simmel (1950) não deixa de destacar o fato de que essa complexidade de estímulos e, logo, de sucessão fenomenal incide sobre e constitui um tipo de individualidade peculiar (SIMMEL, 1950).

A individualidade metropolitana é constituída por um esforço maior da consciência para apreender e lidar com a quantidade e variedade de estímulos que recebe ao executar atividades as mais corriqueiras. Isto decorre, para Simmel, do fato do homem ser uma criatura que diferencia e discrimina as experiências que vivencia, as coisas, pessoas e fenômenos com as quais toma contato (SIMMEL, 1950).

E tal dinamismo incide sobre os atos os mais corriqueiros e simples e, mais uma vez, exige da consciência uma atividade mais intensa e complexa:

> Essas são as condições psicológicas que a metrópole cria. Com cada atravessar de rua, com o tempo e a multiplicidade de vida econômica, ocupacional e social, a cidade estabelece um contraste profundo com a cidade pequena e a vida rural com referência aos fundamentos sensoriais da vida psíquica. A metrópole exige do homem como uma criatura discriminadora um montante diferente de consciência do que o faz a vida rural (1950, p.410, tradução minha).

Assim, o modo de vida metropolitano é, para o indivíduo, uma experiência de intensificação sensorial provocada pela multiplicidade de vivências e situações sociais e pela velocidade com que elas se sucedem. Essa experiência incide diretamente sobre a capacidade perceptiva do ser humano influenciando sua disposição discriminadora e diferenciadora (SIMMEL, 1950).

O indivíduo metropolitano submetido à pujança da experiência multifacetada, intensa e discrepante da cidade grande sente a necessidade de desenvolver em si mesmo uma capacidade modificada que o permita lidar com tamanha estimulação. Desenvolve assim seu intelecto como forma de se acomodar à mudança e ao contraste entre os fenômenos. O desenvolvimento do intelecto é um modo de se proteger das ameaças trazidas pelo dinamismo da vida metropolitana e das discrepâncias provocadas pela experiência complexa de situações diversas, contraditórias e incoerentes (SIMMEL, 1950).

O indivíduo metropolitano então aprende a operar em um modo que exige uma atenção aumentada, um uso mais intenso de sua consciência, e aprende a privilegiar a utilização do intelecto em detrimento do sentimento. O privilégio concedido à utilização do intelecto, por se tratar de um órgão menos sensível e de uma camada superior da psique que é mais adaptável, visa proteger a vida subjetiva quando confrontada pela força dos fenômenos da vida metropolitana (SIMMEL, 1950).

Nas palavras de Simmel (1950),

> O intelecto, no entanto, tem seu locus nas camadas transparentes, conscientes, elevadas da psique; é a mais adaptável de nossas forças internas. De modo a se acomodar à mudança e ao

> contraste dos fenômenos, o intelecto não requer nenhum choque ou sublevações internas; ... (1950, p. 410, tradução minha).

Além disso,

> A intelectualidade é assim vista de modo a proteger a vida subjetiva contra o poder sobrepujante da vida metropolitana ... (1950, p.411, tradução minha).

A metrópole, como dito anteriormente, é a expressão característica da vida moderna através dos processos de divisão do trabalho, de concentração demográfica, etc. Mas a metrópole, segundo Simmel (1950), sempre foi também o local identificado à economia do dinheiro. Nela, a troca econômica adquire uma intensidade e complexidade que não possui equivalente em outros lugares (SIMMEL, 1950).

A economia do dinheiro e a dominância do intelecto estão intrinsecamente conectados, segundo Simmel (1950). Ambas possuem uma atitude prática na forma de lidar com homens e coisas. Ambas são indiferentes a toda individualidade genuína, a toda particularidade. Não reconhecem diferenciações que não permitam a redução a operações lógicas. Não identificam a individualidade de fenômenos, pois esta não se coaduna com o princípio pecuniário. Este pede apenas pelo valor de troca; ele reduz toda qualidade e individualidade à questão quantitativa (SIMMEL, 1950).

A economia do dinheiro molda a vida cotidiana da metrópole, imprimindo uma praticalidade a todas as relações entre pessoas e coisas. Para Simmel (1950), o uso do intelecto se expande progressivamente abarcando e reduzindo todos os aspectos da vida cotidiana à exatidão do cáculo prático. Os dias são tomados pelas operações de cálculo, pesagem, com determinações numéricas, com a definição quantitativa do mundo.

Simmel (1950) não deixa de observar que a preponderância da praticalidade como princípio operacional imposto pela economia do dinheiro e pela dominância do intelecto sobre o homem moderno tem um efeito peculiar e importante sobre o modo como os indivíduos elaborarão sua percepção do mundo e da vida.

A vida moderna manifesta na vida metropolitana seria impossível sem que o princípio estimativo trazido pelo cálculo se expandisse e se moldasse às diferentes esferas e instâncias da vida cotidiana; sem que funcionasse como princípio ordenador. Assim é que o cálculo não se aplica somente às trocas comerciais, mas se aplica a dimensões abstratas da existência humana como o tempo. A economia do dinheiro modifica pelo cálculo o modo de organizar o tempo na cidade. Para que a cidade funcione é preciso que todo o seu funcionamento seja regulado da maneira mais exata possível. É necessário que todas as ações e operações sejam

pontualmente e coerentemente executadas. A operação intelectual do cálculo adquire um caráter exponencial e ambiciona controlar todas as etapas das ações da maneira mais precisa. O mais importante é retirar qualquer possibilidade de incidência de qualquer grau de desordem sobre a vida metropolitana. É preciso banir o caos (SIMMEL, 1950).

Tal caráter desordenado e caótico deve ser excluído também da esfera da existência individual.

> Pontualidade, calculabilidade, exatidão são impostas sobre a vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas conectadas com sua economia do dinheiro e com seu caráter intelectualístico. Esses traços devem também colorir os conteúdos da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos e soberanos que têm por objetivo determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora. Embora tipos soberanos de personalidade, caracterizados por impulsos irracionais, não são de forma alguma impossíveis na cidade, eles são, entretanto, opostos à típica vida da cidade (1950, p.413, tradução minha).

Simmel (1950) observa que, os mesmos fatores que se combinaram na exatidão e na precisão minuta da forma de vida, coalesceram numa estrutura da mais alta impessoalidade. Por outro lado, promoveram uma subjetividade altamente pessoal. Uma expressão metropolitana típica dessa forma subjetiva altamente pessoal é o que o autor chama de atitude blasé que se caracteriza pela incapacidade de reagir a novas sensações com a energia apropriada. Mais uma vez, a constituição subjetiva dessa disposição é resultado da estimulação nervosa rapidamente cambiante e fortemente comprimida da vida metropolitana. O indivíduo tem seus nervos agitados ao extremo ao ponto de sua maior reatividade e por um período de tempo tão longo que finalmente deixa de reagir por completo (SIMMEL, 1950).

Outro efeito da atitude blasé é o entorpecimento da capacidade de discriminação. Isso não significa que os objetos não sejam percebidos, mas seus significados e valores diferenciais são percebidos como insubstanciais. Nenhum objeto merece preferência sobre nenhum outro. Esse efeito, para Simmel (1950), é o reflexo subjetivo da internalização completa da economia do dinheiro.

Através da atitude blasé os nervos encontram na recusa em reagir a sua estimulação a possibilidade de acomodação aos conteúdos e formas da vida metropolitana. Esse recurso de preservação da personalidade implica numa desvalorização completa do mundo objetivo. Tal desvalorização provoca a sensação de que a própria personalidade não possui valor (SIMMEL, 1950).

Para Simmel (1950), esse processo de auto-preservação também tem uma repercussão social de natureza negativa. É uma atitude mental negativa que os indivíduos metropolitanos assumem uns perante os outros. Esse modo como os metropolitanos tratam uns aos outros

podemos chamar de reserva. A reserva é fundamentalmente uma desconfiança com relação a qualquer elemento da vida metropolitana e, mais uma vez, uma forma de proteção, dada a inconstância e fugacidade desses mesmos elementos (SIMMEL, 1950).

Simmel (1950) chega mesmo a afirmar que essa reserva manifesta externamente com relação aos estímulos da vida metropolitana é, internamente, uma leve aversão, uma repulsa e estranhamento mútuo, que pode se transformar em ódio e luta no momento de um contato mais próximo provocado por um motivo qualquer. Penso ser importante reproduzir aqui o trecho que se segue, em que, a meu ver, o autor relaciona certas qualidades que caracterizam a subjetividade e individualidade metropolitanas (SIMMEL, 1950).

> Toda a organização interna de uma vida comunicativa tão extensa jaz sobre uma hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões de uma natureza mais breve assim como mais permanente. A esfera da indiferença nessa hierarquia não é tão grande como pode aparecer na superfície. Nossa atividade psíquica ainda responde a quase toda impressão do outro com uma sensação de certa forma distinta. O caráter inconsciente, fluido e cambiante dessa impressão parece resultar num estado de indiferença. De fato, essa indiferença seria tão não natural quanto à sugestão mútua indiscriminada seria insuportável. Desses dois perigos típicos da metrópole, indiferença e sugestibilidade indiscriminada, a antipatia nos protege. Uma antipatia latente e o estágio preparatório do antagonismo prático realizam as distâncias e aversões sem as quais esse modo de vida não poderia ser levado. A extensão e mistura desse estilo de vida, o ritmo de sua emergência e desaparecimento, as formas por meio das quais é satisfeito – todos esses, com os motivos unificadores no sentido estreito, formam o todo inseparável do estilo de vida metropolitano. O que aparece no estilo de vida metropolitano diretamente como dissociação é, na realidade, apenas uma de suas formas elementares de socialização (1950, p.416, tradução minha).

Simmel (1950) observa ainda que a metrópole propicia um estilo de vida e individualidade como em nenhuma outra forma de vida social. A individualidade metropolitana é caracterizada por uma liberdade pessoal que é dificilmente encontrada sob outras condições. A metrópole representa um nível de desenvolvimento das formações sociais que transcende o pequeno grupo, formado por um número limitado de pessoas, e que impinge sobre os indivíduos que a ele pertencem um certo limite também em termos de desenvolvimento pessoal.

Mas há, no entanto, no entender de Simmel, outro fator que permite compreender melhor porquê a metrópole estimula tamanho desenvolvimento da existência pessoal e porquê nela encontramos tamanha diversificação de estilos de vida e individualidades. Para ele, o desenvolvimento da cultura moderna se caracteriza por uma preponderância da “cultura objetiva” sobre a “cultura subjetiva” (SIMMEL, 1950).

A “cultura objetiva” é o acúmulo histórico dos processos de objetivação humanos. Tudo que os seres humanos individualmente ou coletivamente produziram em termos materiais ou simbólicos é tornado objetivo, isto é, operacionalizável e acessível a todos os

indivíduos e sociedades subseqüentes. No entanto, para Simmel, é uma caraterística do desenvolvimento da cultura moderna que se produza um descompasso entre essa "cultura objetiva" e a "cultura subjetiva" que os indivíduos isolados são capazes de assimilar, utilizar e produzir. A "cultura subjetiva" então, é a capacidade de apropriação expressa pelos indivíduos considerados isoladamente diante da cultura objetiva (SIMMEL, 1950).

A metrópole então é um lugar para o qual convergem diversas forças sociais e culturais heterogêneas que fornecem aos indivíduos que com elas se deparam, uma experiência diversificada e fragmentada. Daí podermos entender melhor a razão pela qual a metrópole enseja uma produção tão profícua em termos de estilos de vida e individualidades (SIMMEL, 1950).

1.2. **Individualismo no Brasil**

No Brasil, a incidência do individualismo foi pensada de maneiras diferentes por autores diversos. Antropólogos brasileiros, particularmente, procuraram elaborar interpretações que dessem conta das peculiaridades do processo de passagem à modernidade dentre nós. Veremos duas perspectivas brasileiras clássicas sobre o individualismo.

O primeiro trabalho a ser considerado aqui é o de DaMatta (1997a). Ele é interessante por duas razões. Primeiro, pelas proposições teóricas que envolvem a coexistência das noções de indivíduo e pessoa nas sociedades humanas de modo geral e na sociedade brasileira de uma forma mais particular. Segundo, porque o rito que DaMatta (1997a) analisa, o uso do "sabe com quem está falando?", envolve a separação hierarquizante entre posições e lugares sociais.

O "sabe com quem está falando", para DaMatta (1997a), é um rito público que "implica a separação radical e autoritária de duas posições sociais real ou teoricamente diferenciadas" (DAMATTA, 1997a, p.181). O rito instila a distinção social no espaço público frente a situações em que os agentes sociais, a princípio, ocupariam posições iguais e indistintas. Ou seja, o rito instaura a hierarquia e a diferenciação social no cerne das relações igualitárias e individualizadas.

O "sabe com quem está falando" representa um modo ou jeito de ser brasileiro que se choca frontalmente com a imagem que veiculamos mundo afora e com a imagem que fazemos de nós para nós mesmos, pois implica o reconhecimento de formas violentas de discriminação e preconceito que são silenciadas ou negadas hipocritamente. A expressão representaria

também o oposto do “jeitinho”, da “cordialidade” e da “malandragem”, das “associações espontâneas, livres e amorosas dos futebóis, cervejas na praia, carnavais e samba” esses aspectos e traços que vinculam o “brasileiro” a um modo de ser democrático, simpático e cordial, nos colocando ao lado de regimes hierárquicos, conservadores e autoritários (DAMATTA, 1997a).

O autor destaca dois traços importantes que comporiam o rito enquanto forma cultural. Um deles “é o aspecto escondido e latente do uso (e aprendizado) da expressão, quase sempre vista como um recurso escuso ou ilegítimo à disposição dos membros da sociedade brasileira” (DAMATTA, 1997a, p.183). Ao contrário do futebol e do samba, ele não é ensinado. Falamos da praia e da mulher brasileira, mas não falamos do seu uso. Seu uso fica restrito ao “mundo real”, à “dura realidade da vida” onde se aprende a utilizá-lo. Seu lugar é o do “mundo da rua” esse “universo de cruezas que separamos e defendemos do nosso “lar”, da nossa “morada”, da nossa “casa”. O uso do “sabe com quem está falando?” estaria muito mais relacionado ao espaço social da rua por se constituir num universo em que prevalece a perspectiva dificultosa da vida e a ausência de vínculos sociais. Porém, preferimos não afetar a imagem de doçura e despojamento através da qual tomamos consciência de nosso universo social e que parece estruturar também o mundo da casa (DAMATTA, 1997a).

Um outro traço do rito é que ele remete a um aspecto da cultura brasileira que preferimos manter esquecido ou velado. O uso da expressão e o que ela implica, ou seja, a demarcação autoritária e antipática de distinções sociais carrega consigo uma perspectiva conflitiva das situações sociais. Em outras palavras, o acionamento da expressão “sabe com quem está falando?” é um ritual discriminatório que objetiva subjugar o outro, atribuindo-lhe um status e um lugar inferior numa suposta hierarquia social. Além disso, por ser discriminatório carrega em si uma certa dose de violência e uma disposição franca para o conflito. No entanto, embora a sociedade brasileira, em virtude de sua história colonial e sua posição periférica em relação às sociedades ditas desenvolvidas, seja uma sociedade repleta de conflitos e crises, este seu aspecto não compõe abertamente e honestamente as representações que esta faz de si. Assim, o conflito, entre nós, tem seu reconhecimento prejudicado, o que dificulta ainda mais o seu enfrentamento e o vislumbramento de caminhos para sua solução (DAMATTA, 1997a).

O autor explica esse aspecto velado do uso da expressão. Para ele,

> deixamos de integrá-lo à nossa visão do que é o Brasil porque o rito revela conflito e somos avessos às crises. O conflito aberto e marcado pela representatividade de opiniões é, sem dúvida, um traço revelador de um igualitarismo individualista que, entre nós, quase sempre

> se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade (DAMATTA, 1997a, p.184).

O uso da expressão, portanto, traria à baila, “o conflito e a crise” e, dessa maneira, denunciaria um desconforto e incapacidade mesmo de lidar com estes, tendo em vista se tratar de uma sociedade em que “todos deveriam conhecer bem o seu lugar”. Assim, conforme o autor, por ser uma sociedade hierárquica em que os seres humanos se comportariam conforme posições e delimitações pré-estabelecidas, o conflito não deveria ser visto como uma anomalia ou uma irregularidade do sistema, mas um dado natural da própria estrutura hierárquica. Nesse universo social em que “o conflito aberto é evitado é que encontramos, dentro mesmo da relação entre superior e inferior, a idéia de *consideração* como valor fundamental” (DAMATTA, 1997a, p.185, grifo do autor). Essa idéia de “consideração” se mostrará importante para definir as formas de tratamento que são valorizadas, tanto nas interações entre moradores, quanto nas interações entre moradores e empregados. A “consideração”, como veremos nos capítulos seguintes, parece ser mesmo um “valor fundamental” que norteia o modo de se relacionar no universo social brasileiro, tendo em vista a valorização das relações pessoais. E, particularmente, como veremos, quando se trata de uma relação entre um “superior” e um “inferior” onde a “consideração” adquire o sentido ideal de tratamento.

Para o autor, portanto, o estudo do “sabe com quem está falando?” permite descobrir, em meio à representação do Brasil como um país norteado pela idéia de cordialidade e universalidade, a existência de uma estrutura social hierarquizada e exclusivista, que privilegia certas pessoas em detrimento de outras. E essa descoberta envolve a constatação de que, de um lado, temos uma regra universalizante que nega e reprime o uso desse expediente autoritário, e, de outro lado, temos uma prática social que o reforça e atualiza constantemente. Assim, descobriríamos que existem duas concepções de nossa realidade social; uma que vê o mundo como “foco de integração e cordialidade”, e outra que o vê como “feito de categorias exclusivas, colocadas numa escala de respeitos e deferências” (DAMATTA, 1997a).

Essas colocações acerca da descoberta de duas concepções de nossa realidade social nos remete para o segundo dos aspectos do trabalho de DaMatta (1997a), o que envolve a distinção entre e o acionamento de duas noções que estruturam as concepções de pessoa que orientam o comportamento dos agentes sociais; as noções de indivíduo e de pessoa. Primeiro o autor marca uma distinção fundamental entre o indivíduo como representação ou elaboração ideológica e o indivíduo como unidade empírica básica, unidade biológica mesmo, presente em toda parte. Assim, para ele, “temos a noção empiricamente dada do indivíduo como realidade concreta, natural, inevitável, independente das ideologias ou representações

coletivas e individuais" (DAMATTA, 1997a, p.221). O indivíduo empírico, portanto, seria anterior às elaborações ideológicas que sobre ele incidiriam. O indivíduo empírico e natural constituiria um substrato biológico, presente em toda "formação social humana" que precederia as formações culturais.

Em seguida, o autor procura mostrar que o indivíduo empírico ou natural recebe duas elaborações ideológicas distintas que correspondem a duas maneiras diferentes de conceber a pessoa nas sociedades humanas. Na primeira elaboração toma-se

> sua vertente mais individualizante, dando-se ênfase ao "eu individual", repositório de sentimentos, emoções, liberdade, espaço interno, capaz portanto de pretender a liberdade e a igualdade, sendo a solidão e o amor dois de seus traços básicos e o poder de optar e escolher, um de seus direitos mais fundamentais. Nessa construção – que corresponde à construção ocidental -, a parte é, de fato, mais importante do que o todo (DAMATTA, 1997a, p.222).

Na segunda elaboração, por outro lado, investe em seu

> pólo social. Aí a vertente desenvolvida pela ideologia não é mais a da igualdade paralela de todos, mas da complementaridade de cada um para formar uma totalidade que só pode ser constituída quando se tem todas as partes. Em vez de termos a sociedade contida no indivíduo, temos o oposto: o indivíduo contido e imerso na sociedade. É essa vertente que corresponde à noção de pessoa como entidade capaz de remeter ao todo, e não mais à unidade, e ainda como o elemento básico por meio do qual se cristalizam relações essenciais e complementares do universo social (DAMATTA, 1997a, p.222).

As duas noções, no entanto, como ressalta DaMatta (1997a), são "básicas" e "largamente utilizadas" em todas as sociedades humanas. Acontece que no Ocidente o indivíduo como "valor" ou elaboração ideológica recebeu ênfase, enquanto nas sociedades tradicionais, holísticas e hierarquizantes a idéia de pessoa como valor e elaboração ideológica prevalece. Mas, fato importante que o autor destaca, é que as duas noções "estão sempre presentes" e há entre elas uma "dialética". Essa "dialética" corresponderia ao potencial dinâmico que o uso das duas noções parece viabilizar e que, no caso brasileiro em particular, versatiliza e torna mais nuançado o processo de compreensão da realidade. A "dialética" que existe entre as duas noções seria expressa pela "*possibilidade de passar de um pólo a outro – do indivíduo à pessoa e vice-versa" a despeito do que Durkheim (1975, citado pelo autor) já havia observado com relação ao uso, em todas as sociedades humanas, da "noção básica de corpo e alma*" (DAMATTA, 1997a, p.226). Nos termos de Durkheim, portanto,

> diríamos que o corpo estaria mais próximo da noção de indivíduo como categoria que define um espaço para as escolhas e as emoções em oposição fundamental ao todo. Já a alma ficaria ao lado da idéia de pessoa, como a vertente que idealiza a união complementar e não contraditória da parte com a totalidade (DAMATTA, 1997a, p.226).

Dessa maneira é que, segundo o autor, teríamos uma formação social como a norte-americana em que “as relações entre o indivíduo e a totalidade são automáticas” não existindo “mediação” entre eles. A sociedade norte-americana, portanto, teria como valor central estruturando todas as relações sociais a idéia de “indivíduo”. No entanto, mesmo aí, como argumenta DaMatta (1997a), a idéia de “pessoa” não estaria completamente ausente ou não teria sido completamente abolida. Ele cita como exemplos da persistência da idéia de “pessoa” a existência de “enclaves étnicos”, o “exclusivismo das instituições totais americanas, onde só se pode entrar por meio de um convite, como as fraternidades, as sororities, clubes e etc” ou ainda a própria “ideologia do sucesso” que, embora exprima “os valores da sociedade individualista e pragmática” legitima o pessoalismo. Como ele diz, o “sucesso parece exprimir a idéia da diferenciação em universos igualitários”. E “quem tiver sucesso acaba virando uma pessoa e sendo tratado de modo especial, diferente” (DAMATTA, 1997a, p.227 - 228).

O inverso desse tipo de formação social seria o que é encontrado nas sociedades tribais e tradicionais, onde prevalece como valor central estruturador das relações sociais a idéia de “pessoa” e não a de “indivíduo”. Essas sociedades seriam fortemente marcadas pela existência de laços de solidariedade provenientes da linhagem e da seção. É nelas também que as relações substantivas é que importam mais, sendo muito valorizados os parentes e os amigos. Mas, mesmo aí, persiste também a idéia de “indivíduo” que seria “aquele que sempre pede e nada dá em retribuição” ou “aquele que ao renunciar ao mundo, foge da totalidade” ou ainda “aquele que se coloca acima das relações de parentesco”. Nessas formações sociais em que a “pessoa” e as “relações” é que são valorizadas, o “indivíduo” seria expresso, sobretudo, através daqueles que se colocam ou são colocados em estados “liminares”. Para o autor, por conseguinte, a “liminaridade” deveria ser entendida como “a individualização num universo de pessoas” (DAMATTA, 1997a).

Assim, conforme o autor, o estudo do “sabe com quem está falando?” deixa entrever que o sistema social brasileiro “opera em dois níveis distintos”, um que “particulariza até o nível biográfico” e outro que “atua por meio de leis globais, evitando a todo o momento o contato direto com os indivíduos” (DAMATTA, 1997a, p.218). Segundo ele,

> é como se tivéssemos duas bases por meio das quais pensássemos nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a “vida” nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do “jeitinho”, da “malandragem” e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda a pessoa. A pessoa merece

> solidariedade e um tratamento diferencial. O indivíduo, ao contrário, é o sujeito da lei, foco abstrato para quem as regras e a repressão foram feitas (DAMATTA, 1997a, p.218).

O autor procura mostrar em seu trabalho que a idéia de indivíduo possui também um desdobramento social que corresponde à noção de pessoa. Além disso, ele procura mostrar também que a noção de indivíduo e a noção de pessoa podem ser colocadas em contraste uma com a outra. E, finalmente, argumenta que a utilização das duas noções introduz um "dinamismo" na análise sociológica.

Há sociedades, no entanto, em que, segundo o autor, as duas noções seriam "básicas" e funcionariam de modo a estruturar as relações sociais. É exatamente isso que o estudo do "sabe com quem está falando?" indicaria. Dessa maneira, nessas sociedades haveria, de um lado, "*a ênfase numa lei universal (cujo sujeito é o indivíduo), sendo apresentada como igual para todos; e, de outro, haveria a resposta indignada de alguém que é uma pessoa e exigiria uma curvatura especial da lei*" (DAMATTA, 1997a, p.229). Essa seria uma característica, para o autor, das sociedades mediterrâneas, que incluiria o Brasil. Assim, no Brasil, teríamos o "indivíduo como noção moderna superimposta a um poderoso sistema de relações pessoais" (DAMATTA, 1997a, p.230). Nesse tipo de formação social encontra-se dificuldade em criar e promover as instituições que são fundamentais para o exercício da "sociedade civil" e para o funcionamento de um Estado liberal e igualitário, cuja unidade básica é o indivíduo. E isso acontece exatamente porque persiste ou se alia ao projeto do Estado liberal burguês, uma forte segmentação social de tradição colonial (DAMATTA, 1997a).

O sistema brasileiro, para o autor, "é múltiplo e permite várias classificações". Entre nós, utilizando a dicotomia proposta por Durkheim, "o corpo é menor do que a alma, dinheiro e trabalho são coisas separadas e são as pessoas que comandam", enquanto no sistema protestante e capitalista, como o norte-americano, "o corpo vai junto com a alma, o dinheiro segue o trabalho e o indivíduo faz o mundo e suas regras". O autor sugere, desse modo, que há uma precedência da idéia de "pessoa" que se expressa através da valorização das relações personalizadas. Apesar dessa precedência que corresponderia a nosso desenvolvimento socio-histórico e cultural, o nosso sistema, mais uma vez, "é múltiplo e permite várias classificações" e opera nele a "dialética entre pessoa e indivíduo". Em termos dessa dialética temos nas esferas de decisão política e socioeconômica um pequeno grupo de "pessoas", altamente hierarquizado que comanda uma massa indistinta de indivíduos, igualados pela idéia abstrata de universalidade, todos submetidos à impessoalidade das leis (DAMATTA, 1997a). Temos, de um lado, "a sociedade dos "donos do poder", que se divide numa camada

de personalidades, autoridades e “homens bons” que fazem a lei, e, de outro lado, temos o “projeto da nação burguesa e capitalista” (DAMATTA, 1997a).

O Brasil se caracteriza então pela coexistência de uma estrutura social hierarquizada e semi-tradicional e de um individualismo e igualitarismo que correspondem aos esforços de construção de uma sociedade moderna, capitalista e burguesa. É nesse sentido que a valorização das relações pessoais tem de ser entendida. A unidade social aqui é a “pessoa”, que tem precedência histórica, pois foi sobre a estrutura tradicional e hierárquica da sociedade brasileira colonial e imperial que se inseriu um projeto de modernização capitalista que trouxe com ele, outro valor, o de “indivíduo” e o modelo de relações sociais que a ele se associa. Para o autor, portanto, se

> individualizar (na sociedade brasileira) significa, antes de tudo, desvincular-se dos segmentos tradicionais como a casa, a família, o eixo das relações pessoais como meios de ligação com a totalidade. Trata-se de buscar uma ligação direta com o Estado, por meio de associações voluntárias como o sindicato, o partido político e os órgãos de representação de classe. Mas, para tanto, é preciso abrir mão dos direitos substantivamente dados pelo sangue, pela filiação, pelo casamento, pela amizade e pelo compadrio (DAMATTA, 1997a, p.231 e 232).

Na sociedade brasileira, conforme o autor, operam as noções de “indivíduo” e de “pessoa”. Mas é a idéia de “pessoa” que parece atribuir ao indivíduo empírico e natural um significado social que se constitui como valor básico da sociedade. Sendo a “pessoa” um valor básico, é importante possuir ou adquirir redes cada vez mais extensas e substantivas de relações pessoais, pois através destas é que se torna possível circular em meio ao universo impessoal, universalizante e igualitário da lei de forma privilegiada. Aqueles que não possuem relações pessoais e que, em função disso, não possuem a capacidade de reivindicar o status de “pessoas”, estão sujeitos ao tratamento impessoal e universalizante da lei. O “indivíduo” como valor básico entra em jogo na sociedade brasileira toda vez que um indivíduo empírico não tem a capacidade de se tornar “pessoa” acionando “relações pessoais”. É na esfera de atuação do “aparato legal” e do “Estado” e em que prevalece um tratamento igualitário, universalizante e individualizado que o “indivíduo” como valor básico opera (DAMATTA, 1997a).

Finalmente, outro aspecto importante do trabalho de DaMatta sobre o “sabe com quem está falando?” e as distinções entre “indivíduo” e “pessoa” no universo social brasileiro, é o que se refere ao caráter dinâmico do recurso a tais noções e à possibilidade de “indivíduos”serem transformados em “pessoas” e vice-versa. Embora o autor destaque que prevalece como valor maior em nossa sociedade a aquisição do status de “pessoa”, admite que existem “áreas de passagem” em que “pessoas” podem se tornar ou serem transformadas em

“indivíduos”. A tendência, no entanto, segundo o autor, é passar de “pessoa a indivíduo e depois a pessoa”, tendo em vista que a “pessoa” e as “relações pessoais” são o valor almejado em nossa sociedade (DAMATTA, 1997a).

Teríamos, portanto, a passagem do ciclo de vida dos nascimento à idade adulta em que o indivíduo empírico, unidade biológica, é transformado em “pessoa”, unidade social fundamental no universo social brasileiro. Na sociedade brasileira o indivíduo empírico é primeiramente socializado como “pessoa”. Ele é transformado através das relações que estabelece num ambiente social específico. E as primeiras relações que o indivíduo (empírico) estabelece, na sociedade brasileira, são relações de substância em que predominam os vínculos familiares e os laços de sangue. Além disso, o ambiente social em que esse indivíduo é socializado é também de uma natureza particular, a casa. A casa é um espaço privado, resguardado da “dura realidade da vida” e do “mundo real”. Na casa e nas relações de substância, os papéis que as “pessoas” desempenham são sempre complementares e hierarquizados. Não se admite no espaço da casa e nas relações substantivas da família o individualismo e o igualitarismo que estruturam as relações e o espaço da “rua” (DAMATTA, 1997a).

Mas temos também, no decorrer do ciclo de vida do indivíduo empírico em nossa sociedade sua passagem de “pessoa” a “indivíduo”. Isso acontece quando a “pessoa” deixa o ambiente protegido do lar e as relações mais próximas da família e passa a conviver no espaço da rua em relações distintas. Assim, ocorre um afastamento da “pessoa” do grupo de substância e do espaço da casa. A “pessoa” passa a estabelecer relações de uma outra natureza com seres também de uma outra natureza, seres indistintos e desvinculados. A “pessoa” é transformada em “ninguém”, um “indivíduo” como outros que freqüentam aquele espaço caracterizado como “perigoso” onde se “luta pela vida” e onde ninguém se conhece, onde todos estão “separados e sós” (DAMATTA, 1997a).

Teríamos, por outro lado, segundo o autor, uma outra passagem, a de “indivíduo” a “pessoa”. Isso ocorre quando os “indivíduos” que não possuem “apadrinhamento social” ou, em muitos casos, “familiares” que lhe possibilitem conquistar o status de “pessoas” se insurgem contra o sistema. A massa, enquanto conjunto de “indivíduos”, está submetida ao universo impessoal e “generalizante das leis”, sendo tratados sem respeito e sem consideração. Os episódios de violência seriam uma forma de reconquistar um lugar complementar na estrutura social altamente pessoalizada do Brasil. Quando se revolta violentamente contra o sistema, essa massa de “indivíduos”, passa a receber qualificativos e a

ser tratado com o respeito e a consideração devidos à condição de “gente” ou “pessoa” (DAMATTA, 1997a).

Outro trabalho de DaMatta (1997b) trata da dimensão social da categoria “espaço” e de como ela se relaciona com as noções de “indivíduo” e de “pessoa”. A primeira constatação é a de que antropólogos se deparam com “modalidades diferentes de ordenação espacial” em virtude de estudarem sociedades diferentes. Assim, há sociedades como a japonesa e a brasileira, do interior, em que o sistema de endereços é pessoalizado, ou seja, não segue uma notação abstrata e numérica, mas informações íntimas e pessoais ou nomes e sobrenomes. Nessas sociedades o espaço enquanto dimensão social está sempre misturado, interligado ou embebido em valores sociais. Há também, por outro lado, sociedades como a norte-americana em que prevalece uma ordenação do espaço altamente impessoal, onde o modo de assinalar posições é “positivamente geométrico”, topográfico e que segue um código que se pretende universal e racional (DAMATTA, 1997b).

O espaço se manifesta de maneiras diversas em sociedades diferentes. Ele é, além disso, socialmente construído; constrói e, ao mesmo tempo, é construído pela sociedade. É fisicamente demarcado, geograficamente localizado e topograficamente medido, mas antes disso ocorrer ele é elaborado socialmente e simbolicamente pelos grupos pertencentes às sociedades em que se localiza. O espaço não é uma entidade filosófica universal e abstrata, mas uma construção social que é efetuada com base em elaborações particulares a sistemas sociais e valores a eles correspondentes (DAMATTA, 1997b).

Não se pode falar de espaço sem falar de tempo. As duas noções estão geralmente relacionadas nas diferentes sociedades. A noção de tempo só é percebida porque está ligada a alguma atividade social marcada. E essas atividades sociais para ocorrer precisam fazê-lo em espaços socialmente distinguidos. O autor cita o exemplo da sociedade nuer em que o ano se divide em dois grandes períodos que correspondem à cheia dos rios e à sua vazante e que são vividos em aldeias e em acampamentos. Para o argumento que pretende desenvolver acerca da sociedade brasileira, ele destaca ainda que atividades como casamentos, iniciações, festas mortuárias e outras cerimônias são realizadas no período *entre* esses dois momentos, o da cheia e o da vazante. Portanto, tudo indica que não se pode falar de espaço sem falar do tempo. E tudo indica também que apenas no sistema ocidental anglo-saxão é que as duas categorias se apresentam de modo mais concreto, dissociados do sistema social mais amplo e encapsulados num “sistema homogêneo e hegemônico de duração, de medida e até mesmo de percepção e relacionamento” (DAMATTA, 1997b).

O tempo e o espaço, portanto, para serem experimentados e concretizados precisam de uma ordenação contrastiva, ou seja, precisam que as atividades e as posições sejam postas em contraste umas perante as outras para que adquiram consistência e sejam vivenciadas pelos seres humanos. Para que os espaços e os tempos sejam organizados e articulados num conjunto, é preciso que, na sociedade em questão, as atividades se diferenciem de modo a permitir que lhes sejam atribuídas “lembranças e memórias” constituídas de sensibilidades e formas qualitativamente distintas. As atividades humanas, dessa maneira, é que concedem às categorias de espaço e tempo conteúdos simbólicos e ações significativas que permitem distinguí-los. É assim que o tempo e o espaço deixam de ser categorias abstratas para se tornarem experiências e vivências bem marcadas, como “lembranças e memórias” de episódios dotados de sensações e percepções particulares e especiais (DAMATTA, 1997b).

Essas mudanças qualitativas que atuam sobre as categorias de tempo e de espaço estão relacionadas também com grupos sociais. As construções que cada sociedade empreende sobre as categorias tempo e espaço articulam também, de formas múltiplas e variadas, as unidades sociais nela compreendidas. Assim é que o tempo ordinário está relacionado ao trabalho num lugar como a empresa em que se atua junto a um grupo profissional. De outro lado, temos a hora de lazer com a família que pode acontecer no quintal da casa, no playground, numa praça ou num ambiente aberto. Da mesma forma a rotina da casa está relacionada à mulher, enquanto o mundo da política se relaciona tradicionalmente com os homens e o Natal com as crianças. É infinito o número e possibilidades de combinação entre temporalidades, espacialidades, atividades e grupos sociais, mas tais combinações promovem a diferenciação e qualificação que estão na base da construção social da realidade que as sociedades promovem e das categorias de espaço e de tempo em particular (DAMATTA, 1997b).

Nas sociedades ocidentais capitalistas e protestantes o ordenamento do mundo opera no sentido de uma individualização que atua, dentre outras coisas, também sobre o tempo e o espaço. Nessas sociedades o tempo, como vimos, é desvinculado do sistema social e cultural e dos valores a eles correspondentes sendo, a partir disso, encapsulado numa ordem abstrata que permite medir sua passagem concretamente. O espaço, por sua vez, também desvinculado de elaborações sociais, é coordenado e quantificado segundo um sistema universal e racional. O espaço, nessas sociedades, é um elemento físico que pode ser mensurado geométrica e topograficamente (DAMATTA, 1997b).

Exatamente porque ocorre nas sociedades ocidentais a individualização de seu ordenamento do mundo, a noção que está por trás da estruturação de seus tempos e de seus

espaços é o indivíduo. O indivíduo é que é aí considerado normal, ou seja, funciona como norma. Dessa maneira, o funcionamento normal e habitual de seus espaços, seus tempos e suas atividades é aquele que se dá segundo a individualização. Os momentos extraordinários, então, seriam constituídos pela passagem do indivíduo ao coletivo. A situação extraordinária, fora do comum ou da norma, é aquela em que o coletivo se manifesta. O tempo e o espaço coletivos é que engendram, nessas sociedades, a anormalidade, o desregramento, o fora do comum, enfim, a subversão da norma (DAMATTA, 1997b).

Já nas sociedades tradicionais e semi-tradicionais, o ordenamento do mundo opera no sentido da coletivização. Nessas sociedades, o tempo e o espaço estão vinculados ao sistema de relações sociais e aos valores culturais. A passagem do tempo e a definição das posições estão intrinsecamente relacionadas às atividades e grupos sociais. Fenômenos naturais importantes e o modo de habitação funcionam normalmente como marcadores do tempo e do espaço. O que funciona como norma aí é o coletivo, a relação, o grupo, a família e o parentesco. O momento extraordinário é constituído pela passagem do coletivo ao individual. Os estados individuais é que constituiriam situações excepcionais e fora do comum. O indivíduo aí não é a norma, o normal ou habitual, mas a exceção, aquilo que foge ao normal e constitui, no extremo, o estado liminar (DAMATTA, 1997b).

Isso que nas sociedades ocidentais e nas sociedades tradicionais e semi-tradicionais é visto como passagem, no caso da sociedade brasileira é um aspecto constitutivo. Temos espaços específicos que correspondem a cada um desses pólos da passagem. No primeiro caso, então, temos a passagem do individual ao coletivo, do espaço eterno, legal e individualizado da rua a casa. No segundo caso, por outro lado, temos a passagem do coletivo ao individual, do espaço transitório, mágico e coletivo da casa à rua. Na sociedade brasileira não temos uma passagem de um espaço a outro como um evento traumático que coloca em relação dois elementos opostos e excludentes. No caso brasileiro, a passagem de um espaço a outro é complementar e inclusiva. Em nossa composição social, portanto, temos passagens complementares entre, pelo menos, três perspectivas; a da casa, a da rua e a do outro mundo (DAMATTA, 1997b).

Cada uma dessas perspectivas possui propriedades particulares que engendram mais do que apenas a separação entre contextos e atitudes. É que cada uma delas corresponde a "esferas de significação social" distintas e, desse modo, a conjuntos de sentidos que "compõem a realidade e que normalizam e moralizam o comportamento" numa direção pertinente à perspectiva que se adota. Os espaços complementares da sociedade brasileira engendram mais do que a demarcação física. Eles viabilizam e instituem visões de mundo e

éticas próprias. Eles correspondem a códigos diferenciados e integrados que nunca esgotam e completam totalmente o campo de significação aberto, fazendo com que a realidade brasileira seja sempre vista e entendida como parcial e incompleta. Isso ocorre porque nenhum desses múltiplos códigos é hegemônico ou absoluto. Dessa maneira, pode-se interpretar qualquer evento ou acontecimento por meio de qualquer um deles e sempre permanece a possibilidade do acesso a um deles tornar visível aspectos que os outros não deixam transparecer (DAMATTA, 1997b).

A “casa”, então, é um espaço que corresponde a um código que se contrapõe e complementa o espaço e o código da rua. A casa é local de calma, de repouso e de harmonia. Nela habitam “pessoas” e não “indivíduos”. Ali todos estão relacionados por laços e vínculos persistentes e “naturais”. É local em que habita a família, freqüentam os amigos. A casa é o espaço da privacidade e da intimidade. O amor, o carinho, a consideração e a hospitalidade dão o tom dos relacionamentos. Além disso, o tempo da casa é diferente. Não é um tempo linear e histórico, mas um tempo anacrônico, sem controle e mensuração. Por ser anacrônica, ela é também avessa à mudança e ao progresso e nela as coisas e as pessoas permanecem num universo que parece estático. O dinamismo e o conflito não são características de seu funcionamento. Na casa cada coisa e cada um tem seu lugar (DAMATTA, 1997b).

A “rua”, por outro lado, é um espaço cujo código corresponde ao inverso da casa. A rua é local de luta, de discórdia e de conflito. Nela habitam “indivíduos” e não “pessoas”. A rua é mesmo espaço de individualização e impessoalidade. As relações ali não são consideradas “naturais”, mas artificiais. Os vínculos não persistem e não há laços de fato entre os indivíduos que nela transitam. Ela é local da formalidade, da publicidade e da superficialidade. O ódio, o desprezo, a rudeza e a falta de consideração dão o tom dos relacionamentos. Não há um grupo de solidariedade ao qual possamos recorrer. Além disso, o tempo da rua é linear e histórico. Ele é medido meticulosamente e, portanto, controlado, fiscalizado. A mudança e o progresso nela vigoram. As coisas e os indivíduos são passageiras e insignificantes perante o dinamismo de seu funcionamento. A desordem e o conflito aberto fazem com que cada um só possa contar consigo mesmo e com que não se possa reivindicar o status de “pessoa”. As “pessoas” nela não são reconhecidas e são submetidas à ordem legal e impessoal que as trata como “gente comum” ou como “povo” (DAMATTA, 1997b).

O trabalho de Barbosa (1992) se insere na perspectiva aberta por DaMatta (1997a) acerca do recurso ao “sabe com quem está falando?” e sua relação com a dialética entre “indivíduo” e “pessoa” no universo social brasileiro. Em seu trabalho ela estuda um outro aspecto do sistema cultural brasileiro, aquele que está relacionado ao recurso à noção de

“jeitinho” para se conseguir solucionar algum entrave ou dificuldade decorrentes de alguma situação social particular sem entrar em choque com o ideal igualitário que é uma das ideologias básicas de nosso sistema social. Segundo a autora, na definição de seus entrevistados, o

> jeitinho” seria “uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade (BARBOSA, 1992, p.32).

Embora o “jeitinho” seja um ritual que se insere na estrutura dual em que baseia nosso sistema social, ou seja, embora seja acionado num universo social, como o brasileiro, em que prevalecem o “indivíduo” e a “pessoa” como dois valores básicos e fundamentais, ele se diferencia do “sabe com quem está falando?” que também aí se insere. Enquanto o “você sabe com quem está falando?” é acionado em situações públicas específicas em que há o confronto igualitário entre dois “indivíduos”, o “jeitinho” não está vinculado a uma situação social específica, mas é amplo e de limites pouco claros. O “você sabe” é um rito autoritário e hierarquizante de separação entre duas posições sociais, é um modo de colocar “cada um em seu lugar”. Já o “jeitinho” é um rito de aglutinação, em que não se separam os integrantes da situação, mas os une, ele não hierarquiza, mas se utiliza da “barganha” e da argumentação, ou seja, recorre à compreensão de quem está do outro lado da relação. O “você sabe” é considerado uma expressão execrável e antipática, sendo o seu uso condenável e mesmo velado; já o “jeitinho” é considerado legítimo e simpático, sendo o seu uso explícito. O “você sabe” é exclusivo de “pessoas” que têm uma posição privilegiada numa estrutura hierárquica, ele anula o “anonimato” a que essas “pessoas” estariam sujeitas ao se situarem no ambiente igualitário e individualizado da “rua”. O “jeitinho” pode ser utilizado por qualquer um, pois não depende de posições privilegiadas; ele não anula o “anonimato”, mas o mantém do início ao fim de seu uso, pois gera uma situação de igualdade entre os envolvidos. O “jeitinho” é democrático. O “você sabe” é autoritário e conservador. O “você sabe”, também, aciona relações pessoais, laços pessoais e vínculos mais amplos com a sociedade. O “jeitinho” é um expediente puramente individual, que não faz uso de recursos sociais. O “jeito é uma questão de personalidade”; está mais ligado à simpatia, às maneiras, ao modo de falar, ao tom, etc, de quem o solicita do que às eventuais relações pessoais e substantivas que a “pessoa” possa ter (BARBOSA, 1992).

O estudo do “jeitinho” possibilitou perceber que o individualismo no Brasil recebeu uma atualização e articulação peculiar, que o distingue do individualismo em outras partes do

mundo, em sociedades como a norte-americana. Se o individualismo no Brasil recebe uma atualização peculiar, então seus atributos básicos da igualdade e da liberdade também recebem aqui ênfases e significações distintas. Temos, portanto, o indivíduo enquanto unidade social básica do Estado-Nação. O indivíduo que é o "sujeito normativo das instituições" e a unidade central do sistema legal e jurídico expresso por leis e decretos universalizantes. Temos o indivíduo enquanto cidadão. Mas temos também, por outro lado, na prática social, uma outra idéia de indivíduo que se desvincula do sistema universalizante das leis e dos decretos e opera conforme as situações sociais, segundo uma "totalidade moral encompassadora da prática social de todos". Esse é o indivíduo de uma outra igualdade que é providenciada através da equivalência de todos perante Deus e perante o gênero humano. É uma igualdade que é dada não pelo sistema legal apenas, ou exclusivamente, mas por um "sistema moral encompassador" que nos abrange enquanto membros da espécie humana (BARBOSA, 1992).

Incorporando os argumentos de DaMatta (1997a) de que o sistema social brasileiro é caracterizado pela coexistência de duas concepções da realidade social, uma que promove o "indivíduo" e o "individualismo" e tem como atributos a igualdade e a liberdade, e outro que promove a "pessoa" e a "hierarquia" e tem como atributo a relacionalidade, a autora argumenta que o "jeitinho" promove, no seio de nossa sociedade, a "igualdade". Mas o "jeitinho" promove uma elaboração peculiar da noção de "igualdade" que está relacionada com a atualização específica que o individualismo recebe entre nós. Essa elaboração se refere a seu caráter paradoxal, tendo em vista que o ritual transforma "indivíduos" em "pessoas", e a seu caráter acentuado, pois que a "igualdade" que promove é radical, tendo em vista que desconsidera o status e posição sociais inerentes ao nosso sistema em função de uma representação harmônica e positiva da sociedade brasileira. Ao transformar "indivíduos" em "pessoas", o "jeitinho" aciona a concepção hierárquica e holista de nossa sociedade, e ao enfatizar uma "igualdade substantiva de todos", ele aciona a concepção individualista e moderna que também subsiste entre nós (BARBOSA, 1992).

A concepção individualista que está intrinsecamente associada às sociedades ocidentais modernas implica a existência do "indivíduo" como valor central do sistema sociocultural que se expressa em vários domínios, dentre eles, no nível do sistema legal e jurídico através de leis e decretos universalizantes e abstratos. No entanto, no caso da sociedade brasileira, temos, como argumenta Barbosa (1992), uma atualização específica dessa ideologia individualista que implica numa forma particular de individualismo e numa elaboração peculiar do atributo da "igualdade" que se encontra ligado a ele. A "igualdade",

entre nós, corresponderia a um direito, assegurado pelo sistema de leis universalizantes, e a um fato, a uma "equivalência moral", assegurada por uma "humanidade" expressa pela idéia de que compartilhamos uma "unidade biológica comum", ou seja, de que todos os seres humanos possuem uma constituição física comum, e expressa também pela idéia de que compartilhamos um "destino final idêntico e inexorável", a morte. A "igualdade" entre nós é um atributo que recebe uma ênfase que se sobrepõe a outros atributos, como a liberdade, constituindo, portanto, uma "igualdade moral". Já o individualismo entre nós seria, segundo a autora, um "individualismo seletivo" por funcionar de maneira "operacional". Além disso, esse individualismo brasileiro está relacionado com a idéia de intimidade, ou seja, ele é uma operação que busca suspender temporariamente a impessoalidade proveniente do modelo individualista através do recurso ao modelo das relações pessoais. O individualismo brasileiro, portanto, está relacionado à uma capacidade individual de "escolha" acerca de quem tem ou não acesso a seu "espaço interior" (BARBOSA, 1992).

Um autor que se inscreve numa outra perspectiva, diferente da de DaMatta e, consequentemente de Barbosa, mas que também elaborou uma reflexão sobre os contornos do individualismo no contexto brasileiro é Gilberto Velho. Velho desenvolve, tendo como objeto a sociedade brasileira, uma teoria antropológica das sociedades complexas. Por sociedades complexas o autor entende sociedades cuja divisão social do trabalho e distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidade histórica. Além disso, a idéia de sociedades complexas envolve também a existência de uma heterogeneidade cultural, entendida como a coexistência de uma pluralidade de tradições culturais (VELHO, 1999).

Segundo essa definição diferentes sociedades, afastadas no tempo e no espaço, apresentam os traços que as caracterizariam como sociedades complexas. Nesse sentido, o autor faz ainda uma outra distinção; a que se pode observar entre as sociedades complexas tradicionais e as sociedades complexas modernas, industriais (VELHO, 1999).

Para ele, então, a Revolução Industrial é um marco que produziu um tipo de sociedade cuja complexidade se identifica, sobretudo, a uma acentuada divisão social do trabalho, a um aumento vertiginoso da produção e do consumo, à articulação de um mercado mundial e a um rápido e violento processo de crescimento urbano (VELHO, 1999).

Os processos desencadeados pela Revolução Industrial incluem o aperfeiçoamento da técnica e da ciência que viabilizaram o aumento da produção de alimentos através do desenvolvimento da agricultura, além da diminuição das taxas de mortalidade em função dos progressos técnicos conquistados pela medicina. Esses fenômenos tiveram como conseqüência o aumento do número de pessoas e ainda a conformação de centros urbanos

com populações da ordem dos milhões de pessoas. Para o autor, embora o aumento do número de pessoas por si só não seja suficiente para distinguir as sociedades modernas de outras sociedades complexas, tal aumento do número de pessoas e a formação de centros urbanos de alta densidade demográfica só pode ser compreendido a partir do quadro surgido com a Revolução Industrial (VELHO, 1999).

A metrópole contemporânea é, segundo o autor, a expressão aguda e nítida desse modo de vida urbano-industrial e tecnológico, o lugar característico desse novo tipo de sociedade. É esse lugar que enseja "uma heterogeneidade e variedade de experiências e costumes que contribui, por sua vez, para a extrema fragmentação e diferenciação de papéis e domínios, dando um contorno particular à vida psicológica individual" (VELHO, 1999).

A diferenciação social e a heterogeneidade cultural se justapõem e, a partir dessas duas características predominantes das sociedades complexas, é preciso pensar a existência de tradições diferentes que colocam o problema da comunicação entre grupos e segmentos particulares. A sociedade complexa coloca o problema da contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente através de símbolos homogeneizadores, ou seja, "a existência de certos temas, de determinados paradigmas culturais mais significativos e que têm um potencial de difusão e contaminação maior do que outros" (VELHO, 1999, p.18).

Essa contradição entre experiências particulares e outras mais universais coloca a questão de como a cultura se comunica. Assim, os indivíduos, nessas sociedades participam diferencialmente de códigos mais restritos ou mais universalizantes. Os indivíduos nas sociedades complexas modernas têm a sua disposição, como diz o autor, um campo de possibilidades, ou seja, alternativas construídas pelo processo sócio-histórico e pelo potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. É a partir desse campo de possibilidades que os indivíduos articularão seus projetos individuais, ou seja, é a partir desse campo que as performances, explorações, ações e opções individuais serão efetivadas tendo como base avaliações e definições da realidade específicas (VELHO, 1999).

O projeto é a forma que o sujeito encontra de elaborar a experiência individual na sociedade moderna. Está, portanto, intrinsecamente relacionado com o campo de possibilidades que se lhe apresenta, mas também ao conjunto de experiências e vivências que conforma sua subjetividade. O projeto é uma decorrência da individualização promovida pelo desenvolvimento dos processos sócio-históricos que correspondem ao contexto moderno. Nesse sentido, é fundamental frisar que ele está intrinsecamente relacionado ao dinamismo

que marca essa mesma configuração social e histórica. Ele não é rígido ou fixo, mas está em constante articulação em função dos elementos que toma para si como significativos num dado momento. E isso se altera na passagem de um momento a outro (VELHO, 1999).

A experiência individual na sociedade moderna, por sua vez, tem como marca a fragmentação. O indivíduo está em permanente contato com redes de relações diversificadas e com estilos de vida e definições da realidade múltiplas. Na medida em que ele se defronta com visões de mundo diversas e com redes de relações abertas, maior será sua percepção de uma individualidade singular. Essa consciência da individualidade implicará uma maior elaboração de um projeto. É parte do argumento do autor que o projeto encontra uma linguagem particular que viabiliza a melhor expressão dessa individualidade ou individualismo e, nesse sentido, discursos como o psicológico ou psicanalítico, fornecem meios privilegiados. Cabe registrar, todavia, que esses discursos estão ligados a determinadas experiências de classe particulares em que o indivíduo aparece com maior nitidez, como é o caso das camadas burguesas (VELHO, 1999).

O discurso psicológico ou psicanalítico, portanto, é tanto conseqüência como causa do individualismo moderno. Mas ele é também expressão de uma determinada experiência de classe que está intimamente ligada ao desenvolvimento da modernidade urbana e ocidental. Dessa maneira, esse discurso está mais associado a segmentos ou categorias sociais que estiveram historicamente ligadas aos processos de transformação e passagem do mundo feudal ao mundo capitalista e industrial (VELHO, 1999).

Na sociedade brasileira, tais códigos simbólicos apresentariam algumas peculiaridades também relacionadas à diferenciação social. É nesse sentido que o autor argumenta que a expressão “estar deprimido” adquire diferentes significações para segmentos diversos da sociedade brasileira. A noção de “depressão” estaria vinculada a uma perspectiva de camadas médias que seriam, em tese, mais “psicologizadas” e intelectualizadas. O discurso psicológico teria, entre elas, maior incidência em virtude mesmo de seu acesso privilegiado a formas de tratamento médico e terapêutico conformes aos cânones da ciência moderna e à grande valorização da formação intelectual dos membros desse segmento. Assim o discurso relativo à noção de “depressão” seria, nesse contexto muito particular, mais sofisticado em virtude de uma experiência de classe também peculiar. Para as camadas de baixa renda, segundo o autor, uma expressão como “doença de nervos” suscitaria maior significação e, no que diz respeito a elaborações acerca de um suposto universo psicológico, os discursos desses segmentos seriam, nesse particular, menos sofisticados. Isso não implica, como ressalta Velho, que tais segmentos não possam apresentar discursos muito elaborados ou sofisticados

em relação a outros temas e fenômenos, como futebol, samba, etc, mas apenas que a elaboração dos códigos está de certo modo associada a estilos de vida e visões de mundo que são parcialmente determinados por experiências de classe específicas (VELHO, 1999).

1.3 **Algumas considerações finais**

Neste capítulo procurei apresentar a reflexão sobre o individualismo, partindo de um autor clássico como Simmel até alguns desenvolvimentos nacionais nas obras de DaMatta e Velho. Como mencionado na abertura do capítulo, a ênfase sobre os aspectos subjetivos do individualismo, que na obra de Velho ganham destaque, torna profícua uma leitura interpretativa baseada nas significações que tal fenômeno adquire e pode vir a adquirir em contextos particulares.

DaMatta, por outro lado, remetendo-se ao paradigma estruturalista e assimilando interpretações também clássicas como a de Louis Dumont, fornece elementos interessantes, como a distinção entre indivíduo e pessoa no contexto sociocultural e histórico brasileiro, para a análise que se segue.

2 OS MORADORES ENTRE SI

> ...é uma coisa muito corriqueira, coisa comum que todo mundo, como pega o estranho aí na rua, você vai lá, bom-dia, boa-tarde, às vezes você fala, nada que se aprofunde mais do que isso, muito raro, isso até a gente costuma reclamar disso, né, das pessoas serem tão, tão assim, ter o comportamento muito, muito sublime vamos dizer assim né...
>
> que eu quero dizer com isso...as pessoas antigamente, por exemplo, eu que morei sempre em residência, as pessoas se aproximavam mais, tinham um comportamento mais de amigo mesmo, aquela coisa mais próxima, conviver, né, é uma coisa bacana, que desde a infância quando eu morava com meus pais...no prédio já não é, cada um na sua, as pessoas vivem muito o dia a dia, cada um o seu problema e tal, não procura se aproximar mais, né, até mesmo ter uma afetividade maior, ter um laço mesmo de amizade, a gente costuma comentar isso aqui, as pessoas acabam sendo muito egoístas né, e vivem muito individualizadas nesse sentido

A primeira entrevista que realizei foi com Mário, quarenta e dois anos, casado, sem filhos, formado em administração de empresas e micro-empresário do ramo de distribuição de laticínios, morador há cinco anos no edifício no bairro do Grajaú. No período em que realizei a entrevista ele ocupava o cargo de síndico do seu prédio e, embora argumentasse que não, esse fato foi importante ao longo de seu depoimento, pois influenciou a visão que ele mantinha das relações entre os moradores dentro do edifício.

Mário caracteriza as relações entre moradores como a que existe entre estranhos na rua. Para ele as relações entre moradores do edifício são muito corriqueiras e superficiais, nunca se aprofundando mais. As interações são esporádicas e as conversas geralmente limitam-se a um breve cumprimento ou a indagações a respeito de problemas do prédio.

Mas para ele, a posição de síndico que ocupava na ocasião da entrevista não era a razão para que as pessoas o tratassem da maneira como o tratavam. O relacionamento superficial e corriqueiro era igual para todo mundo. No entanto, a função de síndico, no seu entender, agravava esse relacionamento, pois as pessoas o tratavam de maneira ríspida, dura, firme, muitas vezes como se fosse um empregado delas. Ele argumentava que as pessoas achavam que por ser síndico, ele deveria “agüentar qualquer coisa e que não é bem assim”. Ele acha que o respeito mútuo, a sinceridade e a franqueza é que deveriam preponderar e “são a melhor coisa”.

Outro aspecto destacado por Mário é que os moradores do edifício chegam a ser egoístas e intolerantes. O prédio em que reside e administra possui um faxineiro responsável pela limpeza das áreas comuns do prédio, incluindo o playground. Algumas janelas da área de serviço dos apartamentos estão voltadas para o interior do prédio e dão para o playground. Os moradores jogam guimba de cigarro, palito de fósforo, dentre outras coisas que derrubam e

não demonstram preocupação. Segundo Mário, poderiam interfonar para o porteiro e informar que derrubaram algo e sujaram o playground, mas não o fazem.

Mário cita também como exemplo da intolerância dos moradores um episódio recente em que foi necessária a realização de uma obra no prédio. Por se tratar de um edifício de mais de trinta anos que não recebeu a devida manutenção apresenta alguns problemas. Nessa ocasião em particular foi necessária a realização da substituição de barriletes de ferro (componentes de ferro que fazem parte da estrutura do edifício) por canos de pvc e por esse motivo a água teve de permanecer fechada durante dois dias. Isso provocou a indignação de diversos moradores que manifestaram ao síndico sua opinião dizendo que aquilo era um absurdo.

Interessante nessa ocasião em particular é que o síndico recebeu muitas reclamações, mas praticamente todas de forma indireta. As reclamações eram levadas aos porteiros do prédio que, por sua vez, as encaminhava ao síndico. Mário ressalta esse fato, pois acha que as pessoas poderiam chegar até ele para falar.

Essa intolerância por parte dos moradores se manifestou também em outra ocasião provocada pelo mesmo problema estrutural do prédio. Uma coluna de água estourou e começou a vazar na madrugada de vinte e três para vinte e quatro de dezembro a uma e meia da manhã. A coluna teve que ser fechada e em virtude de se tratar do final do ano, quase véspera de Natal, o síndico e o conselheiro construtivo tiveram muita dificuldade em encontrar um profissional ou empresa disponíveis para realizar o conserto. Essa situação provocou a intolerância da vizinha de porta de Mário que, segundo ele, assim como outras pessoas não conseguiu e não consegue visualizar o problema do outro e só quer saber do conforto dela. Comportamento que, para ele, chega mesmo a cegar.

Neste capítulo irei tratar da relação entre moradores, com base nos depoimentos dos entrevistados. Discutirei a tensão entre tratamentos mais ou menos pessoais nas interações cotidianas, os encontros que se dão nas áreas comuns, o papel que a noção de intimidade desempenha nesses relacionamentos, as reuniões de condomínio, a realização de festas no condomínio e a existência de duas éticas distintas nas formas de se lidar com a ordem reguladora do prédio.

2.1 **Interações cotidianas**

A maioria dos entrevistados relatou possuir uma relação mais superficial uns com os outros. Essa relação se restringia aos encontros esporádicos e espontâneos nas áreas comuns do prédio. De maneira geral, essa superficialidade era mal vista e considerada uma expressão de um certo distanciamento. Esse fato era lamentado por todos os entrevistados. Todos expressaram o desejo de que as coisas não fossem assim. No entanto, ao mesmo tempo, como pretendo mostrar, todos mantinham uma certa distância e impessoalidade. E como mostro também, mais adiante, existiam mesmo iniciativas de se estabelecer um outro padrão de comportamento e relacionamento no prédio.

Alguns moradores do outro prédio pesquisado já possuíam uma relação mais próxima. Para eles, isso era um fato positivo. Procurar fazer amizades e se aproximar dos outros moradores era algo bem visto e prezado. Uma das razões para isso era que as pessoas podem precisar umas das outras e a manutenção dessas relações de vizinhança dentro do prédio seria uma maneira de se manter uma atenção e um cuidado uns com os outros que em momentos de necessidade ou emergência seriam importantes.

A condição de Mário é interessante, no meu entender, pois sugeriria a operação simultânea dos eixos classificatórios do indivíduo e da pessoa (DAMATTA, 1997a). Mário é um morador do edifício, mas é também síndico. Como morador, habitante de seu apartamento, ele é marido, um homem de quarenta e dois anos com gostos e predileções, com hábitos particulares. Como síndico ele é, para os moradores, segundo ele mesmo conta, um funcionário que ocupa um cargo numa ordem administrativa impessoal.

A interpenetração entre os eixos classificatórios do indivíduo e da pessoa, no caso de Mário, ajudaria a compreender sua constante insatisfação e indignação ao longo do depoimento com o modo como era tratado pela maioria dos moradores do prédio. Como menciona, como pessoa ele seria tratado com afetividade, respeito mútuo, sinceridade, franqueza. No entanto, como indivíduo ele é tratado com rispidez, dureza, firmeza, pois é um ser indistinto que na ordem das relações pessoais dos outros moradores não possui um lugar.

Mário quer ser tratado como pessoa enquanto age como síndico e não como morador. Ele quer receber um tratamento e consideração pessoais quando, de fato, ocupa uma posição indistinta perante os outros moradores que, possivelmente, nem o conhecem pessoalmente. Como morador, ele não mantém um relacionamento próximo com quase ninguém, exceção

feita ao conselheiro consultivo e a seu vizinho de porta, um “senhor de idade”, do qual ele e sua esposa se aproximaram mais. Tendo em vista sua insatisfação e indignação seria de se esperar um comportamento mais pessoal de Mário em direção aos outros moradores do prédio. Parece haver uma certa incompreensão de sua parte com relação ao papel que desempenha no prédio. Ele quer ser tratado de forma pessoal com todas as recompensas que uma relação íntima poderia lhe proporcionar e, no entanto, frente à maioria dos moradores ele desempenha o papel de síndico, numa ordem administrativa que, ontologicamente, é impessoal e que, portanto, não pode lhe proporcionar as recompensas do tratamento pessoal. Existiria respeito dos moradores à ordem legal e universal que administra e regula o condomínio e que os manteria separados enquanto indivíduos daquele que ocupa o cargo de autoridade, o síndico.

Isso apareceria no depoimento dele quando, por exemplo, fala sobre o episódio que envolveu a obra de manutenção do prédio, em que foi preciso fechar a água do edifício por dois dias. Mário recebeu inúmeras reclamações indiretas, encaminhadas a ele através dos porteiros do edifício. Segundo ele, nessas reclamações os moradores expressaram impaciência e foram mesmo intolerantes com relação ao problema da água. A intolerância e impaciência dos moradores, para ele, é ainda mais difícil de compreender uma vez que argumenta que todos foram comunicados de que seria necessário o fechamento da água para a realização da manutenção. Mário lamenta muito que os moradores não o procurem para conversar ou para fazer colocações. Ele diz que dificilmente alguém o procura pessoalmente e diz que tudo no prédio é através dos funcionários.

Essa situação é interessante para pensar o acionamento dos eixos classificatórios num contexto particular. Além de não fazer menção ao papel impessoal que desempenha, o entrevistado também não faz menção ao estabelecimento de uma relação pessoal com os moradores. Por exemplo, a comunicação com os mesmos foi efetuada através dos porteiros e de comunicados afixados nos elevadores do prédio. Esse procedimento responde à operação de uma ordem jurídica impessoal que regula grande parte dos condomínios de apartamentos residenciais e comerciais. Nesse sentido, os moradores não são tratados pelo síndico, uma figura impessoal e indistinta, de forma pessoal e talvez nem fosse o caso. Logo, os moradores não o procuram também como morador do prédio, pessoa como eles, com suas particularidades e digna de um tratamento pessoal, para conversar.

Lúcia, cinqüenta e cinco anos de idade, psicóloga clínica e psicanalista, separada, com dois filhos, é moradora do mesmo prédio de Mário, há trinta e poucos anos, sendo uma das

moradoras mais antigas senão a mais antiga. Na visão dela houve no prédio períodos diferentes que refletiram também maneiras diferentes de se relacionar.

Lúcia comprou seu apartamento no prédio quando este ainda estava em construção, indo morar lá assim que terminou a construção. Nessa época a maioria dos proprietários do prédio consistia em casais jovens sem filhos que estavam começando a vida. Havia também uma minoria de apartamentos alugados que ocasionava uma rotatividade de moradores. E havia outros moradores também.

Como Lúcia conta, esses proprietários jovens começaram a se ver muito em assembléias e foram se aproximando. Formaram um grupo grande que passou a se relacionar muito. Esse grupo organizava festas, churrascos, queijos e vinhos, festa junina no playground do prédio. Lúcia conta que era comum estarem sem fazer nada e ligarem uns pros outros e combinarem de fazer algo no playground. Existia um relacionamento entre as pessoas que compunham esse grupo de muita proximidade, segundo seu depoimento.

Esse grupo constituía uma maioria, pois abarcava cerca de quinze a vinte apartamentos num prédio que possui trinta apartamentos. Dessa maneira o grupo conseguia fazer passar com facilidade em assembléia as coisas que queriam ver implementadas no edifício. Como Lúcia conta, o grupo se organizava para realizar encontros e eventos e planejava em conjunto as modificações do playground, como os brinquedos que foram colocados – gangorras, balanços, etc – e a construção de uma piscina na área livre que acabou nunca sendo realizada.

Conforme as crianças foram crescendo, diversos moradores que compunham esse grupo foram deixando o prédio para áreas próximas como a Tijuca ou mais distantes como a Barra da Tijuca, que fica longe do Grajaú onde o prédio fica localizado. Nesse processo os apartamentos foram ocupados por novos moradores e os planos, como a construção da piscina, foram abandonados porque os moradores restantes do grupo foram desanimando.

Lúcia conta que, com a vinda de novos moradores, começou a ocorrer muita reclamação e relaciona esse volume de queixas com o fato de residir no prédio um grupo “muito difícil de conviver”. Ela diz que havia reclamação em relação a tudo. Seu relato, no entanto, não parece fazer uma distinção clara entre o período em que residiu no prédio esse grupo “difícil de conviver” e períodos mais recentes. Vez por outra ela diz que, atualmente, acha que as “coisas estão melhorando”, mas, ao mesmo tempo, sabe que há reclamações porque os moradores comentam. Então, não fica claro se o volume de queixas se refere apenas a um momento anterior ou também ao presente.

Mas ela conta que “nunca vai ser vista reclamando de barulho, reclamando de alguém, reclamando disso e daquilo” e que os moradores reclamam de umas “bobagens”.

Conta que os moradores reclamam do tipo de coisa que “não afeta ninguém” e que “se fala apenas para aborrecer o outro”. Ela relata também que é uma coisa que acontece e que já presenciou de moradores fazerem comentários ou falarem de outros moradores. Que já aconteceu de chegarem para ela para dizer “você sabia que fulano” e que, em situações como essa, ela vai “cortar”, porque ela “não admite isso”, porque não é “esse tipo de pessoa” e que vai perguntar “você já falou com o síndico?”. Ela acha que “ninguém tem que estar no corredor falando de ninguém”, que tem que “chegar perto da pessoa e falar”.

Ela e seu atual companheiro, Jorge, que estava presente no momento da entrevista, reúnem um grupo de amigos em seu apartamento, uma ou duas vezes por ano, para ouvirem, tocarem e cantarem músicas de Roberto Carlos. Em uma dessas reuniões, Lúcia conta que estavam todos entretidos, que estava “aquela bagunça” e que ela “realmente aumentou o som” e que quando mexeu no som que fica perto da janela, viu um morador do prédio vizinho sinalizar para ela com a mão pedindo que abaixasse “um pouquinho” o mesmo. Ela conta que sinalizou de volta com um gesto positivo e que abaixou a música.

O relato de Lúcia sugeriria que o tratamento pessoal adquire uma significação específica. Tal significação parece remeter à valorização, por parte da entrevistada, da noção de pessoa, seja nas relações com os outros, seja na orientação de sua própria conduta. Ou seja, estaria relacionada com a valorização que as relações pessoais recebem no universo social brasileiro de maneira geral, em detrimento das relações individualizantes e impessoais, mas, como veremos a seguir, em alguns casos, essa ênfase sobre o eixo da pessoalidade ensejaria conotações problemáticas e avaliações negativas (DAMATTA, 1997a).

O que esses aspectos parecem sugerir é que na medida em que seria concedida uma ênfase, por parte da entrevistada, sobre o modo pessoalizante de se relacionar, isso a levaria a interpretar o comportamento dos moradores e suas reclamações como algo pessoalmente motivado que, exatamente por ser pessoal, estabeleceria um tratamento desproporcional em relação a ela.

Esses aspectos sugeririam que as noções de indivíduo e pessoa, e as formas de tratamento a elas associadas, adquiririam conotações diversas e, em algumas circunstâncias, até mesmo contraditórias. Sob alguns aspectos, portanto, acionar a dimensão pessoal seria avaliado positivamente, enquanto, sob outros, seria avaliado negativamente. O mesmo ocorreria com relação ao acionamento da dimensão individual ou impessoal. Se, de maneira geral, a dimensão pessoal é avaliada positivamente em detrimento da outra impessoal, sob algumas circunstâncias, o acionamento desta última poderia ser positivamente avaliado.

O depoimento indicaria que, quando se “reclama de alguém” ou quando se “fala de alguém nos corredores do prédio”, se acionaria a dimensão pessoal. Assim, se estaria “falando” de pessoas no sentido particular do termo, ou seja, se estaria atribuindo qualificativos e adjetivos ao que, de outra forma, permaneceria indistinto e abstrato, um indivíduo. Nesse caso, se estaria ainda recorrendo à dimensão pessoal como única via disponível para se qualificar ou adjetivar o que, de outra forma, não poderia ser adjetivado, e para fazê-lo de modo a atribuir-lhe um sentido negativo. “Falar de alguém”, no pessoal, não seria algo moralmente aprovável, segundo Lúcia, mas um expediente inapropriado e injusto, uma “implicância”.

O recurso à dimensão pessoal, nesse aspecto muito específico, também poderia indicar que se estaria recorrendo ao pessoal como procedimento de individualização, no sentido de distinguir ou discriminar negativamente, separando e isolando aquele que é qualificado como pessoa do restante dos moradores e, logo, da coletividade. Assim, seria possível combinar as noções de indivíduo e pessoa para separar e isolar, distinguir e discriminar negativamente.

O depoimento indicaria que “reclamar de bobagens” também seria uma maneira de acionar a dimensão pessoal. E aqui também, o pessoal adquiriria um sentido problemático e negativo. “Reclamar de bobagens” seria o comportamento de se voltar para os aspectos pessoais das questões que envolvem a convivência entre os moradores no edifício. Dessa maneira, os moradores reclamariam uns dos outros por “terem colocado o carro em cima da faixa amarela e não dentro dela” e outras questões afins, desprezando os problemas objetivos do condomínio em função de “implicâncias” e “antipatias” de cunho pessoal.

Ao se “reclamar de bobagens”, portanto, se estaria acionando o eixo das relações pessoais para tratar de assuntos, questões e problemas que pertenceriam, por outro lado, à dimensão impessoal e objetiva, à ordem das regras e normas abstratas, formais e objetivas. Os moradores estariam contaminando essa ordem objetiva com considerações que pertenceriam à esfera das relações pessoais, dos qualificativos e adjetivações, das simpatias e antipatias, e prejudicando o funcionamento dessa ordem objetiva ou desviando-a de seus propósitos formais. Veríamos, mais uma vez, a noção de pessoa adquirir uma conotação um pouco diferente da que, de modo mais geral, no universo social brasileiro, adquire em sua relação com a noção de indivíduo (DAMATTA, 1997a). E veríamos que, nessa circunstância particular da visão de Lúcia, essa noção receberia uma avaliação negativa.

Por outro lado, veríamos a mesma noção assumir também a conotação costumeira em que seria positivamente avaliada. Assim, é que “chegar perto da pessoa e falar”, “não se

preocupar com o que os vizinhos estão fazendo” ou sinalizar com a mão pedindo para abaixar um “pouquinho” a música, seriam sentidos em que se acionaria a lógica da cordialidade.

“Chegar perto da pessoa e falar” ao invés de “ficar falando dela pelos corredores do prédio” seria um modo de atribuir ao que, de outra forma, seria um indivíduo, um estatuto moral substantivo e, consequentemente, um tratamento baseado na cordialidade.

Quando fala no período em que “todos tinham filhos pequenos” e em que “ninguém se preocupava com o que o vizinho estava fazendo”, a entrevistada sugere uma valorização da noção de pessoa e o acionamento das relações pessoais. O sentido de sua fala indica que os moradores estariam se comportando conforme as regras da cordialidade e voltando-se para o seu círculo familiar e íntimo. A noção de pessoa aí estaria adequadamente localizada, restringindo-se as relações e os tratamentos mais pessoalizados ao espaço privado e íntimo da casa/apartamento.

Finalmente, “sinalizar com a mão pedindo para abaixar o som um pouquinho” sugere uma valorização das relações pessoais através do recurso ao “jeitinho” e a conseqüente avaliação positiva do recurso à noção de pessoa, por parte da entrevistada. Assim, o vizinho do outro prédio ao solicitar à Lúcia com um gesto delicado e amigável que abaixasse o som indicaria o recurso a um tratamento cordial, em que Lúcia estaria sendo tratada como pessoa e não como indivíduo e recebendo, por isso, a consideração cabível. Além disso, nesse caso, não se estaria recorrendo à ordem impessoal e legal para resolver um desacordo, e, consequentemente, não se estaria sujeitando pessoas a tratamentos inapropriados em que não prevalece a consideração.

2.2 **Os encontros nas áreas comuns**

Outro tema muito discutido foi a sociabilidade dos moradores e a sua ausência nas áreas comuns do prédio. Mário ressalta em seu depoimento que não há uma relação mais próxima entre os moradores. Com exceção da reunião de condomínio que é um episódio formal, não existiriam ocasiões em que os moradores se encontrem para conviver ou para se confraternizar. Os encontros no depoimento dele, mas também no de vários outros entrevistados, se resumiriam a pequenos cumprimentos formais e a breves diálogos, nas áreas comuns do edifício, em interações que teriam como característica uma regulação constante do próprio comportamento e do comportamento do próximo. Isso, pelo menos enquanto se está

em presença uns dos outros. Por outro lado, esses depoimentos parecem indicar também que subsiste, em meio ao exercício de uma ordem individualizada, uma predisposição ao estabelecimento de relações pessoais que permaneceria como expectativa a cada encontro.

Mário fala com desapontamento sobre esses encontros que se dão entre os moradores. Considera que os relacionamentos são “corriqueiros” e lamenta que “não se aprofundem mais”. Para ele, que sempre morou em casa, as pessoas “se aproximavam mais, tinham um comportamento mais de amigo mesmo, uma coisa mais próxima, uma convivência”. Já “no prédio é cada um na sua, cada um vive o seu problema e não procura se aproximar mais, até mesmo ter uma afetividade maior, ter um laço de amizade mesmo”. Ele diz que é uma coisa que conversa com a esposa, que ali, no prédio, as pessoas acabam sendo muito egoístas e vivem muito individualizadas.

Isso sugeriria que os relacionamentos pessoais é que seriam relacionamentos de fato, ou seja, seriam relacionamentos que estabelecem vínculos mais sólidos e mais extensos entre os seres humanos. Enquanto que as interações “corriqueiras” do cotidiano não forneceriam elementos para a constituição de um relacionamento significativo entre os seres humanos. As interações “corriqueiras” teriam uma importância menor e uma duração menos extensa.

Ressaltaria também, como o fiz anteriormente, que, no entanto, nem Mário, nem a esposa têm ou procuram estabelecer relacionamentos mais aprofundados com os outros moradores do edifício. Enquanto moradores do edifício eles se comportam como indivíduos e permanecem alheios aos aspectos pessoalizantes da vida dos outros moradores. Sua avaliação dos relacionamentos é negativa, mas se restringe a avaliar o comportamento dos outros e não o seu próprio, como se não fizessem parte dessa ordem individualista.

Esse trecho do depoimento de Mário seria interessante também para pensar possíveis desdobramentos, nesse contexto específico, da colocação de Barbosa a respeito do recurso que se faz, na sociedade brasileira, à noção de intimidade e tudo que ela implica, como forma de “conjurar a impessoalidade individualista com o estabelecimento de relações pessoais numa forma operacional” (BARBOSA, 1992, p.122). A intimidade, nesse contexto, a exemplo do que argumenta Barbosa (1992), funcionaria como um idioma que se contrapõe a formas de relações sociais que operam no eixo impessoal e individualizante. Porém, o recurso ao idioma da intimidade não é apenas operacional, mas é também efetivo, no sentido de que muitos dos moradores se disporiam a estabelecer, de fato, relações mais pessoais com outros moradores, como veremos mais adiante.

Mário lamenta que a relação entre os moradores não seja mais próxima e não se aprofunde e lamenta também a formalidade que orienta a conduta nos encontros

“corriqueiros” nas áreas comuns. No entanto, ele mesmo se comporta dentro dessa formalidade e, embora deseje relações mais próximas, recorrendo à intimidade como idioma para definir o que seria o ideal nessas relações, não a utiliza ao dar forma a suas relações. Ele se comporta dentro da formalidade que decorre de uma ordem impessoal e individualizada.

Outra entrevistada, Lúcia, costuma encontrar com outros moradores quando está entrando ou saindo do prédio, também nas áreas comuns. Nesses momentos, ela diz sempre fazer o movimento de se aproximar, mas diz que não “rola conversa porque você não tem mesmo aquela intimidade”. Segundo ela, os moradores ali costumam se cumprimentar, não indo além disso. E em sua avaliação o tratamento é bom.

Na ocasião em que entrevistei Lúcia, sua vizinha de andar ainda não havia enviado uma carta, em que propunha a todos os moradores, a realização de reuniões e encontros. Dessa maneira, fica difícil avaliar que alterações seu depoimento poderia sofrer após a realização de tais encontros e reuniões, e em caso de tais eventos se tornarem uma constante no edifício.

Dentre os moradores do prédio, Lúcia conhece Francisco que é um morador tão antigo quanto ela e mora no quinto andar, Alberto que mora no andar de cima ao dela que é o terceiro, a filha de Beth, que mora no primeiro andar e seus vizinhos e vizinhas de porta. Dentre esses vizinhos de porta, Marcinha, que foi amiga de sua filha, mas que não mora lá desde o início do prédio, Beth e Fátima que também é uma moradora mais antiga. Ela diz que seu relacionamento com esses moradores é bom, que é com eles que às vezes sai um ou outro assunto que vai além do cumprimentar. Ela menciona que com Mário também às vezes acontece de parar no andar dele pra conversar algo ou dele ir até a porta da casa dela. Mas ela ressalta que é uma coisa muito rápida e que acontece muito no entrar e sair de casa.

Seu depoimento é marcado pelo contraste entre os moradores antigos, os que vieram logo após a saída do grupo, e os mais recentes. E o prédio, segundo seu próprio relato, parece sempre ter apresentado uma grande rotatividade no que diz respeito à compra e venda de apartamentos e vinda de novos moradores. Tenho inclusive a informação de que, atualmente, há um apartamento à venda no prédio.

Ela conta que como mora há muitos anos no edifício, desde o término de sua construção e entrega do prédio, ela nota uma mudança na maneira dos moradores se relacionarem. Para ela mudou muito a proximidade entre os moradores, a “coisa do vamos fazer juntos”. Ela acha que tem um momento na vida das pessoas que elas têm os mesmos interesses, dos filhos pequenos, do começar a vida de pai e mãe. E pensa que talvez por isso, houvesse uma proximidade maior no passado.

Ela gostaria que os relacionamentos fossem mais próximos, que as pessoas fossem mais próximas, que os moradores organizassem reuniões ou encontros, que não é preciso estar uns na casa dos outros, porque antigamente os moradores que compunham o grupo também não ficavam uns na casa dos outros, mas que se reunissem, que trocassem idéias, até mesmo pra melhoria do prédio. Que de uma conversa sobre a vida pessoal pode surgir uma idéia para se fazer algo no playground, seja a compra de mesas ou brinquedos ou a realização de reuniões e encontros.

Lúcia conta que, recentemente, encontrou com uma antiga moradora de seu prédio que fazia parte daquele grupo inicial muito próximo, que está morando num outro prédio também ali no bairro do Grajaú. Ela já sabia que essa antiga moradora, Renata, estava morando num prédio no bairro, mas não sabia aonde. Então estava procurando apartamento para sua filha, Brenda, e acabou indo procurar exatamente no local onde ela mora. Chegando lá encontrou com Renata e começaram a conversar. Renata contou que era síndica e levou Lúcia para conhecer o prédio. Lúcia ficou admirada com o "astral", com as crianças brincando, parquinho, etc. Ela argumenta que é essa integração que ela gostaria que existisse em seu prédio. Ela acrescenta, inclusive, que não é porque tem criança, que nem todo prédio tem criança e que ela não sabe como se forma essa integração, se é através dos filhos ou não.

2.3 **As reuniões de condomínio**

As reuniões de condomínio são episódios que perpassam a fala de quase todos os entrevistados. Além disso, forneceriam elementos para pensarmos a interpenetração desses dois eixos classificatórios e a elaboração de tal(is) idioma(s) em que se buscaria conciliar as duas noções num domínio particular.

Mário comenta que os moradores costumam reclamar muito fora das reuniões, mas quando são realizadas reuniões de condomínio de trinta apartamentos apenas seis moradores comparecem. E destaca que são sempre os mesmos seis moradores que as freqüentam.

Quando perguntei à Beth em que situações costumava encontrar com outros moradores ela me respondeu que, dentre outras situações, a assembléia era uma ocasião em que isso acontecia. Mas ela disse também que só acontecia quando ela ia, porque ela "detesta" reunião de condomínio. Ela disse que não gosta muito de ir, mas que às vezes vai, principalmente quando o assunto é eleição de síndico ou aprovação de algum orçamento de

obra. Beth, como vimos, valoriza os encontros promovidos pela outra moradora, mas “detesta” reunião de condomínio. O que seu relato parece sugerir é que há uma diferença entre essas duas situações onde os moradores se encontram. Os encontros de confraternização seriam situações em que se busca estreitar os laços e estabelecer relações mais próximas. Mas o modo de fazer isso aí, parece estar relacionado ao fato desses eventos constituírem contextos particulares em que a possibilidade de conflito estaria quase que completamente ausente ou descartada. Além disso, a pessoalidade aí implicaria justamente em consideração e afeto. Já as reuniões guardam outras características, como veremos a seguir, que talvez ajudem a entender melhor a ogeriza que Beth tem em relação a elas.

Lúcia conta que no período inicial do prédio se decidia muita coisa nas assembléias de condomínio, tendo em vista que eram freqüentadas assiduamente pelo grupo que constituía maioria e que tinha uma proximidade maior. Ela avalia as assembléias desse primeiro período como ótimas, em que se decidiam e se faziam coisas que visavam à melhora do prédio.

Com a mudança gradual dos moradores, como vimos, o prédio entrou, segundo ela, numa fase ruim em que os moradores reclamavam muito uns dos outros e que isso se refletiu nas reuniões. Conta que as pessoas se desentendiam e que chegou a presenciar “bate-boca” na assembléia. As discussões se dirigiam para o que o filho de determinado morador tinha feito ou para o fato de outro morador ter entrado com mudança. Lúcia sugere que as discussões nas assembléias eram de teor pessoal e não de questões que envolvessem a melhoria do condomínio. Ela diz, por exemplo, que um morador levou para a reunião um orçamento de uma mesa que os moradores queriam e que ele havia feito com um amigo. Na assembléia seguinte um outro morador levou outro orçamento no intuito de questionar o orçamento feito pelo primeiro e sugerindo que este estava querendo “passar a perna” no grupo.

As reclamações sobre os filhos se referiam à bagunça no playground e ao barulho. Ela conta mesmo que já tinha acontecido de “sair bate-boca” entre uma moradora que residia no primeiro andar – que tem as janelas voltadas para a área livre do playground – e outras moradoras, mães das crianças às quais se referiam as queixas. Esses acontecimentos a afastaram e a fizeram parar de freqüentar as reuniões. Segundo ela, ocorriam muitas reclamações relacionadas com vaga de garagem, mas também relacionadas a outras questões, como as discussões entre moradores sobre orçamentos. Essas ocorriam principalmente entre os homens. Ela diz que se afastou das reuniões porque não queria ver os moradores discutindo “coisas ridículas” como, por exemplo, “você parou na linha amarela e não parou dois centímetros pra dentro dela”, ou seja, o tipo de coisa “que não afeta ninguém” e que se fala apenas para “aborrecer o outro”.

Nesses depoimentos que se referem às reuniões de condomínio poderíamos observar uma inversão com relação ao valor positivo de que são investidas as relações pessoais de maneira mais geral. Nesse domínio das reuniões, a interpenetração do eixo formal e individual, de um lado, com o eixo informal e pessoal, de outro, é problemática porque a valorização das relações pessoais não se adequa a um domínio em que o tratamento ideal seria o que é fornecido pela formalidade, objetividade e impessoalidade.

Nesse domínio, portanto, prevaleceria entre os moradores a noção de que o tratamento adequado, o do respeito e da educação, observaria a formalidade, a objetividade e a impessoalidade. Por outro lado, a intervenção de elementos informais, subjetivos e pessoais no tratamento entre os presentes constituiria um fator complicador e inoportuno, que só prejudicaria a discussão das questões concernentes ao prédio.

O depoimento dos entrevistados indicaria também que, nesse domínio das reuniões de condomínio, o tipo de questão a ser abordado e discutido é também aquele que se refere a assuntos que envolvem os moradores em sua coletividade e o condomínio em sua objetividade. Não constituindo questão de interesse as simpatias e antipatias e outras idiossincrasias que estão confinadas aos ditames das relações pessoais e, também das rixas pessoais, implicâncias, etc.

Os depoimentos sugeririam, ainda, que, apesar da formalidade, objetividade e impessoalidade serem valorizadas nesse domínio, as questões pessoais estão sempre presentes ou estão sempre prontas a invadir esse domínio que a elas não oferece as vias adequadas de expressão e encaminhamento. Embora sejam avaliadas comumente de forma negativa.

O depoimento de Lúcia indicaria essa ambivalência com relação à incidência do pessoal no domínio impessoal das reuniões de condomínio. Num primeiro momento, Lúcia descreve as assembléias como mais um episódio em que se manifestaria a participação pessoal dos moradores que mantinham entre si uma relação de proximidade e como um episódio em que essa participação pessoal seria altamente positiva, pois facilitaria a realização de melhorias no prédio.

Já em relação ao período seguinte sua avaliação se modifica. O grupo de moradores se dissipou e, com o afastamento, já não mais se reuniam no prédio para realizar as mais diversas confraternizações. Nesse período, as assembléias passaram a ser marcadas pela desconfiança de um morador em relação ao outro, pelas reclamações a respeito dos filhos dos outros e pelas discussões exaltadas de moradores entre si chegando mesmo à indisposição entre eles. A incidência do pessoal aí seria inoportuna, desagradável e avaliada como extremamente improdutiva.

Mais recentemente, Lúcia entende que os moradores estariam conversando mais entre si nas reuniões e estariam decidindo coisas pertinentes, que visariam à melhoria do condomínio. Ela caracteriza esse período mais recente também como uma volta sua às assembléias depois de um período de afastamento e não-envolvimento nos problemas do prédio. Nesse sentido, essa nova fase poderia ser pensada como um reposicionamento da conduta nesses encontros na esfera do formal e impessoal e a reconquista de seus direitos como indivíduo na esfera da ordem. Mas também poderia ser pensada como uma tentativa de estabelecer um novo equilíbrio entre o público e o privado nesse domínio das reuniões de condomínio, que outrora adquiriu sentidos contrastantes.

2.4 **A falta de intimidade**

Como vimos anteriormente, conforme as proposições de DaMatta (1997a, 1997b) e Barbosa (1992), opera no universo social brasileiro um sistema classificatório que articula as noções de indivíduo e pessoa e no qual a idéia de intimidade é recorrente. Os significados produzidos em torno da idéia de intimidade parecem fornecer os elementos ideais com base nos quais as relações devem se estabelecer e com base nos quais, também, administram-se as interações que se travam no cotidiano.

Sônia, sessenta e um anos de idade, casada, com dois filhos, moradora do mesmo edifício de Mário há quatro anos, falou sobre o recebimento da carta da senhora que é moradora recente do prédio, em que esta propunha aos outros moradores que estes se reunissem para se conhecer melhor. Na carta essa senhora se dispõe inclusive a organizar as reuniões, não onerando ninguém, apenas contando com pequenas ajudas. Sônia diz que achou a iniciativa muito relevante e que entrou em contato com a moradora para parabenizá-la. A senhora contou então que, até aquele momento, ela tinha sido a única a lhe dar um retorno com relação à carta enviada. Sônia conta também, todavia, que havia pouco tempo que tinha recebido a carta.

Beth, sessenta e cinco anos, funcionária federal aposentada, com uma filha, moradora do prédio há quinze ou dezesseis, falou também a respeito desse encontro promovido pelo casal de idosos. Ela disse que a senhora é muito animada e o casal é muito simpático e que ela quer promover reuniões com todo mundo, para todo mundo se conhecer. Ela contou que aconteceu uma reunião, sem festa e que foi “legal”. Embora não tenha ido muita gente, o

encontro foi “legal” e Beth diz também que acha que com o tempo essa senhora vai conseguir reunir todos.

As entrevistas com Sônia e Beth foram realizadas em momentos diferentes. Enquanto Sônia destacava que tinha sido a primeira a retornar à moradora que havia lhe enviado a carta há pouco tempo, Beth já comentava sobre a reunião que tinha acontecido em função daquela iniciativa.

Os depoimentos de Sônia e Beth a respeito da carta e da reunião indicariam que existe efetivamente a possibilidade de se romper com a estrutura de relações impessoais e se estabelecer relações mais próximas. Suas falas indicariam que a formalidade e impessoalidade que pautam as relações entre os moradores, principalmente nas áreas comuns do edifício, podem ser senão “superadas”, ao menos suspensas com vistas ao estabelecimento de relações mais próximas e pautadas pela pessoalidade e intimidade. Nesse sentido, a ordem impessoal e individualizante é vista como problemática para o estabelecimento de relações e lhe é conferida um estatuto pouco significativo na composição dos relacionamentos humanos. Desse modo, aos relacionamentos seria atribuído significado na medida em que adquirissem uma roupagem personalista. Seus relatos indicariam também que o idioma que é utilizado para se atravessar o espaço simbólico do afastamento à proximidade é justamente o da intimidade ou das relações pessoais. Poderíamos pensar também se, permanecendo esses encontros e iniciativas desse tipo, os moradores seriam capazes de elaborar um outro idioma em que se conciliem esses dois pólos que caracterizam as relações sociais.

Acredito que esse idioma é sugerido por DaMatta (1997b) quando, ao tratar das noções da casa e da rua no universo social brasileiro, se refere à existência de um espaço “entre”, ou seja, do acionamento da individualização num espaço que é pessoal como a casa e do acionamento da pessoalidade num espaço que é individualizado como a rua. Acredito que DaMatta (1997a) indicaria em sua caracterização a possibilidade da criatividade na sociedade brasileira com respeito à existência de um sistema classificatório que contempla as duas noções ou com respeito à elaboração de sub-idiomas que permitiriam circular por domínios diversos, articulando as duas noções conforme as demandas de cada um desses domínios.

O depoimento de Lúcia parece sugerir que o idioma da intimidade assume exatamente essa significação, essa capacidade de estabelecer continuidade entre o pessoal e o impessoal. Ela comenta que os encontros entre os moradores nas áreas comuns do edifício são marcados por um tratamento bom, mas que “não rola conversa, porque você não tem mesmo aquela intimidade”. Da mesma maneira diz que “você pode tratar bem uma pessoa, mas se você não tem intimidade com ela, nada rola, não rola uma coisa assim, vamos fazer isso, vamos fazer

aquilo, você não conhece, você não propõe as coisas". Diz também que, como moradora antiga do prédio, vivenciou uma mudança na maneira dos moradores se relacionarem. Para ela, mudou muito a proximidade e os relacionamentos atualmente são "muito mais distantes". Mudou a "coisa do vamos fazer juntos" e ela gostaria que os relacionamentos fossem "mais próximos, que as pessoas fossem mais próximas, que participassem uns da vida dos outros" e não fossem "tão distantes".

Na fala de Lúcia o "tratamento bom" não seria suficiente para estimular a conversa entre os moradores porque "faltaria aquela intimidade". Esse aspecto de sua fala pareceria sugerir que o único assunto capaz de estimular a conversa seria o que envolvesse tópicos pertinentes à vida pessoal e à intimidade. Pensaríamos, nesse sentido, que assuntos relacionados a aspectos da vida individual e à ordem impessoal por não serem capazes de estimular a conversa, não seriam também capazes de promover uma aproximação.

No mesmo sentido, "se você não tem intimidade com uma pessoa, você não conhece" sugeriria que não seria possível conhecer alguém se a relação permanecesse no nível da formalidade e da educação. Indicaria, portanto, que se conheceria alguém na medida em que se tivesse intimidade e na medida em que se partilhasse e se participasse da esfera pessoal de sua vida. O comportamento objetivo não seria suficiente para permitir que se conhecesse alguém. Seria preciso ter acesso a aspectos subjetivos de seu comportamento e a aspectos íntimos de sua vida para realmente conhecê-lo. Assim, as interações cotidianas nas áreas comuns do edifício, baseadas na reserva e na educação, não forneceriam elementos subjetivos e íntimos e, dessa maneira, não revelariam nada a respeito das pessoas com as quais se interage e não permitiriam conhecê-las realmente.

Finalmente, quando Lúcia diz que "mudou a coisa do vamos fazer juntos" e que gostaria que os relacionamentos não fossem "tão distantes, mas que os moradores participassem uns da vida dos outros" parece sugerir, novamente, que a idéia de intimidade forneceria o molde ideal que deveria recobrir as relações sociais. Assim, "mudou a coisa do vamos fazer juntos" indicaria que, atualmente não se faz nada junto porque não se possui uma relação íntima e pessoal com os outros moradores. Portanto, qualquer ação conjunta dos moradores que os vincule apenas enquanto indivíduos, pertencentes ao condomínio como uma ordem formal, não seria, de fato, uma ação conjunta no sentido pleno do termo, baseada em laços mais fortes e vínculos mais sólidos como os que existem na esfera pessoal. Da mesma maneira, Lúcia caracterizaria os relacionamentos entre os moradores atualmente como "distantes" e gostaria que "participassem uns da vida dos outros". Estaria sugerindo, também, que por não estabelecerem entre si laços como os que existem entre amigos, familiares,

compadres e etc, não estabeleceriam laços substantivos, pois que os laços formais que os unem como condôminos não seriam suficientes.

No depoimento de Lúcia, é dado muito destaque ao relacionamento que o grupo formado por casais jovens, todos moradores novos do prédio, tinha. Esse relacionamento seria, segundo conta, “maravilhoso”, em que todos faziam as coisas “em conjunto”, em que preponderava a proximidade e a intimidade, em que se podia propor coisas e em que existia o “vamos fazer juntos”. Nessa época acontecia mesmo de outros moradores se reunirem no apartamento de Lúcia para jogar pôquer ou buraco. Era um tempo também em que uns ligavam para os outros quando não estavam “fazendo nada” e combinavam de descer para o playground para jogar e etc.

Mas ela menciona também que num determinado momento em que teriam aumentado a violência no bairro e também devido a melhorias no padrão de vida desses moradores, esse grupo começou a se desfazer e a se dissipar em decorrência de terem se mudado gradualmente para alguns bairros próximos, como o próprio Grajaú e a Tijuca, e para outros mais distantes, como a Barra da Tijuca.

Ela conta seus filhos ainda mantêm contato com alguns dos antigos amigos de prédio. Mas esse contato que se mantém é mais com os que passaram a morar em bairros mais próximos, como a Tijuca, sendo que os que foram morar na Barra da Tijuca, por exemplo, se distanciaram. Ela própria diz que tem algumas pessoas que moraram ali no prédio que ela ainda encontra e procura, como um amigo dela que morou ali e que é médico e foi pediatra de seus filhos. Mas ela diz que não é “aquela coisa intensa” que “é porque a vida faz isso mesmo, né, até os teus amigos de infância, mesmo não morando no teu prédio você não tem aquela ligação que você tinha”. Portanto, ela sugere que a relação entre as pessoas que formavam esse grupo não é mais a mesma e, em alguns casos, nem foi mantida.

Mas mesmo enquanto residiam no mesmo prédio, como ela relata, não acontecia muito dos moradores desse grupo freqüentarem uns a casa dos outros. As reuniões, encontros, etc, aconteciam mais no playground do edifício. E que Lúcia é que até tinha o costume de receber alguns em seu apartamento para jogar. O que sugeriria também que não era o grupo todo, que era formado pelos moradores de quinze a vinte apartamentos; mas apenas alguns dentre eles.

Esses aspectos do depoimento de Lúcia sugeririam, em primeiro lugar, que existiriam gradações quanto à noção de pessoalidade presente nesses relacionamentos. Portanto, a proximidade e a intimidade citadas pela entrevistada, seriam atenuadas quando se pensa que não teriam sido suficientes para promover e manter os laços que se estabeleceram quando os moradores co-residiam no mesmo edifício, uma vez que se afastaram em decorrência das

mudanças para outros bairros. Ainda mais se pensarmos que tais bairros nem são tão distantes assim, particularmente para uma classe média que, habitualmente, tem carro próprio, telefone e internet, como é o caso de Lúcia.

Os interesses comuns tão citados pela entrevistada como elementos que teriam propiciado a aproximação entre os moradores do grupo no início, não forneceriam, de outro lado, elementos suficientes para que essa aproximação e intimidade se perpetuassem no tempo e no espaço. Permitiriam pensar também que essa proximidade e intimidade talvez fossem menores do que se supunha ou que recebessem, como disse, gradações mesmo naquela época e naquele lugar.

Os aspectos mencionados sugeririam também a operação simultânea de dispositivos individualizantes e pessoalizantes nas confraternizações e outras formas de convivência que contribuiriam para a interpretação de que existiriam gradações na proximidade e na intimidade citadas.

Os moradores não costumavam freqüentar a casa uns dos outros, exceção feita às ocasiões em que Lúcia reunia alguns moradores em seu apartamento para jogar. Mesmo assim, poderíamos pensar que não reunia todos os moradores do grupo, pela simples razão de tal grupo envolver um número grande de moradores, que envolvia cerca de quinze a vinte apartamentos.

Os moradores tinham a possibilidade de ligar uns para os outros pelo interfone para propor de se reunirem ou fazerem alguma coisa. Mas as reuniões, festas e encontros tinham como local quase sempre o playground do edifício.

Poderíamos, portanto, pensar que existiria, por parte dos moradores, o comportamento de preservar uma dimensão mais individualizada de suas vidas ao evitar freqüentar o espaço íntimo e privado da casa dos outros ou de receber moradores no espaço privado de sua própria residência. Além disso, escolhiam utilizar o playground, um espaço coletivo e impessoal como local para se encontrarem. Poderíamos pensar, nesse sentido, o acionamento do eixo individualizante como forma de impedir ou de se regular os níveis de participação adequados de uns na vida dos outros. Os dispositivos impessoais e individualizantes serviriam, nesse contexto muito particular, como método mais adequado para a regulação e manutenção de suas individualidades.

Concomitantemente, existiria também o comportamento de permissão de uma certa liberdade e certo grau de pessoalidade nas relações que se estabelecia ou se mantinha com os outros moradores. Assim, é que, ocasionalmente, alguns moradores freqüentaram o espaço mais privado, mais íntimo e, portanto, mais pessoal do apartamento de Lúcia. E assim

também, existia a liberdade e, logo, a possibilidade, que atualmente pareceria não existir, dos moradores ligarem uns para os outros no intuito de se encontrarem ou fazerem algo juntos. E, dessa forma, de se buscar uma maior proximidade nas relações.

A preservação da dimensão individual sugerida pelos aspectos acima ressaltados, indicaria também que existiria uma valorização dessa dimensão, ao contrário do que a valorização das relações pessoais faria supor. Essa mesma preservação da individualidade apareceria no depoimento de Lúcia, quando ela é perguntada se, atualmente, freqüenta a casa de alguém e também quando ela diz que era mais comum freqüentarem a casa dela. Ela diz que atualmente não freqüenta a casa de ninguém e que também ninguém freqüenta a dela. No passado, por sua vez, diz que recebia os moradores, que ela "gosta de receber" e que acontecia mais de freqüentarem o apartamento dela.

Esse aspecto de sua fala indicaria a operação do eixo das relações pessoais e da valorização da pessoalidade, mas poderia indicar também uma valorização da dimensão individual e até um ponto problemático na medida em que representa uma opção de Lúcia de não freqüentar a casa dos outros e, dessa maneira não querer participar da esfera privada da vida de seus condôminos. Não fica claro em seu depoimento se freqüentava ou não o apartamento de outros moradores no passado, mas é significativo que nenhuma menção é feita a esse respeito. Ela dá a entender que os encontros se davam mesmo no playground do prédio, sendo menos freqüentes ou menos habituais os encontros em sua casa. Ela diz que também se reuniam no playground para jogar, o que o reforça como local preferido para os encontros.

2.5 **Festas no prédio**

Lúcia vivenciou reclamações relacionadas a festas. Ela diz que isso começou a ocorrer quando seus filhos atingiram a fase da adolescência e, portanto, já não faziam festas de criança, mas festas de adolescentes. Essa diferença, para ela, explicaria também o teor das reclamações que se referiam basicamente ao barulho e ao horário.

Lúcia conta que quando seus filhos começaram a fazer essas festas de adolescentes começou a "empentelhação". Os moradores reclamavam do horário, do barulho ou porque tinha alguém no primeiro andar que estava operado ou que estava doente. Ela diz que eram

sempre as mesmas pessoas que estavam operadas ou doentes. Ela diz que essas reclamações começaram quando esses moradores novos vieram para o prédio.

Ela conta que tem “uma bronca muito grande” que diz que não é “bronca”, mas que “gosta” do pessoal do prédio, mas que nunca vai ser vista reclamando de barulho. Ela diz que fica “boba”, que os moradores reclamam de umas “bobagens”, que têm que reclamar de injustiça social e vão reclamar logo de festa, de “coisa boa”. Antigamente todo mundo tinha filho pequeno e ninguém se metia, ninguém falava de barulho. Ela conta que tinha um vizinho de baixo, que era policial militar, “todo certinho” e que eles brigavam muito. Ele tinha dois filhos, ela tinha os dois filhos dela. E os filhos dela “pintavam” dentro de casa, subiam, desciam, batiam e faziam muito barulho. Diz se lembrar que quando os filhos dele nasceram e os filhos dela nasceram e começaram “aquela fase de barulho”, dela perguntar a ele – o vizinho – se escutava algum barulho, porque seus filhos “não eram fáceis” e que ele respondia que não ouvia um barulho. Essa coisa do “eu não escuto um barulho” era dele em relação a ela, mas também dela em relação ao de cima porque todo mundo tinha filhos pequenos, que brincavam, que subiam, que desciam, e então ninguém tava preocupado com o barulho ou com o que os vizinhos estavam fazendo.

Depois de um tempo, não tinha uma festa em que não recebesse reclamação. Certa vez estava arrumando sua festa no play e tocou o interfone. Ela foi atender e era um morador do prédio. Ele perguntava a ela a que horas sua festa terminaria, porque ele não gostava de barulho e que ele ia sair e só queria voltar quando já tivesse terminado. Ela respondeu a ele que a festa nem tinha começado e que ele já estava querendo saber a que horas ia terminar. Então ela disse que não se aborreceu, mas que falou que ele deveria receber mais amigos, fazer mais festas, que isso era uma coisa “muito legal”.

Lúcia diz que não consegue fazer festa até dez horas da noite, que isso pra ela não é festa. Ela argumenta que se a festa começar às oito, nove horas não vai terminar às dez, onze, que queriam que a festa terminasse à meia-noite. Tinha um grupo no prédio que queria que meia-noite terminasse a festa.

Lúcia relata que as reclamações já chegaram ao ponto de envolver a polícia. Em uma de suas festas, Lúcia teve que descer para falar com policiais. Estes receberam queixa relacionada ao som alto vindo de sua festa. Ela mostra sua indignação dizendo que os moradores chamam a polícia, mas não descem para falar com os policiais. Ela diz:

> Quem chama a polícia tem que descer pra falar com o policial. Você sabia disso né? Chama a polícia pra você, que a sua festa tá me incomodando ou sei lá o quê, a sua casa tá me

> incomodando. Você tem que descer e falar com o policial. Colocar a minha cara lá, ó. Fui eu que liguei por causa disso e disso.

Lúcia indaga porque é preciso chamar a polícia. Para ela o morador poderia ligar, ou falar diretamente com ela, e perguntar se teria condição de abaixar um pouco o volume do som. Em sua visão, não há necessidade de chamar a polícia. Bastaria interfonar ou falar com ela pessoalmente. Além disso, ela diz, a verdade é que chamar a polícia "não dá em nada".

Ela conta que quando fazia festa no "play" pagava a multa antes mesmo dela acontecer. Existia uma multa de trezentos reais caso o morador não respeitasse o horário de silêncio. Então Lúcia começou a fazer isso. Quando ia alugar o playground ela dizia o dia em que faria a festa, pagava o aluguel e já pagava a multa que ocorria em função de não se respeitar o horário prefixado para o término das festas. Segundo conta, os moradores ficavam muito aborrecidos com ela por causa disso.

Ela e Jorge contam também sobre algumas mudanças que aconteceram e que explicam porque atualmente ela não presencia problemas entre moradores no que se refere a festas. Ele diz que atualmente não há problema com festas porque essa multa que era de trezentos reais foi aumentada pelos moradores para quatro mil reais. Segundo ele, só para não mais se fazer festa no playground à noite.

Portanto, conforme Lúcia, atualmente o playground é utilizado, mas seu uso se dá mais durante o dia do que à noite. Ela conta que tem gente que dá festa, que tem festas infantis e que, num outro dia, acha que teve um churrasco porque tinha um "sambinha".

O relato de Lúcia poderia indicar alguns outros aspectos que, à primeira vista, pareceriam passar desapercebidos ou não merecerem destaque. Poderíamos pensar, por exemplo, sobre o termo "festa" e outros a ele associados, como churrasco, queijos e vinhos, festa junina, festa de Natal, Páscoa, etc. E poderíamos pensar que aspectos e operações não estariam sendo destacados.

O termo "festa" na visão de Lúcia pareceria indicar única e exclusivamente que se trata de um episódio em que a rotina e a ordem regulamentar e normativa seriam temporariamente suspensas para dar lugar a uma ordem de grande investimento pessoal que propiciaria um envolvimento pleno entre os participantes e a harmonização dos conflitos. A "festa" demandaria também apenas o investimento pessoal, não fazendo recurso a expedientes que pertenceriam à ordem individual. Devido à harmonização dos conflitos e pela permanência das relações no eixo da pessoalidade, ela não experimentaria nessa época reclamações relacionadas a elas (DAMATTA, 1997a).

No entanto, o termo “festa” indicaria outros aspectos que não estariam sendo ressaltados no relato da entrevistada. A “festa” implicaria também organização e planejamento, além de uma série de operações objetivas e logísticas que permitiriam providenciar as coisas necessárias para sua realização e fruição. Além disso, as “festas” obedeceriam à ordem normativa e reguladora do próprio condomínio, sendo realizadas no playground e dentro dos parâmetros estabelecidos na convenção de condomínio, particularmente no que diz respeito ao horário de silêncio e manutenção da ordem. Nessa outra perspectiva, o relato da entrevistada não faria nenhuma mênção a reclamações porque tudo funcionaria dentro da “ordem”, ou seja, além da maioria dos moradores participar na época desses eventos, eram também eventos que transcorriam dentro da ordem normativa e reguladora, por se tratarem de casais com crianças pequenas e por se tratar de eventos de pequenas dimensões.

Assim, as “festas” às quais Lúcia se refere, envolveriam não apenas a dimensão das relações pessoais, representadas sobretudo pela fruição propiciada pelo convívio e confraternização e no envolvimento e investimento pessoais, mas também a dimensão impessoal, normativa e reguladora, representada pelos procedimentos objetivos e pela observação e obediência às vias apropriadas para sua realização, por exemplo, a escolha do local – o playground – uma área pública, coletiva e comum do prédio, possivelmente o não desrespeito ao horário de silêncio ou à manutenção da ordem, uma vez que não se faz nenhuma mênção a som alto ou bagunça demasiada, por se tratar de uma reunião de adultos jovens casados com crianças pequenas.

À primeira vista, o depoimento de Lúcia sugeriria o seguinte quadro. Lúcia estaria acionando o eixo das relações pessoais em seu comportamento voltado para a realização de festas, para a celebração dos laços pessoais entre ela, seus convidados/amigos e, porque não, os moradores também. A valorização das relações pessoais e de práticas que tem como objetivo estabelecer laços pessoais ou celebrá-los só pode ter uma significação positiva e, moralmente, aprovável. Lúcia, portanto, seria uma pessoa, no sentido teórico do termo, ou seja, um ser moralmente qualificável e cujo comportamento, segundo argumenta, só poderia ser positivamente avaliado. Além disso, por agir como pessoa e não como indivíduo, ela não estaria acionando uma ordem impessoal, abstrata e individual, que não consideraria os seres humanos na dimensão de uma moral pessoal, em que se valoriza a intimidade.

Os moradores, de outro lado, estariam acionando o eixo das relações impessoais em seu comportamento voltado para supressão das festas e da celebração das relações pessoais. Estariam também, exaltando os valores individualistas do isolamento e da separação dos

outros. Portanto, estariam agindo num eixo cuja moral é de outra ordem e que não oferece as recompensas que só podem ser encontradas no universo das relações pessoais que, por sua vez, constituiriam formas ideais para os relacionamentos humanos. Os moradores estariam acionando uma ordem impessoal que despersonaliza as pessoas e que não preza os seres humanos, especialmente em suas idiossincrasias e particularidades. Que os esvazia moralmente de sentido e que, dessa maneira, só poderia ser qualificada negativamente. Além disso tudo, estariam agindo como indivíduos, como seres que não pertenceriam ou não poderiam pertencer a uma coletividade e que só poderiam perseguir seus interesses individuais e não os interesses comuns/coletivos.

Lúcia, nesse quadro, seria a pessoa que gosta de receber, que gosta de fazer festas, de reunir os amigos e celebrar, que valoriza e defende as "coisas boas". Os moradores, por seu lado, seriam pessoas que não gostam de festa, que não tem ou não reúnem os amigos, que não celebram e que não gostam de "brincadeira", não valorizam as "coisas boas", não reclamam de "injustiça social". É nesse sentido que "chamar a polícia não seria necessário" e seria inadequado, pois que estaria sendo acionada a dimensão individual e o tratamento formal e objetivo - do respeito e da educação - a ela associado. O "descer para falar com os policiais" e o "colocar a cara lá e dizer fui eu que liguei por isso e por isso" seria avaliado positivamente, pois implicaria o envolvimento pessoal na situação e não desprezaria as especificidades, as particularidades e a subjetividade envolvidas na situação. O "descer para falar" indicaria que Lúcia não seria a única a ser sujeitada como pessoa a um tratamento individualizante por parte dos representantes da ordem impessoal. Indicaria também a exposição pessoal do morador, uma vez que implicaria a exposição das razões subjetivas que o levaram a ligar para a polícia. Além disso, "colocar a cara lá" implicaria um movimento de aproximação que seria mais adequado a um tratamento pessoalizado baseado na consideração e no afeto, e não o distanciamento e formalidade que caracterizariam um tratamento despersonalizado.

Se analisarmos o depoimento de Lúcia, porém, através das perspectivas de DaMatta (1997a, 1997b) e Barbosa (1992), ou seja, considerando que em diferentes níveis e domínios do universo social brasileiro são acionados simultaneamente os eixos do indivíduo e da pessoa, ensejando mesmo combinações peculiares entre as duas noções e os elementos simbólicos que atualizam, a nossa análise e o quadro proposto, a primeira vista, se complexificariam.

Assim, estaríamos lidando com a operação tanto do eixo do indivíduo como do eixo da pessoa ao mesmo tempo, mas de acordo com contextos particulares e adquirindo significados diversificados conforme as necessidades que tais contextos suscitassem. Seguindo a

perspectiva dos autores acima, portanto, seria inadequado perder de vista que significações particulares da noção de indivíduo assim como da noção de pessoa poderiam estar sendo produzidas. Mesmo que, aparentemente, ou do ponto da entrevistada, se supusesse que uma noção estivesse operando em detrimento da outra ou possuísse maior valor do que a outra.

Em alguns trechos de sua fala, portanto, Lúcia, que no quadro acima sugerido por sua visão, estaria acionando o eixo das relações pessoais, poderia assumir, no entanto, uma perspectiva que se adequa mais ao eixo das relações individuais. E da mesma maneira, os moradores que, na visão dela, estariam acionando o eixo impessoal e individualizante, poderiam assumir em determinados aspectos uma perspectiva mais adequada ao eixo das relações pessoais. Assim sua perspectiva poderia adquirir nuances e tornar-se mais complexa se considerássemos que nos aspectos mencionados estariam operando, no caso de Lúcia, que valorizaria as relações pessoais, também o eixo da individualidade e, no caso dos moradores, que valorizariam a individualização, também o eixo da pessoalidade.

Seu depoimento sugeriria um comportamento que valorizaria a dimensão individual e também uma forma de utilizar os dispositivos impessoais e individualizantes que se volta para a preservação de um contexto particular de operação das relações pessoais. Lúcia não obedece o horário determinado para se terminar a festa ou desligar o som. Além disso, ela efetua o pagamento da multa estipulada em caso de infração, antes mesmo de suas festas acontecerem, o que indicaria que ela estaria conscientemente e propositadamente desrespeitando as regras que regem o condomínio. Esse comportamento sugere que faz uso dos dispositivos impessoais, com vistas à celebração de laços pessoais, desprezando os moradores do prédio e, logo, a coletividade. Dessa maneira, age como pessoa, alheia aos laços obrigatórios que a ligam ao restante da comunidade dos condôminos, e estaria observando unicamente seus interesses particulares em detrimento dos interesses comuns e da preservação da ordem.

Lúcia estaria celebrando as relações pessoais, mas não estaria contribuindo para o estabelecimento de laços mais próximos ou íntimos com os moradores do prédio, uma vez que não estaria estabelecendo tais laços com os moradores, mas com amigos e convidados seus. É uma festa, celebração de relações, mas que envolve somente uma moradora e não os outros moradores em seu conjunto.

Além disso, o pagamento do aluguel do playground e o pagamento adiantado da multa condominial sugeririam que, com o objetivo de celebrar seus laços pessoais – laços que pertencem somente à esfera de relações pessoais de Lúcia -, ela estaria recorrendo a mecanismos impessoais e objetivos que seriam mais adequados à operação num eixo

individual e a um comportamento de um morador individualmente considerado para atingir objetivos que se referem à esfera das relações pessoais.

Quando menciona que os moradores ficavam “muito chateados” com ela e que ficavam mesmo “uma arara”, Lúcia não diz se arrepender do seu comportamento e não diz também se preocupar com o fato de ficarem “aborrecidos” com ela. Nesse sentido, a ausência de qualquer comentário a esse respeito em sua fala indicaria, também aqui, que ela age como pessoa e prezaria apenas aqueles que comporiam o círculo mais restrito do grupo de relacionamento íntimo em detrimento da consideração do quanto seu comportamento poderia afetar os outros moradores. Estaria, portanto, se preocupando com o pessoal, nessa circunstância, na forma da satisfação de seu interesse.

O depoimento sugeriria, por outro lado, que os moradores, em seu comportamento, estariam operando no eixo individual na atenção que demonstram à coletividade quando pregam o respeito às regras condominiais. Em outras palavras, o depoimento sugeriria que os moradores acionam a ordem impessoal, da regra e da norma, em prol da coletividade e, dessa maneira, estariam prezando também a manutenção e qualidade das relações entre o conjunto dos moradores.

Além disso, o acionamento da regra e da norma para manter o respeito por parte de outros moradores com relação ao horário de silêncio não significaria que tais moradores “não gostam de brincadeira, não gostam das coisas boas”, ou que esses mesmos moradores não ultrapassassem os limites caso estivessem entretidos também numa festa. Poderíamos pensar ainda, que as festas poderiam acontecer no horário da noite sem maiores problemas, desde que se respeitasse o horário estipulado para o encerramento da música alta, aspecto que a própria Lúcia diz não observar porque “festa que termina às dez, onze, meia-noite, não é festa”.

O acionamento da regra e da norma abstratas significa, portanto, que os moradores estariam visando à coletividade ao procurar evitar ou impedir que a ação pessoal de Lúcia - ultrapassar o limite das dez horas tanto na realização da festa quanto no volume da música - atrapalhe ou incomode o conjunto dos condôminos, penetrando, inclusive, os espaços privados da “casa”/apartamento. O comportamento de Lúcia não estaria obedecendo as regras de conduta prescritas e adequadas ao uso de espaços públicos, ou seja, de formalidade e contenção, mas as desobedecendo e extravazando esses espaços através do desregramento e da informalidade. Os moradores, por seu lado, estão agindo de acordo com a observância de interesses coletivos e não pessoais.

O depoimento sugere também que existia uma preocupação com a coletividade por parte dos moradores no modo como lidaram com o problema da música alta fora do horário. A decisão de elevar o valor da multa condominial foi tomada em conjunto pelos moradores presentes em uma reunião de condomínio. Isso indicaria, como argumentado, o acionamento dos mecanismos impessoais e formais visando um interesse comum, tendo em vista o envolvimento de mais de um morador na decisão e a anuência do restante dos moradores, que não questionaram ou suspenderam o aumento do valor da multa.

No entanto, podemos pensar que mesmo tal decisão pode ter um caráter arbitrário, caso tenha sido tomada por um número pequeno de moradores visando apenas seus interesses particulares no assunto e não visando a opinião da maioria e os interesses comuns. Pensamos, nesse caso, que cabe a Lúcia e a outros moradores não satisfeitos com a decisão, o expediente de se mobilizarem na assembléia seguinte para questionar a decisão e buscar sua suspensão, em outras palavras, através do acionamento da norma e da regra. O depoimento de Lúcia sugere que a medida foi arbitrária, partindo de um pequeno número de condôminos, desprezando o interesse coletivo.

2.6 **Modos de se relacionar com a regra e a ordem**

Os aspectos do depoimento de Lúcia que a envolvem numa indisposição com o restante dos moradores do prédio, sugeriria um conflito entre uma ética burocrática e uma ética pessoal, conforme vemos em DaMatta (1997a). Essa ética burocrática engendra “uma moral rígida e universal das leis e regras impessoais” que é posta “em prática para submeter a todos os membros da sociedade” (1997a, ps.216, 217). De outro lado, teríamos uma ética pessoal que engendra uma moral “muito mais complicada das relações totais impostas pelos laços de família e teias de relações sociais imperativas, em que a relação pessoal e a ligação substantiva permitem pular a regra” (1997a, p.217) ou não aplicá-la rigidamente.

Assim, Lúcia, de sua parte, recorre a essa ética pessoal como forma de burlar a regra imperiosa do condomínio de que a música alta só é permitida até as dez horas da noite. E os moradores, de outro lado, acionariam uma ética burocrática ao prezar o respeito às regras e normas de funcionamento do edifício e de uso de suas áreas comuns ou públicas.

A conduta de Lúcia seria orientada pela informalidade e flexibilidade que caracterizariam as relações em família, entre amigos, entre compadres, etc, e que permitiriam estabelecer exceções em meio às regras abstratas e universais que regiriam a ordem impessoal

e individualizante. E seria amparada por essa moral pessoal que ela se valeria de argumentos eivados de avaliações personalistas, “festa é coisa boa”, “reunir os amigos é muito legal”, para justificar e sustentar seu comportamento. E seria orientada por essa ética pessoal que Lúcia afirmaria um direito de estabelecer uma exceção e “não terminar a festa nem às dez, às onze e nem à meia-noite” porque isso, “para ela, não é festa”.

Do ponto de vista, portanto, do acionamento do eixo das relações pessoais, ela não encontraria nenhuma razão pessoal para respeitar as regras e normas do condomínio, tendo em vista que não possuiria com o restante dos moradores do prédio nenhum laço ou relação mais próxima, íntima e pessoal que merecesse sua consideração. E seria por isso, portanto, que ela acionaria o eixo do indivíduo no modo de lidar e tratar com o restante dos moradores nesses episódios, tendo em vista que, não possuindo relações pessoais com eles, ela é uma entidade separada e isolada da coletividade. Portanto, nessa circunstância particular, não caberiam consideração e afeto que pertenceriam à ordem do pessoal.

A conduta dos moradores, nesse contexto, seria orientada pela formalidade e rigidez que caracterizariam as relações entre indivíduos, anônimos e desconhecidos e que não permitiriam a exceção como regra, mas sua aplicação rígida e imparcial. E seria amparados por essa moral burocrática que recorreriam à aplicação da multa e defenderiam o respeito ao horário prefixado quando as festas se excedessem. E o tratamento dispensado à Lúcia, seria como moradora e indivíduo, e não como um conhecido ou alguém da esfera das relações pessoais. Assim, deveriam ser dispensados a ela, respeito e educação que se adequam à formalidade e impessoalidade requeridas, em lugar da consideração e afeto que melhor se adequariam à esfera íntima.

O depoimento de Mário, no entanto, introduz nuances nesse quadro mais rígido de oposição entre uma esfera informal e desregulada, onde se busca burlar a ordem, e outra mais formal e normativa, onde se submete a ela. Vejamos.

As reclamações dentro do edifício, a princípio, seguem a via da impessoalidade; são encaminhadas através dos dispositivos e representantes da ordem legal. Os funcionários do prédio, porteiros principalmente, são representantes do síndico e dessa ordem que regula e administra o prédio. E outros dispositivos como os livros de registro de reclamações são também utilizados para cumprir essa função num universo impessoal, normativo e regulado que não admitiria expedientes especiais como o “jeitinho” (BARBOSA, 1992).

Outros aspectos do depoimento do síndico, Mário, ilustrariam a operação do eixo da pessoa e da ordem pessoal na orientação da conduta dos moradores e maneiras particulares de lidar com a esfera da regulação. O entrevistado diz que, além de ríspidos, os moradores são

egoístas. Para ele, eles acham que como estão pagando, condomínio e etc, é problema do síndico que tem que se virar para resolver os problemas ligados ao prédio. Segundo Mário, embora tenha um faxineiro que trabalha de Segunda a Sábado, os moradores dos andares mais altos jogam guimba de cigarro, palito de fósforo no playground assim como papel na garagem, ainda que a garagem tenha cestos próprios para isso.

Esse comportamento dos moradores poderia ser interpretado pela ótica da pessoa. Nesse sentido, poderíamos pensar que os moradores não avisam quando deixam cair algo no playground ou não limpam quando jogam papel na garagem porque entenderiam que não é responsabilidade sua enquanto pessoas cuidar ou mesmo se envolver na limpeza de áreas que são da alçada de uma ordem pública, comum, impessoal. Esse comportamento dos moradores seria uma apropriação pessoal ou um modo pessoal de se relacionar com áreas que seriam consideradas como comuns, e logo, públicas, impessoais.

No entanto, esse mesmo comportamento é interpretado por Mário pela ótica do indivíduo, o que sugere uma outra avaliação. Por essa ótica, de acordo com Mário, como indivíduos, cientes de sua condição e responsabilidade numa ordem impessoal, os moradores entenderiam que cabe a eles e não a terceiros cuidar e manter as áreas públicas e comuns do prédio.

É interessante pensar essa apropriação pessoal de áreas comuns do prédio em contraposição aos encontros altamente regulados e formais que os moradores têm nos elevadores e também em outras áreas comuns como as garagens. Ambos os comportamentos ilustram um modo particular de combinar os dois eixos classificatórios, o do indivíduo e o da pessoa. No entanto, se, no primeiro caso, se apropria pessoalmente de espaços que estão relacionados a uma ordem impessoal e individual; no outro se relaciona impessoalmente com uma situação de extrema proximidade física e onde a relação seria iminente.

Em determinadas circunstâncias, se admite modos de se comportar adequados à intimidade em espaços que exigiriam modos de se comportar mais associados à regulação e à formalidade. Curiosamente, em outras circunstâncias, em que se está na presença de outros moradores do mesmo edifício, possivelmente pertencentes a mesma classe social e compartilhando um mesmo estilo de vida, se adota um comportamento extremamente formal e se evita a aproximação e a extensão do relacionamento.

Isso indicaria que quando os moradores percebem que não estão compartilhando da presença de outros, como ao jogar coisas pela janela, se permitem um comportamento menos formal e mais afeito às peculiaridades e idiossincrasias que são toleradas no espaço privado da casa. Quando, porém, estão na presença uns dos outros, como no elevador, os moradores

procuram regular sua conduta de modo que se promova ou se mantenha uma relação cordial sem deixar que essa relação ultrapasse os limites da reserva e do afastamento necessários à continuidade da formalidade entre eles.

2.7 **Algumas Considerações Finais**

Neste capítulo apresentei os sentidos de que se revestem as interações entre moradores nos dois edifícios residenciais pesquisados. Seguindo a proposta de DaMatta (1997a, 1997b) de que é uma característica do universo social brasileiro a operação de um sistema classificatório dual que articula as noções de indivíduo e pessoa, pretendi mostrar que essas duas noções são acionadas nos depoimentos dos entrevistados e nas situações por eles relatadas.

Pretendi mostrar também que é recorrente nos depoimentos a coexistência e interpenetração das duas noções sendo que, ao mesmo tempo em que os entrevistados e as pessoas por eles relatadas reconhecem e acionam a noção de indivíduo, também o fazem em relação à noção de pessoa ao associar a idéia de intimidade como forma ideal das relações. Um aspecto que é marcante nos depoimentos é a existência de uma tensão entre a noção de pública e privado num contexto em que essas idéias podem se confundir ou onde se encontram espaços “entre” como argumenta DaMatta (1997b).

Embora tal característica já estivesse implícita nos argumentos de DaMatta (1997a, 1997b), ela é tornada explícita por Barbosa (1992) quando esta argumenta que há entre nós um individualismo seletivo que conjuga a “impessoalidade individual na operação do sistema com a “pessoalidade” nas relações entre os diferentes atores”. Ou seja, mesmo que transitemos e ajamos norteados pela noção de que somos indivíduos pertencentes a uma ordem social igualitária, o fazemos associando constantemente esta noção com a de que a intimidade, e tudo que ela implica, é a melhor forma para se estabelecer relações ou para administrar as relações que travamos no cotidiano. Temos, de um lado, o “jeitinho”, de que conforme Barbosa (1992), e a cordialidade, conforme Holanda (2003), atuando como formas de se relacionar, associadas à impessoalidade da polidez, que também é destacada por Holanda (2003).

3 OS MORADORES E OS EMPREGADOS

> ...porque são criaturas criadas por Deus, figuras de Deus, são criaturas iguais a nós que prestam serviço a nós e que merecem todo o respeito e carinho nosso então não é porque eles estão lá numa função de empregado que não mereçam respeito, tratamento cortês, tratamento amigável... (Alfredo, oitenta e seis anos, advogado)

3.1. A convivência com as empregadas

De maneira geral, os entrevistados pouco falaram das interações com empregadas domésticas de seus vizinhos, elaborando mais em torno da relação que mantinham com suas próprias empregadas. O tom com que se referiam às relações com seus empregados, pelo menos dentre as pessoas que entrevistei, era sempre amigável e como de muita tranqüilidade. Todos consideravam que eram bem tratados pelos empregados, tanto em sua casa como pelos porteiros do prédio e nunca mencionaram nenhum problema substantivo com eles. Exceção feita ao pequeno problema que Carla teve com a manobra de seu carro na garagem, mas que foi resolvido sem maiores transtornos. Ela contou que deu um “puxão de orelha” no porteiro, mas sem ofendê-lo.

Fui apresentado a Alfredo por intermédio de César, morador de outro prédio onde realizei entrevistas, localizado no bairro do Maracanã/Tijuca. Conforme me disse César, antes de me levar até ele, iríamos falar com um dos advogados mais antigos do Rio de Janeiro e um homem de extensa cultura, com quem aprendia-se muito.

Essa característica de Alfredo veio se mostrar problemática para meus propósitos, pois, realmente se mostrando uma pessoa possuidora de muito conhecimento acerca de diferentes assuntos e capaz de discorrer longamente sobre eles, foi difícil, para mim, um iniciante no ofício da pesquisa, fazer com que suas respostas se restringissem ao tema proposto.

Alfredo tem oitenta e seis anos, é advogado, tem dois filhos e é morador do edifício há sete anos. Mora em um dos apartamentos do prédio com um de seus filhos, Paulo, de cinqüenta e dois anos, portador de uma deficiência mental causada por uma manobra cirúrgica na ocasião de seu nascimento.

Alfredo sai de casa de manhã para trabalhar e retorna por volta das três horas da tarde. Seu filho, Paulo, pelo que pude entender, passa a maior parte do tempo em casa e precisa de

alguém que o acompanhe e o ajude em virtude de sua deficiência. É a empregada doméstica que acaba servindo também de companhia a Paulo.

Portanto, Alfredo tem uma empregada doméstica, chamada Clara, moradora de São João de Meriti no Rio de Janeiro. Antes de Clara, trabalhava em sua casa a tia dela, Wilma, que faleceu com quarenta e poucos anos de idade em virtude de um acidente de carro seguido de infarto. Alfredo conta que com Wilma não recolhia o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) porque o dinheiro não era revertido inteiramente para o trabalhador, sendo que dez por cento do valor vai para o Governo, mas que pagava o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Ele diz que pagava duas vezes e meio o valor do salário de Wilma na época, de modo que em virtude do que ele se referiu como "importunística do trabalho", ou seja, em função de algum imprevisto ou algum acidente que tornasse Wilma incapaz para o trabalho, ela pudesse receber uma aposentadoria "maiorzinha". E ele diz fazer o mesmo com Clara. Ela faz a refeição na casa dele, ele lhe paga vale-transporte e recolhe o INSS em cima de duas vezes e meio o valor do salário dela.

Alfredo ri ao contar que, quando Wilma faleceu, ele falou com o marido dela e lhe disse que ele fosse ao INSS para solicitar a pensão para ele e para suas filhas. Ele lhe deu os carnês para que entrasse com o pedido de pensão. Diz que, então, quando a pensão foi deferida, o marido recebeu mil, seiscentos e "tantos" reais e que parou de trabalhar.

Quando perguntado acerca de seu relacionamento com Clara, Alfredo diz que presume que seja bom e que ela é considerada como parte de sua família. Ele diz que ela tem uma "filhinha" e que pagava trezentos reais pelo Jardim de Infância da filha lá onde ela mora. E que ele a aconselhou a tentar arranjar para a filha estudar num colégio próximo dali, no Maracanã mesmo, que é um colégio de graça e que quando viesse trabalhar ela a traria e quando fosse embora pra casa a pegaria e, portanto, seria melhor para ela, pois a filha ficaria próxima a ela e a seu trabalho. Alfredo a aconselhou também a matricular a menina numa escola de balé que fica na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), porque seria bom para o desenvolvimento físico da filha.

Alfredo menciona dois aspectos presentes em seu relacionamento com sua empregada doméstica que apareceram também no depoimento de outros entrevistados. Ele diz que sua empregada doméstica é considerada uma pessoa da família e que, em seu relacionamento com ela, ele a aconselhou de diferentes maneiras. Esses dois aspectos também se mostraram presentes nas entrevistas que realizei com Mário e Beth no outro edifício pesquisado.

Mário, como vimos no capítulo anterior, é morador do edifício Caruaru, no bairro do Grajaú, onde reside apenas com sua esposa, pois não têm filhos. Ele diz que tem uma

empregada doméstica que vem trabalhar em sua casa uma vez por semana. Conta também que ela trabalha há mais de quinze anos para sua mãe e também na casa de seus irmãos. Mário diz que a relação com ela é boa e que é uma relação completamente diferente da que tem com os moradores de seu prédio. Ele diz que ela é como se fosse uma pessoa da família, que é confiável e tem liberdade. Diz também que nunca teve problema com ela.

Beth que reside no mesmo prédio em que Mário mora, tem uma empregada doméstica, Vânia, que começou a trabalhar com ela quando tinha dezesseis anos de idade e que hoje está com quarenta e "poucos" anos. Quando começou ela era empregada fixa e dormia na casa. Depois ela teve filho e passou a ser apenas faxineira. Beth diz que quando ela teve filho não quis continuar como empregada fixa e começou a trabalhar como faxineira porque ganhava mais. Ela trabalha até hoje para ela e faz sua faxina.

Beth menciona há quanto tempo sua empregada, Vânia, trabalha consigo para caracterizar o tipo de relacionamento que tem com ela. Beth diz que dá "broncas" nela quando ela faz "algumas bobagens" quando, por exemplo, por ser de uma igreja "sei lá o que" deu "não sei quantos por cento" de um terreno que vendeu depois de ter recebido como herança enquanto estava "cheia de dívidas". Conta também que já mandou ela "quebrar todos os cartões de crédito porque ela vivia enrolada". E que, então, a relação delas é assim, porque ela a conhece desde menina e que ela não tem problema não porque ela, Beth, é uma pessoa fácil de lidar.

Beth conta também que, uma semana antes da entrevista que realizei com ela, que Vânia lhe disse que não trabalharia mais com ela, pois andava muito cansada e que ficaria apenas nas duas casas em que trabalhava como empregada fixa. Vânia então "arrumou" uma menina para substituí-la na casa de Beth. No entanto, sábado, um dia antes da entrevista, Beth ligou para Vânia e pediu que entrasse em contato com a menina e dissesse que ela não precisava mais vir, porque o que a menina "faz ali" ela, Beth, "faz melhor" e que então não queria mais ela.

Assim teríamos algumas convergências entre os depoimentos. Alfredo e Mário afirmam explicitamente que suas empregadas domésticas são "como pessoas da família" e poderíamos pensar o mesmo a partir da fala de Beth, tendo em vista que ela diz conhecer sua empregada desde jovem e ter uma relação que lhe permite dar "broncas" nela quando "ela faz algumas bobagens". Alfredo e Beth, portanto, se referem explicitamente aos conselhos que dão a suas empregadas. Mário não faz menção a esse respeito, mas diz apenas que ela é uma pessoa confiável e que tem "liberdade".

"Ser uma pessoa da família" indicaria a aquisição de um status diferenciado por parte das empregadas perante seus patrões. As empregadas se tornariam, dessa maneira, integrantes da rede de relações pessoais de seus empregadores. Seriam pessoas, no sentido teórico do termo, ou seja, seres substantivos pertencentes a uma ordem hierárquica. Mas o termo hierárquico, aqui, teria uma significação positiva, uma vez que indicaria que as empregadas teriam conquistado um lugar simbólico numa ordem que, de outra forma, lhes seria inacessível e permaneceria vedada. Ou seja, elas teriam conquistado um lugar diferente – 'familiar' e não mero 'serviçal' - numa ordem altamente valorizada pelos patrões, a família.

A expressão, no entanto, indicaria mais, uma vez que ela precisa ser acionada pelos entrevistados para qualificar a relação com suas empregadas. Ou seja, a expressão não acompanha 'naturalmente' a caracterização da relação em questão. Sua utilização se faria necessária, nesse caso, exatamente porque se reconheceria o contrário. O uso da expressão indicaria, portanto, que se está tratando de pessoas, no sentido comum do termo, que não pertencem ao grupo de parentesco e à rede de relações pessoais. Indicaria que se está tratando de pessoas 'diferentes' no sentido negativo do termo; pessoas que não possuem o mesmo status social e origem de classe de seus patrões.

Além disso, como não tive oportunidade de entrevistar as empregadas domésticas, não é possível avaliar se elas se perceberiam da mesma maneira. "Como uma pessoa da família" é um adjetivo que é atribuído às empregadas pelos patrões e não um que as mesmas utilizam para se qualificar. Poderíamos pensar, a despeito do que coloca Coelho (2001) com relação à troca de presentes entre patroas e empregadas, ou seja, que há um agenciamento da parte das empregadas com relação à aceitação ou não do status que lhe é atribuído e das noções que a elas são associadas, que as empregadas aqui nesse caso talvez não se vissem como "pessoas da família" e não quisessem se ver assim. Ou seja, também poderíamos ter um agenciamento por parte das empregadas, caso tivesse acesso a seus depoimentos, negando essa qualificação "membro da família" e insurgindo-se contra uma atribuição que é unilateral, pois parte de seus empregadores sem levar em consideração o que elas pensam.

Outro aspecto que é ressaltado pelas entrevistas é o que se refere ao aconselhamento das empregadas por parte de seus patrões. Ambos os depoimentos de Alfredo e de Beth fazem menção a esse aspecto. Os dois entrevistados se referem aos conselhos como parte integrante de seu relacionamento com suas empregadas.

Rezende (2001) em seu trabalho sobre a amizade estudou as relações entre patroas de camadas médias e empregadas domésticas. Em um trecho em particular de seu trabalho, ela se

refere exatamente a esse aspecto dos aconselhamentos nas relações entre patroas e empregadas. Diz

> que há uma visão implícita nos depoimentos das patroas, por ela estudadas, que consideraria que "estas mulheres seriam em muitos sentidos inferiores, às vezes nem humanas, o que tornaria aceitável que fossem empregadas. E que esta suposta inferioridade seria demonstrada, por exemplo, no trabalho doméstico "mal-feito", apesar de todas as instruções fornecidas pelas patroas. Isto seria explicado, segundo as patroas, pela "ignorância" das empregadas, conseqüência de sua pouca escolaridade e também pelo que seria uma incapacidade inata de ser "lógica". Empregadas seriam então mulheres simplórias – ignorantes, supersticiosas e ingênuas, o que exigiria o aconselhamento das patroas". Ela diz também que esta "ignorância" seria, segundo as patroas, uma característica "inata" que exigiria "portanto um progresso através da educação e de aconselhamentos" (REZENDE, 2001, ps.251 e 253).

A autora destaca também que as empregadas revidam as acusações que recebem das patroas. Assim,

> as empregadas domésticas frequentemente caracterizavam as patroas como "neuróticas" ou "doentes", por se preocuparem demais com a limpeza, assim como eram "desmoralizadas" por gritarem e até despedirem as empregadas e depois voltarem atrás em suas decisões. O atributo de "ignorante" também foi aplicado às patroas, mas com outro sentido, como falta de boas maneiras, uma vez que os muitos anos de escolaridade delas não compensariam a "grossura" com a qual elas tratavam as empregadas (REZENDE, 2001, p.252).

Alfredo, portanto, aconselha Clara a matricular sua filha numa escola que fica próxima ao prédio em que trabalha e que lhe custaria menos em termos financeiros. Ele a aconselha também a matriculá-la na escola de balé que fica na universidade também próxima a seu trabalho porque, além de tudo, contribuiria para o desenvolvimento físico de sua filha. É Alfredo também, em virtude de ser advogado, quem está atento para a questão relativa ao recolhimento do FGTS e do INSS, ou seja, é ele quem está atento aos direitos do trabalhador e quem tem a iniciativa de fazer os pagamentos.

Beth, por seu lado, tem uma relação com a empregada que vem desde que ela começou a trabalhar em sua casa quando tinha apenas dezesseis anos de idade. Agora ela já está com "quarenta e poucos anos" e parece ter uma relação que lhe permite conhecer detalhes da vida da empregada e lhe permite "dar broncas e conselhos" quando necessário. Beth "dá muita bronca" nela, porque ela faz "algumas bobagens". Como quando ela deu uma percentagem do valor de um terreno herdado para a igreja que frequenta ou porque se endividava com o uso de cartões de crédito. Além de "brigar muito com ela" e "dar broncas", Beth também se exaltava ao mostrar sua indignação com a qualidade do serviço que a menina que veio trabalhar em sua casa por indicação de Vânia, fazia. E dizia que o que ela fazia lá, Beth também fazia e "muito melhor".

Na fala de Alfredo observamos o aconselhamento de Clara sob diferentes circunstâncias. Observamos também que quem dá os conselhos parece ser sempre Alfredo e não Clara. Sua fala indicaria, portanto, que seria Alfredo quem possuiria o status social

privilegiado, economicamente e culturalmente, que lhe permitiria aconselhar Clara que, por sua vez, ocuparia um status social desprivilegiado que implicaria carência de recursos materiais e simbólicos.

Seu depoimento indicaria que Clara não tem condições de arcar com a despesa de trezentos reais por mês numa escola no município onde reside, sendo melhor para ela matricular a menina numa escola no bairro onde trabalha no município do Rio de Janeiro por indicação de seu empregador, o que lhe custaria muito menos financeiramente. Isso sugeriria aquilo que Rezende (2001) indicou com respeito à visão que as patroas têm de suas empregadas, ou seja, que elas seriam, dentre outras coisas, incapazes de serem lógicas. Assim, Clara seria incapaz de ser lógica ou de raciocinar melhor em virtude de sua carência de recursos em todos os sentidos, optando por pagar mais caro e despender mais tempo, energia e dinheiro com seu deslocamento até a escola de sua filha no outro município. Ela precisaria, nesse sentido, do conselho de Alfredo, bem munido em termos de recursos lógicos, capaz de raciocinar melhor e encontrar uma solução mais "lógica" que implicaria em menor dispêndio de tempo, energia e dinheiro por parte de Clara.

Sua fala indicaria também que Clara não estaria preocupada com outros aspectos do desenvolvimento de sua filha. Assim, seria Alfredo quem estaria atento para outras possibilidades que pudessem preencher o tempo da menina e lhe prover em termos de desenvolvimento. É Alfredo, portanto, quem sabe que na universidade próxima há uma escola de balé e que o balé, ainda mais, seria bom para o "desenvolvimento físico" da filha da empregada. Esse aspecto de sua fala sugeriria que Clara não seria uma pessoa bem equipada culturalmente e, mais uma vez, ressaltaria sua condição social de carência. Sua fala, nesse sentido, sugeriria que Clara possuiria pouca escolaridade, pois não saberia que além de estudar, sua filha teria necessidade de outras atividades para bem se desenvolver.

Esse trecho de sua fala poderia indicar mais ainda. A visão de Alfredo de que uma criança precisa de outras atividades para seu desenvolvimento pleno poderia ser uma visão mais associada aos estilos de vida e visões de mundo dos segmentos médios do município do Rio de Janeiro. A própria preocupação com o desenvolvimento da criança talvez seja algo que se restringe às camadas médias e altas da população, decorrente de seu acesso a teorias psicológicas e pedagógicas através de instituições de ensino particulares. A visão de Clara estaria mais associada aos estilos de vida e visões de mundo das camadas trabalhadoras e aí, talvez, a preocupação que preponderaria seria com o trabalho e com o provimento das necessidades básicas, como alimentação, muitas vezes ausentes da vida dessas pessoas (DUARTE, 1986; VELHO, 1999).

Seu depoimento ilustraria também outra das características atribuídas às empregadas domésticas por suas patroas, conforme indicado em Rezende (2001, ps.251 e 253). Alfredo fala que não recolhe o FGTS, pois este não é revertido em benefício do trabalhador, tendo em vista que dez por cento do valor vai para o Governo. E diz também que recolhe duas vezes e meio o valor do salário para o INSS. No entanto, ele não menciona em momento nenhum que tais benefícios, que são assegurados pelos direitos do trabalhador, especialmente em caso de configuração de vínculo empregatício, tenham sido requeridos por Clara. O ponto é que este aspecto de seu depoimento parece sugerir que é iniciativa de Alfredo fazer este recolhimento, exatamente por ser advogado e devido ao seu bom conhecimento dos direitos legais. Nesse sentido, ele parece sugerir que existiria, da parte de Clara, uma "ignorância" ou uma "ingenuidade" com relação a seus direitos, o que reforçaria a visão de que as empregadas domésticas seriam mulheres "simplórias, sem instrução, ignorantes e ingênuas" como é indicado pelo trabalho de Rezende (2001).

Como nenhuma menção é feita a respeito de iniciativa ou reivindicação por parte de Clara com relação a seus direitos trabalhistas, também poderíamos pensar que o depoimento indicaria um outro aspecto das relações entre patroas/patrões e empregadas que é indicado pelo trabalho de Rezende. Assim, conforme a autora, "apesar de uma maior formalização e regulamentação do emprego doméstico nas últimas décadas, na prática as negociações sobre o que fazer no trabalho ainda ficam nas mãos de cada patrão e empregada" (2001, p.251). E além disso, "com freqüência, os patrões acrescentam tarefas ao que já foi tratado e o poder de negociação das empregadas é em geral pequeno" (REZENDE, 2001, p.251). A entrevista com Alfredo, portanto, sugeriria que Clara é apenas empregada doméstica em sua residência, mas como pude observar, talvez caiba a ela também desempenhar o serviço de acompanhante, uma vez que seu filho, Paulo, que necessita de assistência e passa parte do dia sozinho com a empregada. Clara talvez não reivindique maiores privilégios junto ao patrão porque além de receber um salário de mil e cem reais, também sabe que Alfredo é um empregador que foi generoso com sua tia, Wilma, quando, através do recolhimento do INSS no valor de duas vezes e meio o salário, possibilitou que o marido de Wilma tivesse sua pensão e das filhas assegurada e parasse de trabalhar.

O depoimento de Beth também parece sugerir algumas das características apontadas por Rezende com relação à visão que as patroas têm das mulheres que trabalham como empregadas domésticas. Beth diz que sua empregada, Vânia, faz "algumas bobagens". Essa expressão parece sintetizar a visão que Beth tem de Vânia e que seria, como sugere Rezende, "uma característica inata das empregadas, a ignorância, que exigiria um progresso através da

educação e de aconselhamentos" (2001, p.253). O relacionamento de Beth com Vânia parece ter como elemento constituinte fundamental a constatação de uma diferença de nível cultural e origem social que exigiria de Beth expedientes como "broncas" e "conselhos". O conhecimento de detalhes da vida e a possibilidade de "dar broncas e conselhos" que a fala de Beth parece sugerir como característica da relação com Vânia, tendo em vista o tempo que a mesma trabalha para ela, "ela veio trabalhar comigo tinha dezesseis anos de idade, hoje está com quarenta e poucos", seria atenuada pelo reconhecimento das diferenças sociais existentes entre elas.

Essas diferenças sociais seriam expressas, por exemplo, a despeito do que indica Rezende, em formas diferentes de tratar de problemas que seriam comuns a ambas enquanto mulheres. Conforme a autora, "mesmo quando se tratava de problemas que podem ser comuns a patroas e empregadas – cuidado dos filhos, realização de tarefas domésticas, entre outros -, havia quase sempre uma preocupação em apontar as diferenças na forma de lidar com estas questões" (2001, p.250 - 251). É exatamente isso que a fala de Beth parece sugerir quando se refere aos problemas relacionados ao uso de cartões de crédito. Tanto Beth quanto Vânia se utilizavam de cartões de crédito. No entanto, Beth, em sua fala, não parece ter problemas com o cartão, ao contrário de Vânia. É assim que Beth teve que "mandar a empregada quebrar todos os seus cartões, porque vivia enrolada". Isso sugeriria que Beth, uma funcionária pública federal aposentada, seria uma pessoa cuja muita escolaridade e "capacidade lógica" lhe impediria de cometer gastos excessivos e "ficar enrolada". Sugeriria, por outro lado, que Vânia em virtude de sua pouca escolaridade e dificuldade de ser organizada seria incapaz de administrar racionalmente e logicamente os gastos domésticos e particulares, ficando sempre "enrolada" e tendo como única solução "quebrar" ou cancelar todos os cartões de crédito.

Outro aspecto do depoimento de Beth parece reforçar a visão de que as empregadas são mulheres "simplórias", "supersticiosas" e "ingênuas". Segundo Beth, Vânia teria herdado um terreno que, em seguida, foi vendido. Com a venda do terreno, Vânia teria doado uma percentagem para a igreja que frequenta. A reação de Beth com a notícia, "como dei bronca nessa menina", indicaria outro ponto de conflito entre a visão dela como patroa e a de Vânia como empregada. Segundo Beth o fato era mais grave tendo em vista as necessidades e carências de Vânia. Esse fato sugeriria, portanto, que a patroa seria uma mulher "racional" que não deixaria crenças religiosas ou superstições influenciarem em sua maneira de pensar e não interfeririam no modo como administraria seus bens e sua vida. Sugeriria, por outro lado, que Vânia seria uma mulher "supersticiosa" e "ingênua". "Supersticiosa" porque acreditava na igreja "não sei o que lá" e deixava que suas crenças interferissem na administração de sua

vida financeira e pessoal. E “ingênua” porque permitiria que parte de seu patrimônio e bens fossem “doados” em forma de dinheiro, ou seja, entregues gratuitamente para uma instituição religiosa sem que, de sua parte, fosse feita nenhuma avaliação quanto às intenções e propósitos de tal instituição ou quanto ao destino que tal valor fosse receber.

A entrevistada conta também um episódio que parece revelar uma tensão entre duas características atribuídas às empregadas e que também são apontadas por Rezende. Assim, segundo a autora,

> a suposta inferioridade (das mulheres que trabalham como empregadas domésticas) seria demonstrada, por exemplo, no trabalho doméstico “mal-feito”, apesar de todas as instruções fornecidas pelas patroas. Isto seria explicado, segundo as patroas, pela “ignorância” das empregadas, conseqüência de sua pouca escolaridade e também pelo que seria uma incapacidade inata de ser “lógica”. Empregadas seriam então mulheres simplórias – ignorantes, supersticiosas e ingênuas, o que exigiria o aconselhamento (2001, p.251).

Mas Rezende aponta também uma outra característica que acompanharia as anteriores e que em minha análise seria oposta a elas, ou seja, que “quando essas mulheres não eram vistas assim (simplórias), eram prontamente descritas, de um modo um tanto especial, como “muito espertas” (REZENDE, 2001, p.251). A autora destaca que esse adjetivo “muito espertas” lhes é atribuído com uma conotação positiva, ou seja, no sentido de que a empregada “não é ignorante”, mas é inteligente e perspicaz. No entanto, a necessidade de utilizar a expressão para se referir às empregadas reforça a perspectiva preconceituosa das patroas, de que essas mulheres seriam necessariamente “ignorantes”. Em minha análise a expressão “muito esperta” se contrapõe à idéia de “ignorância” e num sentido negativo, pois a empregada estaria sendo “esperta” para enganar a patroa.

Essa tensão entre ser de um lado, “ignorante” e possuir “pouca escolaridade” e, de outro, “muito esperta” apareceria no depoimento de Beth quando ela se refere à “menina” que foi trabalhar em sua casa por indicação de Vânia e a substituindo. A “menina” em questão não teria sido “inteligente” o suficiente para fazer o serviço bem feito ou teria sido “muito esperta” ao fazer um serviço que a patroa era capaz de fazer e ainda “muito melhor”. O tom com que Beth, no momento da entrevista, descreve esse episódio e o seu diálogo com Vânia a esse respeito, deixaria entrever que a “menina” estaria “fazendo corpo mole” e estaria, de certa forma, “enganando” ou “querendo enganar” a patroa.

Poderíamos pensar também que o tom aborrecido, indignado e exaltado com que Beth se queixou a Vânia, teria despertado nesta – embora não tenha sido entrevistada – um aspecto que, no trabalho de Rezende (2001), marcaria a visão que as empregadas têm de suas patroas. Assim, segundo Rezende,

> as patroas eram frequentemente caracterizadas como “neuróticas” ou “doentes, por se preocuparem demais com a limpeza, assim como eram “desmoralizadas” por gritarem e até despedirem as empregadas e depois voltarem atrás em suas decisões. O atributo de “ignorante” também foi aplicado às patroas mas com outro sentido, como falta de boas maneiras, uma vez que os muitos anos de escolaridade delas não compensaria a “grossura” com a qual elas tratavam as empregadas.

O tom aborrecido de Beth poderia ser interpretado por Vânia como preocupação excessiva com limpeza e com um serviço bem feito. No entanto, nesse caso em particular, Beth não teria sido “desmoralizada” porque não “voltou atrás” em sua decisão, mas teria recebido um voto de “amizade” e “consideração” de Vânia que disse que, então, voltaria a trabalhar na casa dela.

Esse aspecto do comportamento de Vânia nos remeteria novamente à análise de Rezende, especialmente quando ela se refere à valorização da amizade pelas patroas e pelas empregadas. Segundo a autora,

> tanto patroas quanto empregadas compartilhavam uma mesma valorização da amizade, ainda que com sentidos um pouco distintos. De um modo geral, ambas compreendiam a amizade como envolvendo afeto, cuidado e consideração mútuos. Para as empregadas, consideração implicava apoio material e financeiro bem como conversar nos momentos de crise. Para as patroas, consideração significava lealdade e confiança, uma vez que as empregadas trabalhavam em suas casas e cuidavam de seus filhos, presenciando assim o lado privado de suas vidas. “Ser de confiança” significava que as empregadas não roubariam nem faltariam com o respeito (através de fofocas, por exemplo) em relação à intimidade de suas patroas (2001, p.254 - 255).

Assim, o relacionamento de Beth e Vânia conforme relatado por Beth revelaria alguns destes aspectos e significados. Beth, nesse episódio em particular teria recebido de Vânia a “consideração” esperada por patroas e empregadas numa relação em que haveria amizade. Vânia, de sua parte, teria recebido de Beth o “apoio” esperado em “momentos de crise” quando, por exemplo, esteve “enrolada” com os cartões de crédito e quando recebeu “broncas e conselhos” por ter dado “não sei quantos por cento” do terreno vendido para a igreja.

A noção de “confiança” aparece também no depoimento de Mário. Segundo ele, a relação que tem com sua empregada doméstica é “completamente diferente” da que possui com os moradores de seu edifício. Sua empregada trabalha há mais de quinze anos para sua mãe e também para seus irmãos. Ele diz que a relação com ela é “boa” e que ela é “uma pessoa confiável” e “tem liberdade”.

O depoimento de Mário, portanto, parece sugerir que “confiança” se refereria ao acesso que as empregadas domésticas, em função de seu trabalho, teriam à intimidade e à vida privada de seus patrões. A noção, portanto, sugeriria uma capacidade de autocontrole e recato por parte da empregada no lido com aspectos da vida das pessoas para as quais trabalha que poderiam despertar constrangimento e reações afins, caso revelados ou tornados públicos. Estaria relacionada também, como indica Rezende, para os patrões/patroas à consideração, ao

afeto e ao cuidado, por exemplo, que empregadas teriam com filhos, com os pais mesmo e com a casa. Assim, a noção de “confiança” estaria relacionada também à idéia de “correção moral”, como uma característica que a empregada deveria possuir e que incluiria “comportamento sexual recatado, honestidade e até crenças religiosas que não sejam tidas como supersticiosas nem fanáticas” (REZENDE, 2001, p.253).

Mário fala também que sua empregada “tem liberdade”. Aqui a noção de “liberdade” parece se referir a algo mais do que coloca Rezende (2001), mas que recobre também os sentidos apontados pela autora. Segundo ela, “muitas patroas controlavam o quê e quanto as empregadas deveriam comer. E, de fato, o ideal de patroa, na visão das mulheres entrevistadas, é aquela que não faz restrição ao que a empregada pode comer, deixando de criar diferenças que as separem” (REZENDE, 2001, p.252). Mário, no entanto, parece sugerir que a “liberdade” que sua empregada teria iria um pouco mais além de “comer sem restrição”, tendo em vista que ela trabalha há mais de quinze anos para sua mãe e trabalha também na casa de seus irmãos e, ainda, que ela seria considerada, como vimos, como “uma pessoa da família”. Assim, a idéia de “liberdade” aqui parece sugerir o acesso privilegiado à intimidade e privacidade de seus empregadores e, talvez mesmo, a participação mais ativa nessa vida privada que seria vedada a pessoas “sem liberdade”, ou seja, estranhos e desconhecidos que não são como “pessoas da família”.

Carla é outra entrevistada que parece fazer referência a esses sentidos que a noção de “confiança” recobriria. Na época da entrevista Carla tinha trinta e sete anos de idade, era divorciada, não tinha filhos e trabalhava como advogada num escritório relacionado ao direito imobiliário. Ela é moradora do mesmo edifício de Alfredo e César no bairro do Maracanã e tem uma empregada que vem trabalhar em sua casa algumas vezes na semana, não sendo todos os dias. Diz que a relação com ela é bem tranqüila, porque a empregada fica mais em casa do que ela. Ela tem contato com a empregada de manhã e durante o dia por telefone. Carla diz também que nunca teve problema nenhum com ela e com nenhuma das empregadas que já trabalharam em sua casa.

Ela conta que esteve de férias recentemente e ficou uns dias em casa. Em um desses dias ela desceu às dez horas da manhã para resolver algumas coisas que tinha que resolver na rua e quando passou pela portaria, viu uma empregada de uma outra moradora “batendo papo” com o porteiro. Ela disse que levou umas duas horas na rua resolvendo tudo que tinha que resolver e que, quando voltou, a empregada ainda estava lá conversando. Carla diz que ela estava lá “falando da vida dos patrões dela” e, quando perguntada por César que estava presente no momento da entrevista se ela estava “falando bem ou mal”, ela disse que “bem

que não deve ser né". Ela diz que já conversou com Jéssica, sua empregada, e lhe disse que a única coisa que queria pedir a ela é que não ficasse na portaria "batendo papo". Ela disse a Jéssica que ela entrasse, cumprimentasse, fizesse seu serviço e fosse embora, mas que não ficasse "batendo papo" com os porteiros. César complementou dizendo que realmente "não via Jéssica na portaria".

Esse aspecto do depoimento de Carla parece sugerir exatamente o mesmo sentido que é indicado por Rezende (2001) acerca do uso da noção de "confiança". Como já vimos, segundo a autora, é importante para as patroas que suas empregadas observem seu comportamento no sentido de não fazer nada que lhes acarrete prejuízo moral. E a fala de Carla parece adquirir exatamente esse sentido, ou seja, ela, como patroa, não gostaria de encontrar Jéssica "batendo papo" com os porteiros do prédio e "falando mal" dela como aconteceu com a outra empregada. Ela exigiria, portanto, de Jéssica a "lealdade" no sentido de não expor sua intimidade, fosse "falando bem" ou "falando mal", para os porteiros.

Carla conta também que Jéssica comenta com ela que um dos porteiros do edifício, Josué, "mexe muito com ela", que ela passa pela portaria e que ele fala pra ela "você vem trabalhar toda arrumadinha e não sei o quê". Um dia, Jéssica comentou com ela, em tom de desabafo, "será que só porque eu sou empregada doméstica é que eu tenho que vir toda bagunçada pra trabalhar". E que Carla disse que não, "que o trabalho dela tem tanto valor quanto o meu, quanto tem o de qualquer um, você tem que trabalhar, você tem que se arrumar pra ir pro seu trabalho, não é porque você trabalha em casa de família que você vai andar toda bagunçada, você tá indo pra casa de família".

Esse aspecto do diálogo entre patroa e empregada parece estar relacionado com uma das formas de elaborar as diferenças sociais que Rezende (2001) identifica em seu trabalho sobre a amizade. Nessa elaboração sobre as diferenças sociais, a amizade seria uma forma de relação que ultrapassaria as barreiras sociais e viabilizaria a mistura entre pessoas de idades, sexo, classe, raça e religião distintas. Existiria aí um laço mais forte que uniria as pessoas independentes das circunstâncias sociais a que se encontram submetidas. Esse laço corresponderia à humanidade que lhes seria a mesma independente de contingências sociais. Nesse sentido, a humanidade comum garantiria um mesmo tratamento digno. No caso específico de patroas e empregadas, a amizade seria uma forma de aproximá-las, através de uma mesma identidade de gênero, pois são ambas mulheres, e da igualdade de condição na forma de "gente".

Para Carla, portanto, o trabalho de Jéssica "tem tanto valor quanto o dela, quanto tem o de qualquer um" e que "não é porque ela é empregada doméstica que ela vai andar toda

bagunçada". Assim, se Jéssica "vai para o seu trabalho, tem de se arrumar". A fala de Carla sugeriria que "não é porque Jéssica é empregada doméstica" que ela deixa de ser "gente" e "tem que ser tratada como bicho e andar toda bagunçada". Sugeriria também que tanto Carla, quanto Jéssica teriam o mesmo valor expresso pelo trabalho que desempenham. Jéssica seria tão "gente" como Carla. Jéssica seria mesmo "igual" a Carla porque trabalha da mesma maneira que ela trabalha, se arruma para ir para o trabalho da mesma maneira que ela se arruma e etc.

A fala de Carla parece sugerir a "igualdade moral" de que falam Barbosa (1992) e Rezende (2001). Para Barbosa,

> essa igualdade moral encontra-se enraizada na idéia de unidade biológica do gênero humano. Implicitamente, as frases do tipo "vai virar pó que nem eu", "quando morrer vai todo mundo para o mesmo lugar", "meu sangue é tão vermelho quanto o dele", "gente é tudo igual", etc, expressam a idéia de que a existência de uma constituição física comum a todos os seres humanos e um destino final idêntico e inexorável para todos confere-lhe uma humanidade no sentido de valor. Justamente a que dá a medida de equivalência de todos entre si (BARBOSA, 1992, p.116).

E para Rezende, como vimos, patroas e empregadas compartilhariam a "condição comum de ser gente" e uma "humanidade comum" (2001, p. 256 - 257).

3.2. **A convivência com os porteiros**

Essa "igualdade moral" não parece estar restrita ao relacionamento entre patroas/patrões e empregadas domésticas, mas apareceria também no relacionamento que alguns moradores têm com os porteiros e empregados do edifício. Por essa razão escolhi parte do depoimento de Alfredo para abrir esse capítulo sobre as relações entre empregados e moradores, pois o mesmo é o que parece se referir a essa "igualdade moral" da maneira mais explícita.

Quando perguntado acerca de sua relação com os porteiros do prédio, Alfredo diz que "presume que seja boa, que acredita que eles não tenham nenhuma queixa dele, porque são criaturas criadas por Deus, figuras de Deus, são criaturas iguais a nós que prestam serviço a nós e que merecem todo o nosso respeito e carinho, que então não é porque eles estão lá numa função de empregado que não mereçam respeito, tratamento cortês, tratamento amigável, essas coisas e que ele, entendendo assim, mantém esse relacionamento com eles". Ele diz que "procura tratá-los muito bem, tratá-los como pessoas humanas iguais a ele".

Os porteiros seriam então “iguais” porque são “seres humanos” assim como os moradores, ou seja, compartilhariam uma “unidade biológica comum” (BARBOSA, 1992, p.116). Seriam “iguais” também na medida em que se reconheceriam como “criaturas de Deus”, o que implicaria uma filiação religiosa específica.

Além de fazer alusão à “igualdade moral”, o depoimento de Alfredo revela um outro aspecto que aparece de maneira mais sutil na fala de Carla. Esse aspecto estaria presente no trabalho de Rezende quando ela argumenta que

> a amizade promove afinidades entre grupos sociais diferenciados hierarquicamente no sentido discutido por Dumont (1966). Nestes grupos, as pessoas são muitas vezes concebidas como sendo “naturalmente” diferentes, ocupando por isso lugares sociais distintos e compartilhando apenas uma igualdade moral (cristã) entre seres humanos. A amizade entre elas não afirmaria a autonomia da pessoa diante de “barreiras sociais”, já que estas não deixam de ser constantemente reafirmadas (REZENDE, 2001, p.261-262).

Alfredo diz que “não é porque eles (os porteiros) estão lá numa função de empregado que não mereçam tratamento amigável” e que são “criaturas iguais a nós que prestam serviço a nós”. Esses segmentos de sua fala, portanto, sugeririam exatamente o que Rezende argumenta, ou seja, que o reconhecimento e atribuição de uma “igualdade moral”, de um substrato humano comum a todos que os igualaria e o “tratamento amigável”, não elimina ou suspende o reconhecimento e a afirmação de “diferenças e barreiras sociais”.

A fala de Carla, também, parece sugerir o mesmo, embora de modo mais sutil, pois ela enfatiza e destaca a “igualdade” que existe entre ela e Jéssica, que se traduziria no fato de ambas trabalharem, se arrumarem e se preocuparem com a aparência, etc, mas não deixa de reconhecer que Jéssica é empregada doméstica e “trabalha em casa de família”. Carla conta que o porteiro “mexe muito com Jéssica” e diz que “ela vem trabalhar toda arrumadinha”, o que levou Jéssica a questionar sua condição. Esse aspecto do episódio contribuiria para reforçar o argumento de que as diferenças não deixam de ser afirmadas e são reconhecidas mesmo pelas pessoas que ocupam as posições desprivilegiadas. A referência à “igualdade” funcionaria como um recurso retórico que permitiria estabelecer harmonia entre “pessoas que pertenceriam a lugares sociais distintos e hierarquizados” (REZENDE, 2001, p.260) e que, em virtude disso, estariam propensas à tensão numa relação “potencialmente conflitiva” (p.257).

Outro aspecto que é sugerido pelo depoimento de Alfredo se refere à maneira adequada de tratar os empregados. Para ele, os porteiros “merecem respeito, tratamento cortês, tratamento amigável” e devem ser “bem tratados”. Exceção feita à utilização do termo “amigável” que remeteria para o “afeto, carinho e consideração” que Rezende (2001, p.258) observou nas relações de amizade entre patroas e empregadas, o “respeito, o tratamento cortês

e o bom tratamento" remeteriam para o discurso dos moradores acerca de seus encontros nas áreas comuns do prédio, que vimos no capítulo anterior, e que seriam marcados pelo autocontrole e formalidade. Logo, o "respeito, o tratamento cortês e o bom tratamento" parecem sugerir que os moradores recorreriam à noção de indivíduo e a uma forma de tratamento impessoal e formal no modo de se relacionar com os empregados (DAMATTA, 1997a).

A fala de César parece sugerir um aspecto que complementaria o recurso à noção de indivíduo e ao tratamento formal. César tem setenta e dois anos, é formado em ciências contábeis e aposentado, morador do mesmo prédio que Alfredo e Carla há vinte anos aproximadamente. Segundo ele, seu relacionamento com os porteiros do prédio é bom, mas o contato com eles é "bem formal" de cumprimentar, mas "nada de familiar".

O mesmo parece ser sugerido pela fala de Carla a respeito de seu relacionamento com os porteiros. Ela diz que sua relação é "boa, até porque pra ela é uma questão de educação cumprimentar, tratar bem para poder ser bem tratada também, e que (os porteiros) são pessoas que são solícitas, que quando se pede alguma coisa, eles são solícitos e atendem na medida do possível deles, mas que é uma relação bem tranqüila porque você tem que respeitar o espaço do outro".

Assim, os depoimentos de Alfredo, César e Carla parecem convergir no que se refere à forma de tratamento que deve ser observada no relacionamento com os porteiros. Seus depoimentos sugeririam que se deve "tratar bem" e que esse "tratar bem" é ser "formal e não familiar", "cumprimentar" e "respeitar o espaço do outro". Parece, portanto, que, para esses três moradores, o tratamento formal buscaria resguardar a própria esfera íntima e privada de suas vidas, evitando tratar de coisas "familiares" e buscando-se "respeitar o espaço do outro" que parece implicar a manutenção de uma distância simbólica entre eles e os empregados. Essa impressão é reforçada pelo comentário de Carla de que "os porteiros sabem da vida de todo mundo e tudo que acontece no prédio". Como ela conta já escutou "porteiro falar assim, ah, dra. Carla, a gente que trabalha na portaria do edifício a gente sabe quem come, quem não come, porque chega com as compras, a gente sabe quem paga conta, quem não paga porque vem nos avisos de cobrança né". Seria interessante que, caso esse tratamento formal, respeitoso e distanciado seja um padrão de comportamento entre os moradores, isso, de fato, não impediria que os porteiros participassem e conhecessem aspectos e detalhes íntimos e privados da vida dos moradores.

No entanto, Carla diz que os outros moradores do prédio chegam "até a destratar os porteiros". Ela diz que esses moradores

> acham que pelo fato dos porteiros serem empregados do edifício são menos do que os outros que são moradores, que eles se desfazem das pessoas por esse fato, que eles acham que o porteiro é empregado deles, não entendem que é empregado do edifício, funcionário do edifício, tem uns que entendem como se fosse empregado particular deles e até destratam os porteiros por essa razão. Acham que têm que menosprezar e tudo o mais, o que eu também não concordo que eu acho que a gente têm que respeitar a função de cada um, o trabalho de cada um,..., eu não acho que você tem que destratar um faxineiro porque ele faz a limpeza ou o porteiro porque abre e fecha a porta, acho que você tem que saber lidar e conviver com as pessoas e com as situações sem menosprezar ninguém sem se desfazer de ninguém.

Perguntei a ela como era esse "destratar" e ela disse que "destratar até mesmo de ofender, de achar que é obrigação daquele funcionário fazer determinadas coisas que não é obrigação dele sabe uma coisa assim às vezes mais de ofender mesmo entendeu é uma coisa meio desagradável, nesse prédio aqui já aconteceu e eu (Carla) acho que as pessoas não devem agir dessa forma, sabe, eu acho que tipo assim eu não gosto que façam eu não gosto de fazer com os outros aquilo que eu não gosto que façam comigo, então a gente tem que estar sempre observando as coisas pra que a gente possa conviver em sociedade". Ela diz que "já aconteceu" de "uma moradora do prédio que inclusive é proprietária destratando funcionário do condomínio", que ela "destratou esse funcionário porque ele ocasionou um abalroamento (choque) no carro dela e aí ela destratou, mas ofendendo, que não tem necessidade disso, né, você pode conversar, resolver seu problema sem ofender e que ela costuma sempre fazer isso, que não aconteceu só uma única vez".

Alfredo, em seu depoimento, também fala que o modo como os moradores tratam os porteiros "não é o ideal". Ele diz que já "viu morador dizer que eles ficam aí sentadões, não fazem nada, não sei o que, não fazem nada" e que já viu "uma condômina, uma moça falando pra uma outra, ah, isso aí é muita sopa, vive sentado aí e não fazem nada". E que ele "tem a impressão que o relacionamento, que o tratamento da maioria desses condôminos não é o ideal". Ele "postula maior salário para eles (os porteiros)" e diz que "um funcionário não deve ganhar pelo que ele faz, mas pelo que ele é capaz de fazer". O prédio em que Alfredo mora tem duas entradas, sendo que o porteiro fica em uma delas e ele diz que

> o porteiro tem que ir pra outra entrada toda hora que chega um condômino pra entrar ou sair da garagem e que ele (o porteiro) fica pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, não tem sossego e que mal ele volta e senta já está chegando um outro condômino pra entrar no prédio e que ele tem que voltar pra abrir a porta, porque não se instrumentaliza o prédio com controle remoto e que isso é uma escravatura moderna, um moderno tipo de escravo e que esse homem não ganha por dia o suficiente para comprar um quilo de alcatra.

Rezende diz que a "amizade é uma forma de mediação que busca estabelecer a confiança mútua numa relação potencialmente conflitiva, onde as distâncias sociais existentes eram vistas como apresentando sérios riscos para uma interação mais próxima" (2001, p.257). Essa mediação seria operada em meio à existência de duas narrativas sobre a amizade entre

patroas e empregadas. Na segunda dessas narrativas, haveria “o sentido de que o valor da confiança se restringe a um círculo mais íntimo e que, fora deste, as pessoas não deveriam merecer confiança, pois poderiam ser competitivas e desleais” (2001, p.256). A autora diz que se apresentaria aí “não só a idéia do **anonimato do mundo da rua** discutida por DaMatta (1985), mas a idéia de uma desconfiança” (2001, p.256, grifo meu). Assim, “pessoas em posições sociais iguais podem prejudicar umas as outras na tentativa de ascender, **bem como tratar seus inferiores sociais como meros serviçais dos seus desejos** e não como seres humanos com direitos iguais” (2001, p.256, grifo meu).

O depoimento de Carla acerca do modo como os moradores tratam os porteiros ilustraria o “potencial conflitivo” dessa relação e a ausência de uma forma de mediação que permitisse atenuar as diferenças sociais e viabilizar uma outra via simbólica para resolução de conflitos que não a “ofensa” e o “destratar”. Dessa maneira, seu depoimento sugeriria que prevaleceria “a idéia do anonimato do mundo da rua” no modo dos moradores se comportarem em relação aos empregados e de lidarem com os problemas causados por estes. O “mundo da rua” seria o espaço em que “vivem os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral” (DAMATTA, 1997b, p.55). A “rua é local de individualização, de luta e de malandragem” e é um local em que “cada um está por si” o que implica “o individualismo e os direitos individuais negativos, ou pelo menos perigosos, próximos do conflito aberto” (DAMATTA, 1997b, p.55). Assim, o recurso ao “anonimato do mundo da rua” por parte dos moradores em situações como a que causou um amassado no carro, inviabilizaria qualquer possibilidade de mediação entre uma relação impessoal – a função de porteiro – e uma outra mais pessoal – o tratamento “amigável”, sendo o funcionário tratado como um “anônimo” ou “desconhecido” que pertence a um universo indistinto em que “cada um está por si” e em que se é tratado como “zé-povinho sem eira nem beira” (DAMATTA, 1997b, p. 55,58). E embora não haja referência à noção de “desconfiança” no relato sobre os moradores, essa noção parece estar associada também ao “mundo da rua”.

Teríamos também no relato de Carla a idéia de que “pelo fato dos porteiros serem empregados” seriam considerados pelos moradores “menos do que eles” e seriam “destratados pelos moradores”, chegando mesmo a ser “ofendidos”. Esse trecho parece sugerir que os moradores se comportariam em relação aos empregados norteados pela idéia do “Sabe com quem está falando” de que fala DaMatta (1997a). O “sabe com quem está falando” seria, conforme o autor, um “mecanimo de devolução das pessoas aos seus lugares” (1997a, p.219), sendo uma expressão que em meio à ambigüidade, em que se pareceria estar lidando com indivíduos iguais, funcionaria para separar e diferenciar, demarcando as posições das pessoas

no sistema social. Assim, o “sabe com quem está falando” serviria, no caso dos moradores, para hierarquizar o que, de outra forma, poderia permanecer no nível de uma relação entre iguais. Curiosamente, nesse particular, se passaria do “anonimato (que revela a igualdade e o individualismo) a uma posição bem definida e conhecida (que expressa a hierarquia e a pessoalização); de uma situação ambígua e, em princípio, igualitária, a uma situação hierarquizada, onde uma pessoa deve ter precedência sobre a outra” (DAMATTA, 1997a, p.220). O “destratar” pelos outros moradores funcionaria, nesse contexto particular, como um expediente viável numa situação em que pessoas ocupam posições sociais diferentes e hierarquizadas. Ou seja, por se tratar de uma relação hierárquica em que os porteiros estão subordinados aos moradores, estes suspendem o autocontrole necessário na relação entre iguais ou com superiores e se permitem não observar as “boas maneiras” que se fazem presentes nessas outras relações. Isso não significa que os empregados no exercício de seu papel não possam também se insubordinar e “destratar” moradores. Mas a subordinação geralmente implica a submissão também em termos de tratamento e autocontrole no lido com os superiores.

Carla diz ainda “que eles acham que (o porteiro) é empregado deles, não entendem que é empregado do edifício, funcionário do edifício, tem uns (moradores) que entendem como se fosse empregado particular deles e até destratam os porteiros por essa razão. Acham que têm que menosprezar e tudo o mais”. Segundo Rezende, como vimos, “tratar seus inferiores sociais como meros serviçais dos seus desejos” seria um expediente de pessoas que se situam numa esfera em que, além de prevalecer o “anonimato do mundo da rua” (DAMATTA, 1997a), existiria também uma “desconfiança ampla” (REZENDE, 2001, p.256).

Assim, esse caso particular relatado por Carla, parece sugerir que esses moradores que “entendem como se (o porteiro) fosse empregado particular deles e até destratam por essa razão”, orientariam seu comportamento segundo o “anonimato do mundo da rua” e a “desconfiança ampla” que insinuariam que até “pessoas em posições sociais iguais podem prejudicar umas as outras na tentativa de ascender”, ou seja, podem ser “competitivas e desleais” (REZENDE, 2001, p.256). O “tratamento amigável” nesse contexto estaria restrito a um “círculo mais íntimo”, “pequeno, quase familiar” e “que tende a ser homogêneo socialmente”, que só seria aplicado aos porteiros uma vez que se estabelecesse “de fato” uma “relação de amizade” (REZENDE, 2001, p.257). Os porteiros seriam pessoas que não mereceriam “confiança” e “tratamento amigável”, pois se situariam na esfera do “mundo da rua” em que “cada um está por si” e em que prevalece o “conflito aberto” e o “perigo” (DAMATTA, 1997b, p.55). Mas aqui também existiria um outro aspecto. Os porteiros têm

um conhecimento privilegiado da rotina e de aspectos da intimidade dos moradores e, exatamente por isso, teriam que ser mantidos à distância ou, como diz DaMatta (1997a) “colocados em seu lugar” como acontece no rito do “sabe com quem está falando?”. O “destratar” e expedientes semelhantes seriam uma forma de reafirmar a posição de superioridade dos moradores em relação à inferioridade dos porteiros, preservando, dessa forma, a intimidade e privacidade dos moradores.

Mário, síndico de seu prédio na época da entrevista, apresenta um outro relato acerca do relacionamento com os porteiros que sugeriria um outro aspecto mais relacionado à idéia de amizade como um idioma de mediação conforme indicado por Rezende (2001). Mário diz que fala para os porteiros “olha só, além dessa relação aqui de condomínio, é síndico e empregado, eu sou amigo de vocês, cara não tô aqui pra ferrar ninguém, só que a gente precisa ter uma parceria, você precisa de mim, eu preciso de vocês, né, na hora que precisar de mim pode contar comigo, na hora que eu precisar de vocês, né, posso contar com vocês né?”. Esse trecho de seu depoimento parece indicar o mesmo que Rezende diz a respeito da relação entre patroas e empregadas por ela estudadas. Para ela, “a amizade seria o mecanismo de mediação através do qual poder-se-ia estabelecer confiança entre pessoas consideradas muito diferentes” (2001, p.259). “Nesta relação (de patroas e empregadas) marcada por várias tensões – dadas não somente pela dinâmica trabalhista entre empregador e empregado como também pela visão hierárquica que os separa em dois mundos diferentes – havia graus variados de trocas afetivas, recebendo muitas vezes a denominação de amizade” (REZENDE, 2001, p.259).

Mário, portanto, estaria acionando a noção de “amizade” como uma forma de mediar uma interação que poderia ser norteada pela “tensão” em virtude de colocar em relação pessoas de “mundos sociais diferentes” (REZENDE, 2001, p.259). A noção de “amizade” implicaria “afeto, carinho e consideração” numa atividade - síndico ou porteiro - que, de outra maneira, se restringiria a definições objetivas e impessoais de como cada um deveria agir e lidar com as atribuições profissionais e com o funcionamento do edifício. Mário recorreria à noção de “amizade” como um expediente que lhe permitiria incitar nos empregados um compromisso “maior” que só existiria numa relação mais íntima e próxima como a relação de “amizade”. Assim, Mário proporia entre ele e os empregados “uma parceria”, que poderia ser entendida nos termos de Coelho (2001), também como uma relação de troca em que, ao invés do patrão – o síndico – esperar de seus empregados a “gratidão” como forma ideal de retribuição, ele esperaria o “compromisso”. No entanto, aqui poderia existir também um descompasso, a despeito do que Coelho observa na relação de troca de presentes entre patroas

e empregadas, ou seja, que o diálogo travado no presentear e no retribuir adquire significados distintos e mesmo contraditórios entre as duas partes envolvidas, sendo entendidos de uma forma oposta por patroas e empregadas. Assim haveria um descompasso entre o que é esperado por parte dos empregados como retribuição ideal de seu patrão, o síndico, e o que o próprio síndico entende como forma ideal de retribuir. Para o síndico, a retribuição ideal pelo "compromisso", pelo serviço bem feito e pela "iniciativa" dos empregados, seria a "amizade". Para os empregados, por outro lado, talvez a retribuição ideal viesse sob a forma material, como na situação entre patroa e empregada relatada por Coelho (2001, p.281), ou seja, através de alguma gratificação em forma de dinheiro.

O trabalho de Coelho (2001) seria interessante também para pensar ainda um outro aspecto da relação com empregados que trabalham em edifícios residenciais. Mário, por exemplo, diz que vê problemas com relação aos empregados no que se refere à "postura de trabalho, zelo com as coisas". Ele cita um episódio recente em que "a gente reformou tudo lá embaixo, aí falou vamos manter agora limpo, cuida do teu ambiente de trabalho, você mesmo limpa, entendeu, difícil eles fazerem isso, entendeu, é fácil estragar as coisas, não é dele né, entendeu se saísse do bolso dele, ter que pagar, né, estragou ter que pagar, sempre tá renovando, é diferente né, agora parece que não tem importância, as coisas que a gente faz aqui dentro parece que não tem importância, pra ele principalmente parece que não tem importância". "Parece que o cara, ah, sou um mero porteiro, preciso saber o quê, entendeu, não dá muita importância".

Beth se refere a esse mesmo aspecto quando eu sugeri a ela um "problema" que me havia sido mencionado por outro entrevistados. Eu lhe disse que alguns entrevistados me haviam dito que as pessoas não jogam lixo no lugar correto e etc. Beth diz então que "essas coisas tem com certeza, não tem o menor cuidado", "se eu derramei alguma coisa, eu tenho obrigação de ir ali limpar, não vou esperar que semana que vem venha o menino limpar", "mas não são nem as pessoas que moram, são as pessoas que trabalham que eu acho que não tem muito essa noção ou se também estão pouco se importando". Para Beth, portanto, essa "pouca importância" seria, sobretudo, das pessoas que trabalham na casa de moradores. Para Mário, por outro lado, a "pouca importância" viria, sobretudo, dos porteiros.

Coelho (2001) estudou a troca de presentes entre patroas e empregadas. Uma das questões centrais de seu trabalho se relaciona com a "capacidade da troca material de dramatizar a natureza do vínculo entre doador e receptor" (COELHO, 2001, p.273). A troca entre patroas e empregadas "dramatizaria" a relação social que existe entre elas. Segundo a autora, a "dádiva que excede a capacidade de retribuição do receptor tem o efeito de demarcar

sua inferioridade, estabelecendo/expressando uma hierarquia" (2001, p.273). Ela aponta também para a "dimensão subjetiva" das trocas materiais nesses casos em que a "dádiva excederia a capacidade de retribuição do receptor" suscitando neste, um "sentimento" de "servidão perpétua" (2001, p.273).

Dessa maneira, em seu estudo sobre patroas e empregadas, a autora observou que

> a troca de presentes tem aí um caráter acentuadamente assimétrico, sendo raras as ocasiões em que patroas recebem um presente de suas empregadas. Uma retribuição, quando ocorre, provoca surpresa, pena, constrangimento. Por outro lado, os presentes dados pelas patroas às empregadas são muitas vezes motivados por um sentimento de obrigação, o qual, embora admitido pelas patroas, suscita nelas um forte desagrado se explicitado pela reação da empregada. A reação esperada e valorizada é o agradecimento efusivo. Temos então uma forma de dádiva em que o doador possui status superior ao receptor, e dá um presente esperando em troca não um outro objeto, mas um sentimento: a gratidão (COELHO, 2001, ps.273-274).

O sentimento de "gratidão" corresponderia na relação entre patroas e empregadas a uma espécie de "servidão". Na medida em que expressem "agradecimento", as empregadas confirmariam sua posição de subordinação numa relação hierarquizada. Da mesma maneira, quando não expressam tal sentimento, suscitam em suas patroas a irritação. A troca material exerce, nesse caso, a capacidade de representar através de objetos e sentimentos, a natureza da relação entre as pessoas envolvidas. Como a relação é fortemente hierarquizada, a forma de retribuição esperada diante do objeto presenteado não é material, mas emocional e simbólica. Tal retribuição, quando adequadamente cumprida, demarcaria a posição permanente da empregada em relação à patroa, a de "servidão". Mas a reação esboçada exerce um efeito significativo sobre o doador, nesse caso, a patroa. Quando a empregada recusa o sentimento de "gratidão", nega a hierarquia e o status inferior que lhe é conferido e provoca um desequilíbrio no que, de outra forma, permaneceria "harmonioso" (COELHO, 2001).

A doação dos objetos é uma prerrogativa de quem ocupa a posição privilegiada ou de maior status na relação hierárquica, cabendo a quem recebe retribuir meramente com um sentimento, tendo em vista que ocupa uma posição de menor status e que, nesse sentido, lhe restaria reconhecer essa circunstância e conformar-se a ela através da "gratidão". Assim, ao menos, é que as patroas caracterizariam tais trocas. No entanto, essa visão das patroas é menos sensível a aspectos mais sutis e nuances que operariam nelas. A autora argumenta, portanto, que há, da parte das empregadas, a "possibilidade de agência". O modelo hegemônico é de que uma patroa presenteia e recebe em retribuição a "gratidão" da empregada. Porém, quando a empregada se nega a demonstrar tal sentimento, ela rejeita o lugar que lhe é atribuído em tal hierarquia e rechaça a "servidão" que lhe é imposta. Dessa

maneira, ela rejeita também a posição de superioridade da patroa em relação a ela e encontra maneiras de articular sua liberdade perante a imposição unilateral de uma relação desequilibrada (COELHO, 2001).

A “pouca importância” de que falam Beth e Mário parece sugerir uma correspondência com a intenção das patroas de suscitar em suas empregadas um sentimento de “gratidão”. Só que, nesse caso, a “pouca importância” funcionaria como o oposto da “gratidão” sendo o expediente de agência que “as pessoas que trabalham nas casas” e “os porteiros” encontrariam frente a uma relação hierárquica que não lhes ofereceria a “dádiva” adequada na relação de trabalho. Poucas dessas pessoas que “trabalham na casa das pessoas” e alguns dos “porteiros”, como pude observar ao longo dos anos em meu próprio prédio, teriam nessas oportunidades de trabalho a possibilidade de uma “carreira”. Habitualmente, o que se observaria, seria um rodízio de funcionários muito grande. É assim que a empregada/faxineira de Beth que está com ela desde os “dezesseis anos de idade” e, em meu prédio, um dos porteiros que recentemente se aposentou como empregado do condomínio depois de mais de trinta anos de trabalho constituiriam exceções. Poderíamos pensar, portanto, que as “pessoas que trabalham nas casas” e os “porteiros” esperariam “receber mais” do que lhes é oferecido objetivamente numa relação trabalhista como a que existe nos condomínios e, essa seria uma das razões em virtude das quais haveria um “entra e sai” de funcionários muito intenso. Eles entenderiam que “mereceriam mais” em troca do serviço que prestam, a exemplo das empregadas entrevistadas por Coelho (2001). E, ao não conseguirem isso, resistiriam dando “pouca importância” às recomendações e às atribuições que decorreriam de sua função ou ficando pouco tempo no emprego.

A “reforma da portaria” seria algo, para Mário, que deveria ser valorizado pelos porteiros, através do “cuidado” e da “limpeza”, como uma “melhoria do ambiente de trabalho deles”, mas ele não procurou saber dos mesmos, o que seria para eles (porteiros) uma melhoria em suas condições de trabalho. Assim, a “pouca importância” seria uma forma de agência dos porteiros que recusam o status – e tudo o que ele implica - que lhes é atribuído numa relação hierarquizada em que eles seriam “meros empregados”. Seguir todas as recomendações que lhes são dadas seria aceitar o lugar que lhes é atribuído na hierarquia e a “servidão” que estaria associada a esse lugar. “Dar importância” e se “comprometer” teria, a despeito do trabalho de Coelho (2001), um gosto de “servidão”. Da mesma maneira, Mário e Beth esperam dos porteiros e “das pessoas que trabalham nas casas” o “dar importância”. Os porteiros e “pessoas que trabalham nas casas”, de seu lado, reagem à expectativa de seus patrões com a “pouca importância”. Além disso, a “pouca importância” poderia estar

relacionada também com o modo como se lida e se percebe tudo que diz respeito ao público em oposição ao privado no universo social brasileiro, na linha de argumentação de DaMatta (1997a). A portaria e a manutenção do espaço de trabalho são espaços que não pertencem à esfera privada da vida dos porteiros, mas ao ambiente impessoal do mundo público. Nesse sentido, não receberiam os mesmos cuidados e atenção que tudo aquilo que compõem o universo privado e íntimo dos porteiros, considerados como "pessoas", recebem.

Existiria na relação entre síndico e empregados ou patroas e empregadas (COELHO, 2001) um conflito entre os significados que tais relações, incluindo as de trabalho, adquiririam para cada um dos envolvidos. Assim, "trabalhar como porteiro" num prédio residencial adquiriria significados distintos para síndico, para moradores e, ainda, para empregados. Em algumas circunstâncias esses significados seriam mesmo contraditórios, provocando o tipo de tensão e conflito que o depoimento de Beth e Mário parece sugerir. Numa relação hierárquica em que pouca expressão seria dada aos significados que os empregados produzem, restaria a eles buscar formas de agenciamento diante dos significados que lhes são impostos "unilateralmente" pelos empregadores, a despeito do que foi observado por Coelho em seu trabalho sobre a troca de presentes.

3.3. **Algumas considerações finais**

Neste capítulo vimos com Rezende (2001) que existiria no relacionamento entre patrões/moradores/síndico, de um lado, e empregadas domésticas/porteiros, de outro, a tentativa de estabelecer uma forma de "mediar" as diferenças sociais. No entanto, tais formas de mediação, expressas através de noções como as de "amizade", "pessoa da família" e "criaturas de Deus", muitas vezes são utilizadas de um modo unilateral pelas pessoas que possuem um status privilegiado nessas interações, não permitindo que a perspectiva dos empregados venha a ser assimilada ou que se estabeleçam relações de fato.

Vimos também com Barbosa (1992) e Rezende (2001) que, para as pessoas com status privilegiado a "igualdade" que existiria entre eles e os outros seria uma "igualdade moral" baseada na idéia de que se compartilha uma "humanidade comum" e uma "unidade biológica", ou seja, baseada na idéia de que seriam todos "seres humanos" apesar das diferenças que existem entre eles.

Finalmente, o trabalho de Coelho (2001) nos permitiu interpretar as relações de trabalho como relações de troca simbólica entre patrões e empregados, em que os primeiros esperariam receber “compromisso” e “importância” em troca da “melhoria do ambiente de trabalho” e da oferta de uma “amizade” ou de uma “parceria” e em que, os segundos, retribuiriam na forma de uma “agência” em que negariam o status, a eles atribuído, de “meros empregados” através da “pouca importância” que dariam às atribuições e recomendações que receberiam de seus patrões.

4 CONCLUSÃO

Nesta conclusão recapitularei algumas das idéias que foram exploradas nos dois capítulos analíticos. Primeiro considerarei o capítulo em que tratei das relações entre moradores. Em seguida, passarei às considerações sobre as relações entre moradores e empregados, apresentadas no terceiro capítulo.

Vimos que a idéia de “pessoa” e o modelo de relações sociais que a ela corresponde adquirem um valor particular. Nas interações entre moradores e entre moradores e empregados, ser considerado como “pessoa” e estabelecer relações que se assemelham às que mantemos na esfera íntima e privada, da família, da amizade, do compadrio, etc, são significados privilegiados pelos entrevistados. No entanto, não são exclusivos e veremos que, concomitantemente, a idéia de “indivíduo” também se apresenta. Só que, o que ocorre, é que ela aparecerá como um significado que se sobrepõe àqueles relacionados à ideia de “pessoa”.

Sobre a relação entre moradores, argumentei que um mesmo morador pode ora acionar a noção de “pessoa”, ora a de “indivíduo” dependendo das circunstâncias em que se encontre. Em alguns casos mesmo, parece haver uma interpenetração entre os dois eixos classificatórios. Assim, alguém que está no papel de síndico e, logo, age como “indivíduo”, elemento de uma ordem legal, pode querer ser tratado como “pessoa”, como “alguém” que possui nome, qualidades e que merece consideração e afeto. Da mesma maneira, argumentamos que há outros momentos em que os moradores prezam sua condição de “indivíduos” numa ordem impessoal e abstrata quando, por exemplo, valorizam noções como a de “formalidade” nos encontros nas áreas comuns do edifício. Assim, há uma “passagem”, de que fala DaMatta (1997a), de uma condição de “pessoa a indivíduo e vice-versa”, além de haver também a operação simultânea das duas noções e de uma gama de significações que elas atualizam e ensejam.

Vimos que os moradores lamentam o distanciamento que existe entre eles no cotidiano e valorizam o estabelecimento de relações, a aproximação e o “fazer amizades”. Para eles, tal aproximação seria importante porque “uns cuidariam dos outros” e também em casos de emergência e socorro, em que se contaria com outros moradores como as pessoas mais próximas. No entanto, observamos que, na maioria das vezes, todos mantêm um padrão de comportamento impessoal e mantêm as interações num nível de formalidade, observando-se sempre um tratamento polido e respeitoso. Vimos também, entretanto, que há, no cotidiano no edifício, um intercâmbio dinâmico entre formas de tratamento mais pessoais e outras, mais

impessoais, que respondem a determinações situacionais, e a uma concomitante valorização circunstancial e diferencial de tais formatos, como foi mencionado.

Outro tema comentado pelos entrevistados foi o que se refere à sociabilidade e sua ausência. Não existiriam ocasiões em que os moradores se encontram para conviver ou para se confraternizar. Os encontros se resumiriam a pequenos cumprimentos formais e a breves diálogos nas áreas comuns do edifício, como portaria, elevadores, etc. Uma constante nesses encontros seria a regulação de si e dos outros e o autocontrole. Porém, existiria também a subsistência de uma predisposição ao estabelecimento de relações ou, como mencionado acima, uma valorização das mesmas. Essa predisposição e a conseqüente valorização das relações pessoais acarretaria uma avaliação dos encontros "corriqueiros" como desprovidos de substância ou significação, o que implicaria em sua desqualificação como relacionamentos de fato. Destaca-se também nos depoimentos, que os moradores percebem o "individualismo" como algo que parte sempre dos outros e nunca de si mesmos. Dificilmente o próprio comportamento foi avaliado como individualista.

As reuniões de condomínio foram também bastante comentadas. Elas constituem episódios formais onde os moradores se encontram. Na maioria dos depoimentos elas foram caracterizadas como contextos permeados pela tensão e pelo conflito, em que a incidência da dimensão pessoal dos envolvidos adquiriria conotações negativas. Nesse particular, prevaleceriam a formalidade e a objetividade, o respeito e a educação, como formas mais adequadas e proveitosas de se comportar e interagir com os outros presentes. A pessoalidade aí não é positivamente valorizada, a despeito do que ocorre de maneira mais geral.

Outro aspecto que mereceu destaque foi o que se relaciona com o uso da noção de intimidade. Os entrevistados recorreram a esta noção com freqüência para qualificar o que seria a forma ideal de relacionamento. Ela funcionaria como um idioma simbólico que se utiliza para atravessar o percurso entre o afastamento e a proximidade. Os moradores reconhecem que há um afastamento entre eles na medida mesma em que concebem a intimidade como o ideal de proximidade que se busca na relação uns com os outros. O "bom tratamento", o tratamento baseado no respeito e na educação, não seria suficiente para estimular a conversa e a aproximação; constituindo, nesse caso, assunto ou tema adequados à conversação os que envolvem a vida pessoal e aspectos íntimos. Nesse sentido, só se "conheceria alguém de verdade" ao se partilhar de sua intimidade. Todavia, observamos também que a intimidade pode não ser suficiente para manter relações e laços sob algumas circunstâncias, como a que envolveu a dissolução do grupo original do prédio do Grajaú.

Sobre a realização de festas no prédio, argumentei que o termo pode recobrir sentidos diferentes. Por exemplo, de um lado, o termo “festa” implicaria o envolvimento pessoal e a suspensão temporária da rotina e da ordem normativa. De outro lado, pouco ressaltado pelos entrevistados, a festa implicaria em organização e planejamento e uma certa obediência à ordem, ocorrendo em espaços delimitados, o playground, dentro de um horário determinado, tendo como limite o horário de silêncio. Vimos também que a pessoa que realiza as festas seria qualificada como alguém que preza as relações pessoais, enquanto os moradores que possam vir a “reclamar” ou prezar pelo respeito às regras, seriam qualificados como indivíduos que não “gostam de coisas boas” e não prezam essas mesmas relações pessoais. No entanto, conforme argumentado, um mesmo morador que em um dado momento e sob certas circunstâncias é encontrado “reclamando”, pode, sob outros aspectos, se ver envolvido pela fruição de um evento social ou festividade e também vir a desrespeitar as normas. Além disso, o morador que realiza a festa pode se comportar de uma forma individualizada, desrespeitando a “qualidade” das relações com os outros moradores ao não obedecer minimamente certas regras que visam o bem-estar comum e geral. E, da mesma forma, o morador que “reclama” e aparentemente não preza as relações pessoais, poderia ser interpretado como alguém que respeita a coletividade e o bem-estar e, nesse sentido, também valoriza a qualidade das relações com os outros e não como alguém que é individualista e alheio aos laços sociais.

Finalmente, no capítulo sobre os moradores, apontamos também algumas questões que se relacionam com códigos morais e formas de se lidar com uma ordem que pode ser entendida como moral. Argumentei, a despeito do que coloca DaMatta (1997a), que opera uma ética burocrática versus uma ética pessoal que recorre à teia de relações pessoais e laços de parentesco como forma de burlar a regra ou não aplicá-la rigidamente. Essa dualidade moral corresponderia a duas formas distintas de se comportar em relação à ordem, sendo que, em alguns casos e em algumas circunstâncias, os moradores orientariam a própria conduta, especialmente quando na presença dos outros, com formalidade e autocontrole de modo a manter uma apresentação de si conforme à regra e à ordem. Por outro lado, na ausência de outros moradores, existiria um afrouxamento do autocontrole e prevaleceria uma conduta mais informal e relaxada perante normas e regulamentos. Essas duas formas de se portar e conduzir o próprio comportamento estariam relacionadas, como vimos, a modos diferentes de perceber a incidência do impessoal e do pessoal em diferentes situações e circunstâncias.

No capítulo 3 tratei da relação dos entrevistados com suas empregadas domésticas e com os porteiros dos edifícios. No que se refere às empregadas domésticas, vimos que uma

tônica dos depoimentos foi a caracterização das mesmas como “pessoas da família”. No entanto, argumentei que essa operação simbólica visava adequar indivíduos que de outra forma permaneceriam alheios e estranhos à esfera privada. Sendo qualificados como “pessoas” e “da família” estes trabalhadores passariam a ocupar, no sistema de classificação que prevalece no âmbito íntimo e privado, um lugar na rede de relações pessoais e um determinado status numa relação hierarquizada. No entanto, tal adjetivação, como “pessoa” e como parte da “família, se faz necessária porque não acompanha “naturalmente” esses indivíduos e, dessa maneira, serve também como forma de reconhecimento de diferenças. Outra noção importante para os entrevistados é a que se refere à “confiança”. Para as patroas pesquisadas, era importante que suas empregadas fossem de “confiança” no sentido de que não lhe faltassem com o respeito e não expusessem aspectos que pertencem ao universo de sua vida privada.

Outro aspecto que se destacou nos depoimentos foi o que se relaciona com o aconselhamento das empregadas por parte de seus patrões. Vimos que prevalece entre os patrões a visão das empregadas como sujeitos desprovidos de recursos materiais e intelectuais que, exatamente por isso, necessitariam de ajuda e conselhos de pessoas materialmente e intelectualmente superiores ou privilegiadas. Tais aconselhamentos, porém, operam no âmbito das visões de mundo e estilos de vida pertinentes às categorias sociais às quais pertencem os patrões, não sendo considerado o universo simbólico mais associado às estruturas de pertencimento social das empregadas domésticas.

Finalmente, vimos que a convivência com as empregadas é marcada pelo concomitante reconhecimento e anulação das diferenças sociais. Ao mesmo tempo em que identificam distinções de caráter social, os empregadores procuram afirmar uma identidade moral que iguala todos enquanto seres humanos. As diferenças permaneceriam no nível das condições sociais, materiais e intelectuais, enquanto a igualdade existiria no nível biológico, de uma condição humana comum.

O tema da igualdade da condição humana também mereceu destaque na convivência com os porteiros. Mas essa noção de uma unidade biológica comum não esteve dissociada de um reconhecimento da existência de diferenças sociais. Essas diferenças em termos de condições sociais se refletiriam no modo de tratamento que é considerado adequado pelos moradores. Para eles, os funcionários devem ser tratados com cortesia e respeito, noções que estariam mais associadas à preservação de uma impessoalidade do que ao estabelecimento de laços mais pessoais. Associado a isso, o “tratar mal” e o “destratar” funcionariam como forma de manutenção de um distanciamento simbólico e social acionado por alguns moradores,

tendo em vista a extrema proximidade e acesso a aspectos íntimos e privados de suas vidas. Outra estratégia utilizada por outros moradores seria tratar os empregados “amigavelmente” ou “como amigos”. A noção de “amizade” funcionaria como uma forma de mediação entre posições sociais diferenciadas.

Vimos também que, a despeito do que ocorre com as empregadas domésticas, no caso dos porteiros existiria um agenciamento por parte deles que seria expresso pela “falta de cuidado” e pela “pouca importância” dada aos procedimentos, recomendações e atribuições relacionadas ao ambiente de trabalho e ao próprio serviço que desempenham. Tudo isso revelaria que subjaz a tais relacionamentos uma tensão permanente e um potencial para o conflito.

Nesta dissertação, portanto, recorri à interpretação clássica de DaMatta (1997a) que identifica no universo social brasileiro a operação das noções de indivíduo e de pessoa, para entender a relação entre moradores, empregadas e porteiros. No entanto, mais do que uma oscilação entre essas noções, identifiquei nos depoimentos uma imbricação entre elas, revelando assim uma complexidade muito maior no nível das elaborações simbólicas e dos sentidos e significados por elas atualizados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. *O jeitinho brasileiro:* a arte de ser mais igual que os outros**.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOUZON, P. G. *Construindo identidades:* um estudo etnográfico sobre Manipulação da Aparência em Salões de Beleza na Cidade do Rio de Janeiro. 2010**.** 321 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional/Programa, Universidade Federal do Rio de janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CAIAFA, J. Comunicação e expressão nas viagens de onibus. *Aventura das cidades.* Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 105-116.

COELHO, M. C. Sobre agradecimentos e desagrados: trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos. In: KUSCHIR, K; VELHO, G. (Org). *Mediação, cultura e política.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 267-291.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

_____. *A casa & a Rua:* espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*.* Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DUARTE, L. F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

HOLANDA, S. B. de. O Homem Cordial. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v.17, n 49, jun. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 08 ago. 2012.

MOURA, C. P. Vivendo entre muros: o sonho da aldeia. In: KUSCHNIR, K ; VELHO, G. *Pesquisa urbanas*: desafios do trabalho antropológico*.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

REZENDE, C. B. Entre mundos: sobre amizade, igualdade e diferença. In: KUSCHNIR, K. & VELHO, G. *Mediação, cultura e política.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 239-264.

ROJO, L. F. *Relações de poder na família.* Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SIMMEL, G. The Metropolis and Mental Life. In: WOLFF, K. H. *The sociology of Georg Simmel.* New York: Free Press, 1950.

VELHO, G. *A Utopia urbana:* um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar , 1975.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *Individualismo e cultura:* notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.